



Fernanda Rodrigues

**AUTONOMIA DE VOO: transformações
recentes do capitalismo e incidências
para o Serviço Social no Departamento
de Controle do Espaço Aéreo - DECEA**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientador: prof^a. Inez Terezinha Stampa

Rio de Janeiro
Setembro de 2016



Fernanda Rodrigues

**AUTONOMIA DE VOO: transformações
recentes do capitalismo e incidências
para o Serviço Social no Departamento
de Controle do Espaço Aéreo - DECEA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profª Inez Terezinha Stampa

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Prof Ney Luiz Teixeira de Almeida

UERJ

Prof Rafael Soares Gonçalves

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

Profª Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 02 de setembro de 2016.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Fernanda Rodrigues

Graduou-se em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 2011. Realizou estágio curricular no Conselho Regional de Serviço Social – 6ª Região - Seccional de Juiz de Fora, em 2010-2011. Participou, como bolsista, do Programa de Monitoria da UFJF no Departamento de Fundamentos do Serviço Social e atuou na disciplina Oficina de Trabalho Profissional I, entre 2010-2011. Atualmente é responsável pela coordenação das atividades da Seção de Serviço Social do Departamento de Controle do Espaço Aéreo/FAB.

Ficha Catalográfica

Rodrigues, Fernanda

Autonomia de voo: transformações recentes do capitalismo e incidências para o Serviço Social no Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA / Fernanda Rodrigues; orientador: Inez Terezinha Stampa. – 2016.

145 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2016.

Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Trabalho do assistente social. 3. Transformações societárias recentes. 4. Serviço Social. 5. Força Aérea Brasileira. I. Stampa, Inez Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

Dedico este estudo a todos os trabalhadores que atuam na nobre missão de contribuir com a melhoria e segurança do controle do espaço aéreo brasileiro.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por ter me capacitado e iluminado durante esta importante etapa de minha vida.

Aos meus familiares e amigos que compreenderam as minhas ausências, contribuíram e torceram para a conclusão deste estudo.

Ao Ricardo, pelo carinho, companheirismo e apoio incondicional! Muito obrigada por caminhar ao meu lado e sempre me incentivar na busca de novos conhecimentos.

À querida professora Inez, pela contribuição teórica, competência profissional, delicadeza e tranquilidade nos momentos preciosos de orientação!

Aos professores convidados, Rafael e Ney, agradeço pela fecunda contribuição e disponibilidade.

A todos os funcionários, do Departamento de Serviço Social, pela cordialidade e presteza.

A todos os professores, do Programa de Pós-Graduação da PUC-Rio, pelas valiosas contribuições e pela excelência na condução das disciplinas.

À Ten. Cel. Rita, pelo apoio, atenção e incentivo!

Às minhas queridas amigas de trabalho, Fátima, Simone, Ibla e Benevides. Meu agradecimento especial à Fátima, por compreender este momento importante em minha vida, pelo apoio, amizade, contribuições e torcida.

Aos amigos de turma, vocês são muito queridos! Obrigada pela convivência e pela oportunidade de compartilharmos nossas experiências, em especial, ao Marcelo, Adilson, Júlio e Thamires.

Resumo

Rodrigues, Fernanda; Stampa, Inez Terezinha. **Autonomia de voo: transformações recentes do capitalismo e incidências para o Serviço Social no Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA**. Rio de Janeiro, 2016. 145 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação analisou as transformações societárias recentes, instauradas no país a partir da década de 1990 do século XX, a fim de compreender os rebatimentos para “o mundo trabalho”, sobretudo para o trabalho do assistente social, no que se refere às demandas postas para a profissão e as respostas efetivadas, frente às inflexões em curso. Para tanto, foi necessário analisar o contexto oriundo da crise do capital com a adoção do ideário neoliberal, a reestruturação produtiva e o processo de contrarreforma do Estado brasileiro. Optou-se, para o desenvolvimento da pesquisa, em refletir sobre o trabalho do assistente social no Departamento de Controle do Espaço Aéreo - Decea, organização militar da Força Aérea Brasileira - FAB, apreendendo as implicações deste contexto para o exercício profissional do assistente social. As reflexões deste estudo, bem como o processo investigativo realizado, partem de inquietações profissionais atreladas à inserção da pesquisadora neste espaço sócio-ocupacional. Além disso, ressalta-se a existência de poucas produções teóricas no Brasil, na área do Serviço Social, voltadas para atividades profissionais no âmbito de instituições militares. Neste sentido, buscou-se analisar como as transformações em curso implicam em alterações nas condições e relações de trabalho e incidem sobre as relações sociais, de modo geral, e sobre as condições de vida dos trabalhadores. Foi realizada contextualização histórica e explanação sobre o Decea a fim de apresentar o cenário onde se configura o trabalho do assistente social neste espaço da FAB. O eixo central da reflexão recaiu sobre as demandas e respostas efetivadas a partir da análise de dados dos registros da Seção de Serviço Social deste Departamento. Conclui-se que o trabalho dos assistentes sociais deve levar em conta a análise da realidade, de forma crítica, para que esses profissionais possam responder com efetividade às demandas que lhes são apresentadas, de forma comprometida com a qualidade dos serviços prestados aos usuários.

Palavras-chave

Trabalho do assistente social; Transformações societárias recentes; Serviço Social; Força Aérea Brasileira.

Abstract

Rodrigues, Fernanda; Stampa, Inez Terezinha (Advisor). **Flight duration: recent transformations of capitalism and implications for the Social Service in the Department of Airspace Control – DECEA**. Rio de Janeiro, 2016. 145 p. MSc. Dissertation – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis analyzed the recent corporate changes, introduced in the country from the 1990s of the twentieth century in order to understand the repercussions for "working world", especially for the work of the social worker in relation to put demands for the profession and effect responses, compared to inflections in progress. Therefore, it was necessary to analyze the context of capital arising from the crisis with the adoption of neoliberal ideas, productive restructuring and against reform process of the Brazilian state. It was decided, for the development of research, to reflect on the work of the social worker at the Department of Airspace Control - Decea, military organization of the Brazilian Air Force - FAB, grasping the implications of this context for the professional social worker. The reflections of this study, as well as the investigative process done, run by professional concerns linked to the insertion of the researcher in this socio-occupational space. Furthermore, it emphasizes the existence of few theoretical productions in Brazil, in the area of social work, focused on professional activities within military institutions. In this sense, we sought to examine how the current changes imply changes in conditions and labor relations and focus on social relations in general, and on the living conditions of workers. historical contextualization has been made and explanation of the Decea to present the scenario where you configure the work of the social worker in this space of the FAB. The central axis of the reflection fell on the demands and effect responses from the analysis of data from the records of the Social Service Section of this Department. It is concluded that the work of social workers should take into account the analysis of reality, critically, so that these professionals can respond effectively to the demands presented to them, in a committed way with the quality of services provided to users.

Keywords

Work social worker; Social transformation; Social work; Brazilian Air Force.

Sumário

1.	Introdução	18
2.	Desvendando o cenário da pesquisa	26
2.1.	Contextualização histórica do Controle do Espaço Aéreo Nacional	26
2.2.	O Departamento de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro	35
2.3.	O Serviço Social no Decea	53
3.	Transformações operadas pelo capital e os rebatimentos para o “mundo do trabalho”.	58
3.1.	O contexto de crise contemporânea do capital	59
3.2.	Apontamentos sobre as transformações societárias recentes e os seus rebatimentos no âmbito do Comaer e Decea	77
4.	Transformações societárias recentes e o trabalho do assistente social no Decea: demandas e respostas efetivadas	82
4.1.	Transformações societárias e inflexões para o trabalho do assistente social	84
4.2.	O sistema de assistência social do Comaer e as normas que respaldam o trabalho do assistente social	95

4.3.	O trabalho do assistente social no Departamento de Controle do Espaço Aéreo: demandas e respostas	104
5.	Conclusão	131
6	Referências bibliográficas	136
7.	Anexos	144
7.1.	Anexo 1 – Carta de apresentação da mestranda	144
7.2.	Anexo 2 – Carta de autorização para realização de pesquisa social no Decea	145

Lista de Gráficos

Gráfico 1 -	Evolução dos atendimentos – 2013 - 2015	110
Gráfico 2 -	Atendimentos excepcionais por ano, no período de 2013 a 2015	114
Gráfico 3 -	Perfil do usuário: gênero	115
Gráfico 4 -	Perfil do usuário: nível hierárquico	115
Gráfico 5 -	Perfil do usuário: situação conjugal	116
Gráfico 6 -	Perfil do usuário: constituição familiar	117
Gráfico 7 -	Perfil do usuário: direcionamento das demandas	118
Gráfico 8 -	Perfil do usuário: renda familiar	118
Gráfico 9 -	Perfil do usuário: renda líquida disponível	119
Gráfico 10 -	Perfil do usuário: comprometimento da renda	120
Gráfico 11 -	Perfil do usuário: endividamento	120
Gráfico 12 -	Perfil do usuário: percentual de endividamento	121
Gráfico 13 -	Perfil do usuário: percentual de endividamento <i>versus</i> nº de militares/civil	122
Gráfico 14 -	Demandas por orientação social	123
Gráfico 15 -	Participação dos usuários em projetos coletivos	124
Gráfico 16 -	Ações implementadas <i>versus</i> nº de usuários	125

Lista de Quadros

Quadro 1-	Postos e graduações do Comando da Aeronáutica	38
Quadro 2-	Anuário estatístico operacional – Incremento do setor aéreo	52
Quadro 3-	Usuários atendidos no ano de 2014 e recursos descentralizados pelo Dirint/Sdee	111

Lista de abreviaturas e siglas

1º GCC	Primeiro Grupo de Comunicações e Controle
ACC	Centros de Controle de Aérea
ANAC	Agência Nacional da Aviação Civil
APP	Centros de Aproximação
ASOCEA	Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo
CBA	Código Brasileiro de Aeronáutica
CCSIVAM	Comissão para Coordenação de Implantação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia
CERNAI	Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional
CFS	Curso de Formação de Sargentos
CGNA	Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea
CINDACTA I	Primeiro Centro Integrado de Defesa e Controle de Tráfego Aéreo
CINDACTA II	Segundo Centro Integrado de Defesa e Controle de Tráfego Aéreo
CINDACTA III	Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
CINDACTA IV	Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
CISCEA	Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMGAP	Comando-Geral de Apoio

COMGAR	Comando-Geral de Operações Aéreas
COMGEP	Comando-Geral de Pessoal
CPOPV	Curso de Preparação de Oficiais de Proteção ao Voo
DAIN	Divisão de Assistência Integrada
DCTA	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial
DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo
DEPENS	Departamento de Ensino da Aeronáutica
DEPV	Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo
DIRINT	Diretoria de Intendência
DPES	Divisão de Pessoal
DRA	Diretoria de Rotas Aéreas
DTCEA	Destacamento de Controle do Espaço Aéreo
DTCEA-PCO	Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Pico do Couto
DTCEATM-RJ	Destacamento de Controle do Espaço Aéreo e Telemática do Rio de Janeiro
EAGS	Estágio de Adaptação à graduação de Sargentos
EAOF	Estágio de Adaptação ao Oficialato
EEAR	Escola de Especialistas de Aeronáutica
EMAER	Estado Maior da Aeronáutica
END	Estratégia de Defesa Nacional
GBCO	Especialista em Comunicações
GBCT	Especialista em Controle de Tráfego Aéreo
GBET	Especialista em Eletrônica
GBMT	Especialista em Meteorologia
GEIV	Grupo de Inspeção em Voo

GRU	Guia de Recolhimento da União
GSAI	Especialista em Informações Aeronáuticas
GSCF	Especialista em Cartografia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICA	Instituto de Cartografia Aeronáutica
ICEA	Instituto de Controle do Espaço Aéreo
ILS	<i>Instrument Landing System</i>
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
JJAE	Junta de Julgamento da Aeronáutica
MEC	Ministério da Educação
OACI	Organização da Aviação Civil Internacional
OCDE	Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OM	Organização Militar
PAME-RJ	Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro
PAPD	Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência
PASFME	Programa de Atendimento Social às Famílias dos Militares e Servidores Civis Participantes de Missões Especiais
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Estado
PEIC	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
PPDQ	Programa de Prevenção à Dependência Química
PPRA	Programa de Preparação para Reserva e Aposentadoria

QCOA	Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica
QOCON	Quadro de Oficiais Convocados
RAS	Recursos de Assistência Social
SAC	Secretaria de Aviação Civil
SAS	Sistema de Assistência Social
SDAD	Subdepartamento de Administração
SDEE	Subdiretoria de Encargos Especiais
SEFA	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica
SISCEAB	Sistema de Controle do Espaço Aéreo
SISDACTA	Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
SISSAR	Sistema de Busca e Salvamento
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SPV	Sistema de Proteção ao Voo
SRPV	Serviço Regional de Proteção ao Voo
SSS	Seção de Serviço Social
STCA	Sistema de Telecomunicação do Comando da Aeronáutica
SUS	Sistema Único de Saúde
TWR	Torre de Aeródromo

1 Introdução

O presente estudo, vinculado à linha de pesquisa “Trabalho, Políticas Sociais e Sujeitos Coletivos”, é pré-requisito para a obtenção de título de Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Essa linha de pesquisa busca examinar as mediações teóricas e históricas presentes nas questões referentes ao trabalho, às políticas sociais e aos sujeitos coletivos.

A pesquisa intitulada “Autonomia de voo: transformações recentes do capitalismo e incidências para o Serviço Social no Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA” apresenta como objetivo analisar o exercício profissional dos assistentes sociais tomando como mediação as modificações recentes implementadas pelo capital. Para tanto, se propôs estudar e compreender os rebatimentos das alterações em curso no país para as relações de trabalho e relações sociais, de modo geral, que envolvem as condições de vida dos trabalhadores:

A reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano de vida em sociedade: o modo de viver e trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade [...]. Trata-se, portanto, de uma totalidade concreta em movimento, em processo de estruturação permanente. Entendida dessa maneira, a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder, etc., como também na profissão (Iamamoto, 2007, p.72-73).

Nesta perspectiva, a partir da análise das alterações no “mundo do trabalho”¹, buscou-se, como cenário do estudo empírico, problematizar a intervenção do Serviço Social no Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), frente às demandas que vem recebendo, ou seja, as manifestações da questão social apresentadas por uma “categoria especial”² de trabalhadores denominada de militares, bem como os servidores civis que compõem o efetivo

¹ De acordo com Stampa (2012), “a expressão ‘mundo do trabalho’ se refere aos processos sociais que vêm levando às mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho desde o fim do século XX e neste início do século XXI, pautando-se na submissão cada vez maior do processo de trabalho e da produção aos movimentos do capital em todo o mundo, compreendendo a questão social e o movimento da classe trabalhadora” (p. 36).

² De acordo com o Art. 3º do Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880 de 9 de dezembro de 1980.

deste Departamento. O processo investigativo, desta pesquisa, analisou, portanto, as demandas e respostas profissionais que requerem a intervenção do Serviço Social neste espaço sócio-ocupacional. Cabe registrar que o Decea é um órgão da Força Aérea Brasileira (FAB), estando subordinado ao Comando da Aeronáutica no âmbito da estrutura do governo federal.

Com base na bibliografia consultada, sabe-se que os impactos provenientes das transformações societárias em curso, oriundas da crise do capital, podem trazer rebatimentos para o âmbito das condições e relações de trabalho e, conseqüentemente, alterações sobre as condições objetivas e subjetivas sobre as quais a intervenção do assistente social se realiza, incidindo sobre as demandas e respostas profissionais. Devido a este contexto, o tema central desta dissertação é a relação entre as transformações societárias recentes e as demandas postas para o Serviço Social, bem como as possibilidades de respostas aos problemas apresentados. Neste sentido, tornou-se importante conhecer tais demandas e examinar como os assistentes sociais estão respondendo a elas, uma vez que o grande volume de atividades e a imediatividade das respostas efetivadas podem obscurecer a reflexão crítica que deveria conduzir a intervenção profissional pautada no projeto ético-político do Serviço Social.

De acordo com Iamamoto (2015), o quadro sócio-histórico atual não se reduz a um pano de fundo para que se possa pensar o trabalho do assistente social. Este contexto perpassa o exercício profissional e traz rebatimentos para condições e relações em que o trabalho se realiza, assim como afeta as condições de vida da população atendida pelo Serviço Social.

A partir da década de 1990, com a implementação do ideário neoliberal e a reforma do Estado brasileiro, desenvolveu-se no país uma conjuntura adversa para os trabalhadores, devido ao aumento do desemprego, bem como a acentuação da precarização das relações de trabalho, expressa pela elevação das taxas de empregos temporários, terceirizados, entre outros. No âmbito das políticas sociais, presenciou-se o ataque aos direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

Neste sentido, as transformações societárias dos últimos anos produziram alterações no “mundo do trabalho” e geraram um novo padrão de enfrentamento da “questão social”, caracterizado por alternativas focais e paliativas de combate à pobreza, trazendo novas requisições e produzindo novas necessidades para o exercício profissional (Guerra, 2007).

Verifica-se que com a implementação de políticas de corte neoliberal no país, ocorre uma diminuição das funções do Estado em relação à área social. No neoliberalismo o Estado funciona como braço direito do capital, sendo requisitado para exercer novas funções, como, por exemplo, o Estado atuando mais como garantidor da reprodução social do capital e menos na esfera da regulação social. Consta-se o sucateamento das funções do Estado e o afastamento das questões que envolvem os interesses da classe trabalhadora, a fim de beneficiar uma lógica mercantil e financeira.

Desse modo, no contexto neoliberal e de reforma do Estado, a política social brasileira é considerada não como direito, mas como geradora de desequilíbrio financeiro. Com isso, “a tendência geral é a de redução de direitos, sob o argumento de crise fiscal, transformando-se as políticas sociais [...] em ações pontuais e compensatórias daqueles efeitos mais perversos da crise” (Behring, 2008, p. 248).

É importante ressaltar que os processos de reforma do Estado estão inseridos no contexto de crise do capital, e esta traz impactos políticos, sociais e econômicos para a sociedade, no âmbito da produção e reprodução das relações sociais. E, como resposta, o capital introduz novas formas de gestão e organização, estabelecendo alterações no padrão de produção, processo denominado de reestruturação produtiva.

A reestruturação produtiva é aqui compreendida como o processo deflagrado a partir da década de 1970, que se espalhou por todo o mundo ocidental, então pressionado pela crise do petróleo, e que definiu novos parâmetros de dominação e acumulação no modo de produção capitalista. Sendo dessa forma reconhecida como um conjunto de processos e mudanças ocorridos no interior do “mundo do trabalho”, tais como as práticas de terceirização/subcontratação, implantação de círculos de controle de qualidade, por exemplo, associadas ao emprego intenso da microeletrônica e da automação e de grandes investimentos em tecnologia, que expressam, em parte, as transformações econômicas por que passa o mundo contemporâneo, em decorrência da globalização (Mota e Amaral, 1998).

Dessa forma, a reestruturação produtiva redefine socialmente o processo de produção de mercadorias. No Brasil, tal redefinição não ocorre somente nos processos técnicos de trabalho, mas, especificamente, aqui, a reestruturação representa “abrir capital, privatizar empresas estatais, terceirizar, demitir

trabalhadores e aumentar a produtividade em até 100%” (Mota e Amaral, 1998, p. 34). Nesse cenário, a reestruturação produtiva representa, também, a redução de postos de trabalho e a troca do emprego formal pelo trabalho precário, inseguro. A estratégia utilizada pelo capital está fortemente vinculada ao ideário neoliberal, que traz como vertente a competência e a eficiência do setor privado, a minimização do Estado com a proteção social e do trabalho, através da retirada de direitos sociais e trabalhistas, tornando a defesa do trabalho precário como estratégia de enfrentamento ao desemprego.

Em relação ao que nos interessa mais de perto para este estudo, no Decea, observa-se que as transformações societárias, principalmente a partir do século XXI, como resultado da reforma do Estado e da reestruturação produtiva, ocasionaram várias modificações organizacionais, ergonômicas e alterações nas rotinas de trabalho, devido à introdução de novas tecnologias no controle de tráfego aéreo³, podendo gerar nos trabalhadores sentimentos contraditórios como o medo, a ansiedade, o entusiasmo, a insegurança, a motivação. E, ainda, constata-se a precarização e intensificação do ritmo de trabalho, bem como a diminuição dos direitos em decorrência da existência de diversos vínculos empregatícios⁴.

No âmbito das forças armadas, em especial na Força Aérea, observamos que as atividades desenvolvidas pelo “setor de aviação” brasileiro vêm “sofrendo” com os impactos das transformações societárias, devido às políticas macroeconômicas adotadas pelo governo, sobretudo dos anos de 1990 até os dias atuais, com repercussões diretas nos processos de trabalho dos militares e servidores civis do Comando da Aeronáutica - Comaer.

Constata-se o rebatimento nas relações e condições de trabalho devido à falta de equipamentos e materiais básicos em muitas organizações militares, a diminuição de vagas nos quadros de carreira e a contratação de militares por vínculos temporários, admitidos por diversas modalidades. Verifica-se, ainda, o

³ Podemos citar como exemplo o novo *software* (equipamento utilizado na atividade de controle de tráfego aéreo) que possui inovações em relação ao modelo anterior, como novo *layout* gráfico com novas funções operacionais e moderno *designer* de cores, entre outras modificações.

⁴ A esse respeito é importante indicar que, no Brasil, o referido setor incorpora tanto o trabalho do controle de tráfego aéreo das aeronaves civis que compõem a malha aérea, quanto a atuação direta de defesa do espaço aéreo nacional, diferentemente de países como os Estados Unidos e outros no mundo ocidental. Incidindo, dessa forma, na necessidade de apropriação de um trabalho que não só se localiza na área dos serviços, como também pela sua vinculação intrínseca à segurança e defesa nacional. Em relação à hibrididade, que compõe esse universo de trabalho, me refiro à heterogeneidade dos vínculos dos trabalhadores que se encontram no setor de controle e defesa do espaço aéreo, composto por: militares da ativa (homens e mulheres regido por normas específicas da corporação Aeronáutica) servidores civis com leis específicas ao funcionalismo público, militares da reserva remunerada que retornam recontratados por tempo determinado e militares temporários.

crescimento do contingente de militares femininas nas forças armadas, ocasionando novas questões para a gestão e organização do trabalho.

A conjuntura atual requer o máximo de tecnologias (com o incremento de novas aeronaves; equipamentos mais sofisticados para auxiliar a segurança dos voos, como, por exemplo, novos radares, modernos *softwares*, simuladores de voo, “aeronaves laboratórios”) e, em contraposição, verifica-se o ajuste fiscal e cortes de recursos no Ministério da Defesa. Além disso, as atividades de custeio (voltadas para a manutenção de bens e serviços) e treinamento, essenciais para o cumprimento das missões militares, ficam prejudicadas.

Neste contexto, devido aos cortes orçamentários, os recursos para as atividades do Serviço Social no Comaer, também ficam comprometidos.

Importante lembrar que as Forças Armadas constituem o “braço armado do Estado”, e que embora as atividades profissionais dos militares não visem diretamente o lucro e a mais valia, eles participam do processo de reprodução do capital, e indiretamente do processo de produção de mais valia.

Cabe salientar que o interesse em refletir sobre os impactos oriundos das transformações societárias nos processos e relações de trabalho na contemporaneidade, surgiu inicialmente da aproximação e afinidade com as disciplinas que discutem essa temática, na graduação. Atrelado a isso, outro momento importante foi o estágio supervisionado, e este foi realizado por três períodos consecutivos, no Conselho Regional de Serviço Social/ 6ª Regional – Seccional de Juiz de Fora. A inserção no Conselho propiciou um espaço reflexivo sobre as alterações em curso na contemporaneidade nos diversos campos sócio-ocupacionais.

Tendo em vista o compromisso com o meu aprimoramento intelectual, as questões que me aproximaram do objeto deste estudo e a disposição para a sua realização tiveram início com a minha inserção na Força Aérea Brasileira. Esta ocorreu após aprovação no concurso para o quadro complementar de oficiais da Aeronáutica (Qcoa), sendo classificada nas vagas destinadas ao Serviço Social, para trabalhar na Seção de Serviço Social do Decea, local onde atuo desde setembro de 2012.

O Decea possui uma Seção de Serviço Social, prevista em organograma, situada na Divisão de Pessoal, subordinada ao chefe do gabinete e ao diretor geral do Decea. Esta Seção tem por atribuição realizar o atendimento social, individual ou familiar, bem como elaborar o planejamento, a implementação e a avaliação

de projetos sociais coletivos, voltados para atender as demandas sociais apresentadas pelo efetivo.

Nessa direção, este estudo apresenta as particularidades do Serviço Social no Decea e, em especial, o potencial operacional das respostas construídas pela profissão diante das demandas e desafios em face das transformações societárias e as implicações para os trabalhadores responsáveis pela segurança e controle do espaço aéreo do país.

Por meio dos atendimentos sociais realizados pelos assistentes sociais, foi possível observar o reflexo das alterações em curso nas relações de trabalho e o impacto sobre as condições de vida do efetivo. Observações que ajudaram a embasar a hipótese deste estudo, mas que exigiram uma pesquisa aprofundada para coletar e analisar dados empíricos sobre o contexto vivenciado pelos militares e civis atendidos pelo Serviço Social. Além disso, é imprescindível, nas diversas áreas sócio-ocupacionais, que o assistente social realize pesquisas, visando conhecer e intervir na realidade (Iamamoto, 2015).

O recorte temporal do presente estudo privilegiou os anos de 2014 até o primeiro semestre de 2016, ao considerar que as transformações societárias, no que se refere ao neoliberalismo, à reforma gerencial do Estado e a reestruturação produtiva, no Brasil, foram instauradas a partir da década de 1990 do século XX e foram mantidas no início do século XXI. Desta forma, o estudo concentrou-se nestes anos devido à minha inserção na Seção de Serviço Social do Decea, conforme já exposto, bem como a necessidade de delimitação temporal hábil para a realização da pesquisa, com posterior análise dos dados.

Em relação aos procedimentos metodológicos, estes foram compostos, inicialmente, por uma investigação que incorporou estudos bibliográficos, análise documental e pesquisa empírica.

A pesquisa bibliográfica foi realizada com o objetivo de trazer maior embasamento e conhecimento teórico sobre o objeto de estudo. Foram analisadas, no primeiro momento, as principais literaturas que tratam sobre as transformações do “mundo do trabalho”, incluindo a reestruturação produtiva e o processo de contrarreforma do Estado, com o intuito de aprofundar a discussão teórica iniciada no projeto apresentado no exame de qualificação. Este procedimento foi feito a partir de leituras de produções dos principais autores que discutem estas temáticas, tais como Behring e Boschetti (2008), Nogueira, (2004), Antunes (1999, 2000 e 2006), entre outros.

Articulado a esse contexto, foi necessário realizar um estudo, também no âmbito da revisão da literatura, sites e legislações que trazem questões sobre as Forças Armadas, em especial a Aeronáutica e, sobretudo, a área de segurança e defesa do espaço aéreo brasileiro, a fim de apresentar o cenário onde se configura o trabalho do assistente social aqui apresentado. Neste sentido, foi preciso realizar a contextualização histórica do controle do espaço aéreo brasileiro, bem como uma explanação sobre o Decea, frente às inflexões em curso no setor.

Posteriormente, foi realizado um estudo sobre as transformações societárias recentes e o trabalho do assistente social no Decea, tendo em vista a elaboração de respostas profissionais que vão atender as demandas e necessidades dos trabalhadores. As obras de referência para este procedimento foram as produções de Iamamoto (2007, 2009, 2011 e 2015), Alves (2015), Cantalice; Silva (2008), entre outros autores referenciados nesta dissertação.

Além do estudo bibliográfico, foi realizada uma pesquisa empírica a partir dos registros produzidos pelos assistentes sociais na Seção de Serviço Social do Decea (ficha social, relatórios sociais, prestação de contas). Em seguida, foi elaborada a sistematização dos dados coletados, com o objetivo de identificar as demandas postas ao Serviço Social do Decea. E foram, ainda, examinadas as respostas profissionais construídas pelos assistentes sociais.

Mediante o exposto, a estrutura desta dissertação é formada por uma introdução e três capítulos. O segundo capítulo versa sobre a contextualização histórica bem como sobre a apresentação do Decea, ressaltando a missão institucional de cada uma das organizações miliares (OM) que fazem parte deste Departamento. O objetivo foi desvendar este espaço sócio-ocupacional de trabalho do assistente social e realizar mediações sobre as modificações operadas pela sociabilidade capitalista, no quadro mais geral e em um universo tão particular como a FAB e o Decea.

O terceiro capítulo deste estudo refere-se às transformações societárias em curso, processadas no capitalismo a partir da segunda metade do século XX. Aborda a configuração do Estado neoliberal, a reestruturação produtiva e a reforma do Estado brasileiro, com o objetivo de analisar o impacto deste processo para o “mundo do trabalho” e para as condições de vidas dos trabalhadores. Compreendendo que as políticas sociais estão condicionadas pela direção hegemônica do desenvolvimento econômico e político adotado pelo país. O esforço foi de compreender, no decorrer desta pesquisa, sobre a possível relação

existente entre as demandas postas ao Serviço Social, neste contexto, bem como as possibilidades de respostas profissionais.

O quarto capítulo apresenta uma explanação a respeito do Serviço Social, trazendo elementos para a análise sobre as transformações em curso e as alterações para o Serviço Social. Apresenta, ainda, o Sistema de Assistência Social do Comaer e as normas que respaldam o trabalho do assistente social neste espaço sócio-ocupacional. Na sequência, problematiza a atuação profissional no Decea a partir das demandas que exigem respostas às expressões da questão social na atualidade. Por fim, é apresentada a análise dos dados coletados na pesquisa desenvolvida em relação às demandas e respostas profissionais efetivadas, com o objetivo de apreender como as transformações incidem sobre o Serviço Social e sobre o exercício profissional na contemporaneidade, de forma geral, e sobre o Serviço Social no Decea, em particular.

Portanto, vale ressaltar a possível contribuição deste estudo, visto que foi verificada a existência de poucas produções teóricas voltadas para o trabalho no âmbito militar, no Comando da Aeronáutica e na área de segurança e controle do espaço aéreo brasileiro. Estudar o trabalho do assistente social em um contexto militar torna-se um tema de grande valor, visto que a atuação destes profissionais ainda é pouco conhecida pela profissão, pela sociedade e mesmo no âmbito acadêmico. O trabalho cotidiano nas organizações militares precisa ser trazido para o centro do debate, promovendo o conhecimento real de suas particularidades, das demandas postas para as profissões, visando desmitificar ideias pré-estabelecidas sobre o trabalho realizado pelo assistente social no âmbito das Forças Armadas.

Dessa forma, este estudo possui relevância para a área de Serviço Social, visto que não foi encontrada nenhuma pesquisa realizada por assistentes sociais no âmbito do controle do tráfego aéreo nacional, e a inserção profissional neste espaço existe desde a década de 1980. Entretanto, constata-se trabalhos na área de Psicologia, Engenharia, Medicina e de militares especialistas em controle aéreo, dentre outros⁵. Ademais, as atividades voltadas para a proteção ao voo estão relacionadas com a prestação de serviços essenciais, nos quais está envolvida a segurança de vidas – “vidas conduzindo outras vidas”.

⁵ Podemos citar como exemplo: Araújo (2000); Figueiredo (2011).

2 Desvendando o cenário da pesquisa

Neste capítulo, será apresentado o contexto histórico do controle do espaço aéreo e apresentado o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), visto que o trabalho do assistente social aqui estudado se insere neste espaço ocupacional.

Assim, é imprescindível aprofundar o conhecimento sobre a missão institucional desta organização militar (OM), bem como ressaltar as suas particularidades e promover uma aproximação com as características das atividades profissionais desempenhadas pelos trabalhadores, militares e servidores civis ali inseridos.

É necessária, ainda, a busca por mediações diante das transformações societárias em curso, que serão apresentadas no próximo capítulo, com a finalidade de conhecer as especificidades desse contexto em sua totalidade.

2.1. Contextualização histórica do Controle do Espaço Aéreo Nacional⁶

As primeiras atividades voltadas ao controle do espaço aéreo brasileiro estão relacionadas à criação do Ministério da Aeronáutica⁷, no ano de 1941. A partir da criação desse Ministério, foi estruturado um sistema para atender a aviação civil e militar do país. Além disso, o novo Ministério assumiu a responsabilidade de implantar e operar equipamentos de proteção ao voo em todo o território nacional, consolidando a prestação dos serviços de telecomunicações aeronáuticas, de meteorologia aeronáutica, de busca e salvamento e de informações aeronáuticas (Rootsweb, 2006).

A análise histórica do desenvolvimento da proteção ao voo passa por fases importantes: a criação da Diretoria de Rotas Aéreas (DR), de 1941 a 1971, cuja atividade principal estava voltada ao desenvolvimento aéreo, com enfoque nas

⁶ O histórico está disponível em: <http://www.decea.gov.br/?page_id=41>. Acesso em: 13 set. 2015.

⁷ Em 2001 o Ministério da Aeronáutica foi extinto e passou a ser designado Comando da Aeronáutica – Comaer.

necessidades de infraestrutura dos aeroportos e das rotas aéreas, com o objetivo de favorecer uma condução segura da navegação aérea.

Em 1944, temos a criação da Organização da Aviação Civil Internacional⁸ (Oaci), devido à necessidade de realização de uma regulamentação global do transporte aéreo. A Organização desenvolveu o trabalho no campo da assistência técnica, com o objetivo de prover maior eficiência e segurança aos serviços de infraestrutura aeronáutica nos países em desenvolvimento.

De 1972 a 2001 o órgão gestor altera-se para a Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo (Depv). Esta diretoria deu continuidade ao trabalho realizado pela DR, integrando o país de forma a garantir o desenvolvimento das ações relacionadas ao controle aéreo. Nesta perspectiva, foi implementado o Sistema de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Sisdacta), favorecendo a chegada de novos meios de comunicação e de navegação aérea, tornando mais eficaz a coordenação das atividades de controle das aviações civil e militar (Decea, 2011).

Ainda no início da década de 1970, precisamente em 17 de abril de 1973, foi criada uma importante organização militar (OM), o Grupo de Inspeção em Voo (Geiv). No entanto, cabe ressaltar que as primeiras atividades desenvolvidas foram realizadas na década de 1950, quando foi solicitado, pelo extinto Ministério da Aeronáutica, aos Estados Unidos “o fornecimento de Auxílio à Navegação, assistência técnica, instalação e treinamento de pessoal especializado para as necessárias manutenções” (Decea, 2011, p. 89).

No decorrer dos anos as atividades foram se aperfeiçoando. Atualmente, todas as missões de inspeção em voo são coordenadas pelo Geiv. Esta unidade aérea conta com aeronaves-laboratório, que possuem equipamentos eletrônicos atrelados – denominados de “painéis de inspeção em voo”, que permitem a equipe envolvida (pilotos inspetores; operadores de sistema de proteção ao voo; operadores de sistema de posicionamento da aeronave e mecânicos de voo) avaliar a precisão dos sinais emitidos (ondas eletromagnéticas), por meio de equipamentos instalados em solo (por exemplo, pelo equipamento de navegação ILS – *Instrument Landing System*). Assim, esses sinais são captados através dos receptores de bordo das aeronaves e dos instrumentos de auxílio à navegação aérea⁹. E por meio destes instrumentos são fornecidas informações essenciais

⁸ A Oaci pertence à Organização das Nações Unidas (ONU), e conta com 191 países membros.

⁹ Estes instrumentos podem ser internos (acoplados a bordo das aeronaves) ou externos no “solo” e são necessários para garantir a segurança e para que os pilotos possam se localizar, somente por meios de instrumentos nos períodos noturnos, condições adversas, em condições de baixa visibilidade, etc. O Geiv contribui com a aferição e funcionamento adequado de aproximadamente

aos pilotos para que eles possam realizar um voo com segurança, mesmo em condições meteorológicas desfavoráveis. Além disso,

[...] avaliam continuamente a performance dos controladores de tráfego aéreo e dos radares de vigilância; as informações aeronáuticas contidas nas publicações pertinentes e nas cartas aeronáuticas; as informações dos serviços meteorológicos para o meio aeronáutico e os serviços de telecomunicações; e a conformidade dos mapas e procedimentos de navegação aérea (Decea, 2011, p.92).

Vale destacar que a equipe de inspeção em voo do Geiv realiza diversas inspeções anuais, em todos os aeroportos brasileiros e suas aéreas de abrangência, com a finalidade de garantir a segurança dos voos, sejam eles voos militares e de empresas privadas. Desta forma, a missão institucional desta organização é essencial para a segurança do tráfego aéreo e, conseqüentemente, para a sociedade, de forma geral, que utiliza o avião como meio de transporte.

Em virtude do crescimento do volume de tráfego aéreo no país, bem como visando maior controle e operacionalidade, com a incumbência de manter seguro e confiável o fluxo do tráfego aéreo por meio de áreas de jurisdição, foi criado, em 1976, o Primeiro Centro Integrado de Defesa e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta I). Sediado em Brasília/DF, sua estrutura se expande em dezoito Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo (Dtcea), onde estão localizados os meios, sistemas e equipamentos que dão suporte às suas operações. Eles estão instalados em áreas estratégicas, nos estados do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, além do Distrito Federal. O Cindacta I é responsável pelos serviços de controle de tráfego aéreo; defesa aérea; informações aeronáuticas; meteorologia aeronáutica; telecomunicações aeronáuticas e busca e salvamento¹⁰.

Em 1980, foi criada a Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (Ciscea) no Rio de Janeiro. Esta organização surgiu com a necessidade de realização de planejamento, implantação, construção e/ou revitalizações das unidades militares pertencentes ao controle aéreo. Além disso, ficou responsável pela instalação de equipamentos, *softwares* e melhorias nos procedimentos operacionais. A Comissão funciona como uma empresa, visto que

900 auxílios à navegação aérea, aproximação e pouso, tais como: equipamentos de comunicação, de trajetória de aproximação visual (Vasis/Avasis), de trajetória de aproximação de precisão (Papis), medidores de distância (DME), sistemas de pouso por instrumentos (ILS), aferição de sinais de radares, entre outros (Decea, 2011, p. 92). É importante destacar que existem voos visuais que não necessitam do apoio de instrumentos para navegação aérea e voos por instrumentos nos quais todo o percurso do voo depende do auxílio de equipamentos de navegação aérea.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.decea.gov.br/unidades/cindacta-i/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

é composta majoritariamente por funcionários civis contratados, constituídos por engenheiros, arquitetos e técnicos de diversas especialidades do Sistema de Proteção ao Voo, responsáveis pela implantação de modernas tecnologias, atendendo as demandas de segurança e controle aéreo (Rootsweb, 2006). Devido a relevância desta organização, a Ciscea participou, por exemplo, da implantação dos Cindacta's, instalações de radares, equipamentos para as torres de controle do espaço aéreo, entre outros.

Em junho de 1982, foi criado, no Rio de Janeiro, o Primeiro Grupo de Comunicações e Controle (1º GCC). Esta organização tem por atribuição realizar a instalação, a operacionalização e manutenção dos equipamentos transportáveis de comunicações e controle aéreo (por exemplo, radares tridimensionais, radares de precisão de aproximação e pouso, etc.), nas localidades que carecem de recursos para estas finalidades ou devido à falta ou insuficiência de equipamentos fixos ou pessoal habilitados. O 1º GCC possui quatro esquadrões subordinados: 1º/1º GCC, 2º/1º GCC, 3º/1º GCC e 4º/1º GCC, localizados respectivamente em: Santa Cruz, RJ; Canoas, RS; Natal, RN; Santa Maria, RS e Porto Velho, RO (Rootsweb, 2006).

Ainda nos anos de 1980, em 1º de novembro de 1982, através do Decreto nº 87.758, foi instituído o Segundo Centro Integrado de Defesa e Controle de Tráfego Aéreo – Cindacta II, sediado em Curitiba, PR. Este Centro possui quinze destacamentos de controle do espaço aéreo em sua área de jurisdição, que compreende a área de abrangência do Sul do país. Localizados estrategicamente, os Dtcea's são responsáveis pela manutenção operacional de radares, de equipamentos de radionavegação e de telecomunicações, essenciais para a segurança do tráfego aéreo (Decea, 2011).

Outra importante atividade que já existia desde a criação da Diretoria de Rotas Aéreas, está relacionada à cartografia aeronáutica. Porém, o trabalho ainda não era coordenado por meio de uma organização militar (OM). Assim, foi criado, na década de 1980, o Instituto de Cartografia Aeronáutica (ICA), em 10 de maio de 1983, através do Decreto nº 88.296. Localizado no Rio de Janeiro, o ICA possui, em seu quadro de pessoal, militares e servidores civis. Os trabalhadores são responsáveis pelo estudo, planejamento e elaboração de mapas, cartas, manuais de navegação aérea, indispensáveis para o voo, de acordo com as normas internacionais, disponibilizados por meios impressos e digitais. Desta forma, cabe ao Instituto materializar a política cartográfica aérea brasileira (Decea, 2011).

Com o aumento do volume de tráfego aéreo nas rotas internacionais do Atlântico para transporte de carga e passageiros, além do crescimento dos voos domésticos, surgiu a necessidade da utilização de radares e de uma estrutura de defesa e controle de tráfego mais adequada nessa região. Assim, através do Decreto n.º 95.864, de 23 de março de 1988, foi criado o Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta III), sediado na cidade de Recife, PE, que é a unidade responsável pelo controle e gerenciamento do espaço aéreo da região que abrange o Nordeste do país e uma parte do Oceano Atlântico, totalizando uma área de proteção de 13,5 milhões de quilômetros quadrados. O Cindacta III está dividido em dez destacamentos de controle do espaço aéreo¹¹.

Em 1992 foi criada a Comissão para Coordenação de Implantação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (Ccsivam) sob a responsabilidade da Ciscea. Este projeto veio para atender as demandas de proteção ambiental, visto que a região da Amazônia apresentava uma conjuntura crítica em virtude da existência de pistas irregulares de voos, desmatamento, tráfico de drogas, etc. Foram anos de estudos, desenvolveram-se projetos, foram instalados e testados equipamentos de vigilância e defesa do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), de acordo com os interesses do governo federal. O projeto foi concluído em 2002, e trouxe os seguintes benefícios:

[...] áreas de defesa (controle dos espaços terrestre e aéreo); conhecimento detalhado da região (incremento de mapeamento, beneficiando os setores de meteorologia e geografia); saúde (classificação e descobertas de epidemias); e social (colaboração, através dos dados coletados, para distribuição demográfica, cultura e educação) (Decea, 2011, p. 77).

Posteriormente, no ano de 2001, foi estruturado, no Rio de Janeiro, o Departamento de Controle de Espaço Aéreo (Decea). O Departamento assume todas as atribuições da Depv. Além disso, assume a posição de órgão central, responsável por coordenar todas as atividades do Sistema de Controle do Espaço Aéreo - Sisceab.

No ano de 2004, foram instituídas duas organizações militares ao Sisceab. São elas: o Serviço Regional de Proteção ao Voo (SRPV-SP), em São Paulo, e o Instituto de Controle do Espaço Aéreo (Icea).

¹¹ Disponível em: <<http://www.decea.gov.br/unicidades/cindacta-iii/>>. Acesso em: 13 set 2015.

Os precedentes históricos do SRPV–SP estão relacionados aos idos da década de 1940, mediante a necessidade crescente da instalação de serviços de Proteção ao Voo. Sediado no Aeroporto de Congonhas, SP, é responsável pela coordenação das atividades da maior área de densidade de tráfego aéreo do Brasil, que compreende o eixo entre as capitais de São Paulo, SP e Rio de Janeiro, RJ. Desta forma, coordena o movimento aéreo dos seis aeroportos de maior concentração aérea brasileira, três deles localizados em SP e três no RJ, respectivamente: Congonhas, Guarulhos, Campo de Marte, Tom Jobim, Santos Dumont e Jacarepaguá. Realiza os serviços de proteção ao voo, controle de tráfego aéreo, telecomunicações e tecnologia da informação. Possui ainda como atribuição a coordenação do trabalho de nove Dtcea's, de sua área de abrangência (Decea, 2011).

Devido à necessidade de prover a segurança do espaço aéreo e com a introdução de modernas tecnologias, é imprescindível o investimento em formação e constante aperfeiçoamento dos profissionais que compõem o Sisceab. Assim, este possui o Instituto de Controle do Espaço Aéreo (Icea), com a missão de prover “a pesquisa, o desenvolvimento e a capacitação¹²”, localizado em São José dos Campos, SP, com sede no Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). O Instituto recebeu esta denominação em 2004. Todavia, o histórico dos primeiros cursos realizados estão relacionados aos anos de 1960 e 1970, como, por exemplo, o Curso de Preparação de Oficiais de Proteção ao Voo (Cpopv).

O Icea é referência nacional e internacional por realizar cursos de elevada qualidade. Sua estrutura abrange diversas salas de aulas, biblioteca informatizada. Outras atividades de pesquisa e ensino também são desenvolvidas no Icea, tais como: informações aeronáuticas, navegação aérea, inspeção em voo, busca e salvamento, meteorologia, climatologia aeronáutica, informática, eletrônica e telecomunicações. Além destes, são ministrados cursos voltados para elevar o nível de conhecimento da língua inglesa voltado para o controle aéreo. Devido aos estudos e pesquisas desenvolvidas, em 2008 o icea, foi consolidado como instituição científica e tecnológica do Comaer, expandindo as pesquisas para diversas aéreas do Sisceab (Decea, 2011).

No ano de 2005, o Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro (Pame-RJ) foi regulamentado, por meio da Portaria nº 928/GC3, de 18

¹² Disponível em: <<http://www.icea.gov.br/novo/historico.php>>. Acesso em: 12 abril 2016.

de agosto. Todavia, as primeiras atividades realizadas no Parque, localizado no bairro do Caju, remontam à década de 1950. Após a Segunda Guerra Mundial, efetivou-se uma unidade para prover o apoio à infraestrutura de proteção ao voo. A OM se desenvolveu ao longo dos anos e, em 1982, foi considerada uma unidade industrial destinada às atividades voltadas à proteção ao voo e telecomunicações. Atualmente, após a regulamentação:

[...] o PAME tem por finalidade executar as atividades voltadas para o suprimento e a manutenção de equipamentos de Controle do Espaço Aéreo, de detecção de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo e de Telecomunicações do Comando da Aeronáutica (COMAER), bem como a impressão e a consequente distribuição das Publicações Aeronáuticas (AIP Brasil, AIP MAP e ROTAER, dentre outras) de acordo com as normas estabelecidas pelo DECEA, que após serem elaboradas pelas unidades especializadas, são submetidas à Imprensa Gráfica do PAME – RJ para a confecção (Decea, 2011, p.63).

Outra importante OM criada neste período foi o Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea (CGNA), estabelecido através da Portaria nº 1003/GC3, de 31 de agosto de 2005. As atividades iniciais para estruturação deste Centro ocorrem no final da década de 1990. A Organização da Aviação Civil Internacional recomendou aos países membros que fossem criados centros de navegação aérea, com o objetivo principal de controle e monitoramento de fluxo do tráfego aéreo nacional, tomando conhecimento dos possíveis problemas, minimizando os contratemplos, tais como atrasos de voos, fechamentos de aeroportos, etc.

No contexto mundial, existem outros centros em países como, por exemplo, os EUA, Japão e Austrália (Decea, 2011). No Brasil, militares e civis pertencem ao efetivo do CGNA e possuem como atribuições a coordenação das atividades desenvolvidas nos Centros de Controle Aéreo (instalados nos Cindactas e Dtcea's). Com isso, verifica-se que o trabalho dos pilotos e controladores de voos é facilitado. Ademais, contribui para maior controle e segurança do tráfego aéreo, e com voos mais planejados ocorre uma economia maior de combustível (Rootsweb, 2006).

O Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea trabalha diuturnamente e ininterruptamente na monitoração das operações aéreas, nas indicações de gargalos, nos registros dos dados de interesse, na geração de indicadores e na concessão dos horários de transporte, visando à qualidade dos serviços prestados pelo Sisceab, cujas maiores beneficiárias são as empresas aéreas, os passageiros e a aviação em geral (Decea, 2011, p.102).

No ano 2006, foi criado o quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Cindacta IV, sediado em Manaus, AM. Este tem por finalidade executar as atividades relacionadas à vigilância e o controle da circulação aérea, que compreende uma área de 5,2 milhões km², equivalente a cobertura de cerca de 60% do território nacional e abrange os estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Amapá, Acre, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão. O Cindacta IV é responsável por 26 destacamentos com a finalidade de executar as atividades relacionadas ao controle do espaço aéreo, defesa aérea, telecomunicações aeronáuticas, busca e salvamento e informações aeronáuticas¹³.

Ressalta-se que os Cindacta's são importantes organizações militares, que compõem o Sisceab, e foram criados com o objetivo estratégico de descentralizar as atividades de controle e segurança aérea, a partir da organização do trabalho situada em determinada área de jurisdição.

No ano de 2009, por meio do Decreto nº 6.834, de 30 de abril foi regulamentada mais uma unidade militar que compõem o Sisceab, a Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo (Asocea). A OM foi estruturada devido à necessidade de atender as recomendações da Oaci, previstas na Convenção de Aviação Civil Internacional, assinada em dezembro de 1944, em que os países membros, tais como o Brasil, assumiram o compromisso de garantir a segurança da aviação civil. A Oaci promoveu auditorias nos países signatários com a finalidade de contribuir com a segurança do voo. Foi observada a fragilidade do Decea, diante dos objetivos da auditoria, como a falta de um sistema de vigilância operacional sobre os órgãos provedores do serviço de navegação aérea nacional. Deste modo, foi criada a Asocea a fim de atender as necessidades de segurança operacional do serviço de navegação aérea, a coordenação e controle das atividades de inspeção do serviço de navegação aérea e o gerenciamento do programa de vigilância da segurança operacional do serviço de navegação aérea. Antes da criação da Assessoria, as atividades eram realizadas pelo Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (Cernai).

Em 2008, foram iniciados os trabalhos para a criação de uma nova estrutura operacional destinada a realizar inspeções aos órgãos do Sisceab, que empregaria inspetores formados e habilitados para o desempenho da função, em conformidade com o previsto pelo programa da OACI. Após a criação da

¹³ Disponível em: <<http://www.decea.gov.br/unidades/cindacta-iv/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

ASOCEA, já nos primeiros trabalhos, verificou-se através da auditoria realizada, no ano de 2009, excelentes resultados, com o índice de aproveitamento de 95%, colocando o Brasil entre os melhores desempenhos alcançados em relação ao trabalho de controle do espaço aéreo. Com esse resultado, constata-se uma evolução no Sisceab, atrelada ao desenvolvimento da segurança do serviço prestado à aviação brasileira, bem como, à sociedade brasileira e internacional usuária desta modalidade de transporte.

A última OM criada no século XXI, foi a Junta de Julgamento da Aeronáutica (Jjaer), pela Portaria 874/GC3 de 9 de dezembro de 2010. E instituída no ano de 2011, no Rio de Janeiro. De acordo com o Regulamento Roca 2184/2010, a Jjaer tem por finalidade a realização de apurações, julgamentos administrativos e aplicação de penalidades relacionadas às infrações de tráfego aéreo e o descumprimento das normas que regulamentam o Sisceab, estabelecidas na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA), e em legislação complementar.

Conforme mencionado, todo o controle do espaço aéreo brasileiro está sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica, por intermédio do Decea, e sua finalidade é prover os meios necessários para a segurança e controle do tráfego aéreo.

Com esta breve contextualização histórica, sobre o controle do espaço aéreo, foi possível conhecer de forma objetiva as principais organizações militares que compõem o Sisceab. E, ainda, observar, de acordo com as suas especificidades, a dimensão das atividades desenvolvidas em que se articulam profissionais e tecnologia de ponta, resultando em um trabalho imprescindível e de grande relevância para a sociedade, sendo este realizado sob o comando de uma instituição repleta de singularidades.

Por fim, vale ressaltar ainda que o Decea é a única instituição brasileira detentora de tecnologias indispensáveis para a execução de complexos procedimentos relacionados ao controle, segurança e defesa do espaço aéreo do país.

No próximo item, serão apresentadas as particularidades do Decea, com o objetivo de problematizar e aprofundar algumas questões, tais como: sua missão e valores institucionais, o papel do Estado neste contexto, seus agentes e chefias (trabalhadores – militares e servidores civis), as condições de trabalho, as correlações de força, entre outros, tendo em vista que é neste espaço socio-

ocupacional que estão inseridos os assistentes sociais cujo trabalho buscamos conhecer neste estudo.

2.2.

O Departamento de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro

Compreender o universo do controle do espaço aéreo brasileiro - a organização militar, sua missão institucional, seus integrantes, os valores da vida na caserna, as características dos processos de trabalho - a partir do “olhar” do Serviço Social, é algo desafiador. Este contexto é enriquecedor e está diretamente interligado à missão institucional da Força Aérea Brasileira. Deste modo, no primeiro momento, será realizada uma breve análise sobre o Comando da Aeronáutica (Comaer) e, posteriormente serão apresentadas as especificidades do Decea.

O Comaer é subordinado ao Ministério da Defesa, sob a autoridade do presidente da República. De acordo com o artigo 142 da Constituição Federal de 1988, a Aeronáutica – constitutiva das Forças Armadas, juntamente com o Exército e a Marinha – é uma instituição nacional, permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina (Brasil, 1988).

A instituição apresenta como missão principal “manter a soberania do espaço aéreo nacional com vistas à defesa da pátria”. Além disso, possui a missão, prevista na Carta Magna, de garantir os poderes constitucionais, e prover a lei e a ordem, por iniciativa de qualquer um dos poderes constitucionais. Cabe ainda destacar, como atribuições subsidiárias, que compete ao Comaer cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, de acordo com a determinação do presidente da República. E, concernente à visão da Instituição, esta almeja ser “uma Força Aérea de grande capacidade dissuasória, operacionalmente moderna e atuando de forma integrada para a defesa dos interesses nacionais”¹⁴.

A Força Aérea Brasileira (FAB) utiliza o *slogan*: “Asas que protegem o país”, o que significa dizer, por exemplo, que a proteção aérea do país envolve a prevenção e o amparo nas situações de ameaças externas; a atuação em missões de contenção de crimes transnacionais; ações de ajuda humanitária em ocasiões de desastres naturais e missões especiais, entre outros.

¹⁴ Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/institucional>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

Em relação aos valores disseminados pelo Comaer, a instituição considera que estes são fundamentais para “nortear” as ações desenvolvidas pelo efetivo, bem como fomentar a “cultura” da organização, sendo difundidos desde o processo de formação dos militares. Estes valores estão previstos no Estatuto dos militares – Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, são eles: o patriotismo; o civismo e o respeito ao culto das tradições históricas – como, por exemplo, a exaltação à bandeira nacional e cerimônias de formaturas militares; a crença na missão das forças armadas; o “espírito de corpo” – colaboração e união entre os pares; o amor à profissão e o compromisso com o aprimoramento profissional. Os valores da caserna são centrais na vida dos indivíduos e devem se manifestar no “bom” comportamento do militar dentro e fora da instituição.

Para atingir a sua missão institucional, o Comaer dispõe de suporte técnico e material, de recursos humanos e de arcabouço jurídico, estando estruturado sob o comando de diversas organizações militares (OM) localizadas no território brasileiro, onde são desenvolvidas complexas atividades.

Neste sentido, a estrutura e as diretrizes para o desenvolvimento do trabalho das OM's partem do comandante da Aeronáutica e do Estado Maior da Aeronáutica (Emaer)¹⁵. A sede do Comando é localizada na cidade de Brasília, DF. Atrelados ao Comaer estão subordinados três grandes comandos-gerais e três departamentos com várias organizações militares interligadas, são eles: Comando-Geral de Operações Aéreas (Comgar) - ao qual estão subordinadas todas as unidades aéreas, bases aéreas e órgãos relacionados; Comando-Geral de Apoio – Comgap, que tem por finalidade planejar e gerenciar as atividades relacionadas ao apoio logístico e de serviços da Aeronáutica; Comando-Geral de Pessoal (Comgep) - responsável pelo gerenciamento dos recursos humanos, militar e civil; Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), que é responsável pelo controle e gerenciamento do espaço aéreo; Departamento de Ensino da Aeronáutica (Depens) - responsável pelas unidades de ensino da Força Aérea e o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) que abrange os grandes institutos voltados para área de Ciência e Tecnologia Aeronáutica. Outra organização que está atrelada ao comandante é a Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (Sefa), que é a unidade responsável pelo gerenciamento das atividades financeiras, contábeis e patrimoniais.

¹⁵ O Emaer é um órgão de Direção Geral que possui a atribuição de assessorar o Comandante nos assuntos inerentes à instituição. Assim, é responsável por coordenar todas as atividades desenvolvidas pelos grandes Comandos Gerais e Departamentos do Comaer.

E para o funcionamento de suas organizações militares a FAB necessita de recursos humanos, isto é, de profissionais especializados, que são constituídos por um universo que compreende: oficiais, graduados e civis concursados ou contratados.

Desta forma, o quadro de oficiais de carreira é composto por aviadores, intendentes e infantess¹⁶. Já o quadro de apoio, é formado por oficiais de carreira ou oficiais temporários, tais como assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, administradores, médicos, dentistas, engenheiros, etc. Ademais, podem alcançar o quadro de oficiais os militares que ingressam na FAB como graduados. Após realizarem concurso interno são promovidos.

Quanto aos graduados, os sargentos ingressam na FAB após aprovação em concurso público e são distribuídos em diversas especialidades. Sua formação é realizada na Escola de Especialistas da Aeronáutica. Após a conclusão desta fase, recebem a graduação de terceiro sargento e, a cada período de sete anos, são promovidos a uma graduação superior, podendo chegar a suboficiais. E para as missões de manutenção das unidades e apoio, o efetivo é composto por cabos, taifeiros e soldados. O quadro contendo posto e graduação, de acordo com a hierarquia militar, é apresentado a seguir:

¹⁶ Os aviadores são responsáveis por diversas missões na Força Aérea, desde conduzir as aeronaves militares até a realização de funções administrativas nas unidades. Já os intendentes são os responsáveis pela administração das organizações militares. E, por fim, os infantess são preparados para as missões de segurança e defesa das unidades aéreas. As três especialidades são formadas na Academia da Força Aérea, localizada em Pirassununga, SP.

Quadro 1- Postos e graduações do Comando da Aeronáutica

OFICIAIS GERAIS
Tenente-Brigadeiro-do-Ar
Major-Brigadeiro-do-Ar
Brigadeiro
OFICIAIS SUPERIORES
Coronel
Tenente-Coronel
Major
OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS
Capitão
OFICIAIS SUBALTERNOS
Primeiro-Tenente
Segundo-Tenente
Aspirante
GRADUADOS
Suboficial
Primeiro-Sargento
Segundo-Sargento
Terceiro-Sargento
Cabo
Taifeiro-Mor
Soldado Primeira classe
Taifeiro Primeira Classe
Soldado Segunda Classe
Taifeiro Segunda Classe

Fonte: <<http://www.fab.mil.br/postosegraduacoes>>.

Cabe ressaltar que a FAB possui um quantitativo expressivo de oficiais e graduados temporários de diversas especialidades. A análise deste contexto será apresentada no item 3.2 desta dissertação. Cabe ressaltar que esta conjuntura está relacionada ao direcionamento assumido pelo Estado brasileiro com a implementação da contrarreforma e da reestruturação produtiva, alterando as características do trabalho na sociedade.

Deste modo, o contexto político e econômico do país traz implicações para o direcionamento das ações, para o planejamento do trabalho, implementação de

projetos, definição dos orçamentos, bem como na aprovação da legislação para a área de defesa nacional.

Sabe-se que as ações empreendidas pelo Estado capitalista manifestam-se devido à existência de classes sociais antagônicas na sociedade. Nesta perspectiva, o Estado é responsável por realizar a mediação entre as classes sociais, por meio de sua função ideológica, levando em consideração os diferentes interesses em disputa e garantindo o domínio de uma classe sobre a outra (Ludwig, 1998). No Brasil, no decorrer do processo histórico, observa-se que o Estado vem funcionando como “comitê executivo da burguesia” (Marx; Engels, 1848)¹⁷, embora seja atravessado pelas lutas de classe.

Segundo Ludwig (1998), é necessário entender o papel do Estado no âmbito das forças armadas. Este autor ressalta que os seus membros são grupos sociais organizados e não estão inseridos na esfera da produção. Eles exercem o seu poder no Estado, ou seja, o Estado estabelece a este grupo o seu lugar e função. O referido autor expõe o pensamento de Gramsci:

[...] O pertencimento de classe se dá não pela gênese e sim pela função. Na medida em que esse grupo realiza funções de classe é que ele se torna parte dessa classe. No caso em pauta, trata-se da classe social dominante. A subordinação factual a essa classe é feita por meio de sua sujeição ao Estado. Os intelectuais que, a seu ver, se incluem na concepção de categoria, são elementos importantes ao exercício da hegemonia social e do governo político, pois trabalham na obtenção do consenso das massas e põem em ação o aparelho de coerção estatal para assegurar, de acordo com a legalidade, a disciplina daqueles grupos avessos ao consentimento (Ludwig, 1998, p. 11-12).

Infere-se desta análise que as forças armadas atuam como aparelhos coercitivos e ideológicos do Estado. Dependendo da conjuntura, agem com repressão ou consenso para assegurar a disciplina das classes sociais em disputa pela hegemonia e, desta forma, constituem o “braço armado do Estado” (Gramsci apud Coutinho, 1994).

Neste sentido, é fundamental compreender a função e o direcionamento adotado pelo Estado na sociedade capitalista, bem como que a sua influência repercutirá no âmbito de todas as esferas sociais, inclusive para as organizações das forças armadas e do Comaer.

¹⁷ De acordo com o Manifesto do Partido Comunista. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/manifestocomunista.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

Após as apresentações iniciais, cabe, neste momento, trazer questões específicas relacionadas ao controle do espaço aéreo brasileiro, tendo em vista o objeto da pesquisa realizada.

Sem comprometer o previsto em documento constitucional, foi delegado ao Comaer a atribuição subsidiária de prover a segurança da navegação aérea do país, de acordo com o artigo art.18 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas:

Art. 18. Cabe à Aeronáutica, como atribuições subsidiárias particulares:

I - orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil;

II - prover a segurança da navegação aérea;

III - contribuir para a formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional;

IV - estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária;

V - operar o Correio Aéreo Nacional.

VI – cooperar com os órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, quanto ao uso do espaço aéreo e de áreas aeroportuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução; (Incluído pela Lei Complementar nº 117, de 2004)

VII - preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, de maneira contínua e permanente, por meio das ações de controle do espaço aéreo brasileiro, contra todos os tipos de tráfego aéreo ilícito, com ênfase nos envolvidos no tráfico de drogas, armas, munições e passageiros ilegais, agindo em operação combinada com organismos de fiscalização competentes, aos quais caberá a tarefa de agir após a aterragem das aeronaves envolvidas em tráfego aéreo ilícito, podendo, na ausência destes, revistar pessoas, veículos terrestres, embarcações e aeronaves, bem como efetuar prisões em flagrante delito. (Redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 2010) (Brasil, 1999).

E pelo Decreto 6.834, de 30 de abril de 2009, foi estabelecido:

Art. 3º Ao Comando da Aeronáutica compete:

[...]

IV - executar ações relativas à defesa do País, no campo aeroespacial;

V - contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito à aviação, ao controle do espaço aéreo, às atividades espaciais, à infraestrutura aeronáutica e à espacial e às atividades afins com a destinação constitucional da Aeronáutica, especialmente as relativas a recursos e ao desenvolvimento científico, tecnológico e industrial de interesse aeronáutico e espacial;

[...]

IX - cooperar, na sua área de atuação, com os órgãos governamentais responsáveis pelo controle das atividades de aviação civil e da infraestrutura aeronáutica;

[...]

XIII - prover a segurança da navegação aérea;

XIV - exercer o controle do espaço aéreo brasileiro, observado o disposto no § 2º do art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; (Redação dada pelo Decreto nº 7.245, de 2010);

XV - apurar, julgar, aplicar penalidades e adotar providências administrativas por infrações ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro previstas na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na legislação complementar, inclusive as relativas às tarifas de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea em rota, bem como conhecer os respectivos recursos; (Redação dada pelo Decreto nº 7.245, de 2010) (Brasil, 2010).

De acordo as normas supramencionadas, as atividades relacionadas ao controle de tráfego aéreo no Brasil estão sob a responsabilidade do Comando da Aeronáutica. E, dentre as diversas unidades que a compõem, foi delegada ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), a função de gerenciar e planejar as ações inerentes ao controle e defesa do espaço aéreo e prover meios à proteção ao voo.

Está previsto no art. 19 do Decreto nº 7.425, de 28 de julho de 2010:

Ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo compete:

I - planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas com o controle do espaço aéreo, com a proteção ao voo, com o serviço de busca e salvamento e com as telecomunicações do Comando da Aeronáutica; e II - apoiar a Junta de Julgamento da Aeronáutica em suas funções (Brasil, 2010).

A Portaria nº 913/GC3, de 21 de setembro de 2009, do Comando da Aeronáutica, estabelece que o Decea deve prover os meios necessários para o gerenciamento e controle do espaço aéreo e o serviço de navegação aérea, de modo seguro e eficiente.

Neste sentido, com o objetivo de desenvolver as suas competências e atribuições, o Decea segue as normas e legislações nacionais, bem como as diretrizes estabelecidas pelos acordos internacionais emanados pela Oaci - Organização de Aviação Civil Internacional¹⁸. Atualmente, o Sistema de controle do espaço aéreo empregado no Brasil é referência para outros países da América do Sul (Decea, 2011).

No Brasil, as ações relacionadas tanto ao controle de tráfego aéreo dos voos civis quanto dos voos militares, ficam atreladas ao Ministério da Defesa. No

¹⁸ “Criada em 1944 pela famosa Convenção de Chicago e com sede em Montreal, Canadá, a Oaci determina as diretrizes para os serviços de tráfego na aviação civil mundial. Estas diretrizes são definidas em Assembleias constituídas por representantes dos países signatários – aproximadamente 200 – divididos em três grandes grupos. O Brasil, desde a criação da Oaci faz parte do grupo de elite, o Grupo I, e sua participação e permanência se dá por meio de votação” (Decea, 2011, p. 106).

entanto, há estudos¹⁹ apontam que não deveria existir a centralização das atividades (controle do tráfego aéreo e navegação aérea) no âmbito militar. E, sim, deveria ser criada uma empresa pública, vinculada ao Ministério dos Transportes, voltada para atividades de controle do tráfego aéreo da aviação civil. Vejamos:

O Brasil é um dos poucos países do mundo que detém autonomia em software de controle do tráfego aéreo e defesa aérea e o pioneiro em possuir um sistema integrado que sob uma mesma gerência monitora, exerce controle e age, coordenadamente, tanto nos movimentos aéreos da aviação civil, como naqueles relativos às operações militares. O sistema integrado é uma invenção brasileira e seu êxito comprovado, após mais de 20 anos de atividade, passou a ser recomendado aos demais países pela própria OACI como modelo de sucesso a ser copiado (Rootsweb, 2006, p. 3).

Assim, no Brasil, temos a integração e a coordenação de dois sistemas, controle do tráfego aéreo e defesa aérea, utilizando os mesmos auxílios tanto para o tráfego civil, quanto para o militar. Este sistema híbrido contribui para a economia de recursos financeiros e diminui o quantitativo necessário de trabalhadores responsáveis pela operação de sistemas autônomos (Mckinsey e Company, 2010).

Hoje, diferentemente da grande maioria dos países, a atividade de Controle do Espaço Aéreo no Brasil é executada de forma integrada, ou seja, os mesmos recursos de Comunicação, Detecção, Controle e Alarme Aéreo Antecipado disponíveis são utilizados tanto para o controle de tráfego da Circulação Aérea Geral, como para as atividades de Defesa Aeroespacial (Rootsweb, 2006, p. 4).

Para a realização e coordenação das ações mencionadas acima, existe no país um sistema denominado Sistema de Controle do Espaço Aéreo - Sisceab. O mesmo é composto por várias organizações militares: o Centro de Gerenciamento de Navegação Aérea (CGNA); os Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (Cindacta's I a IV); os 76 Destacamentos de Controles do Espaço Aéreo (Decea's); a Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo (Ciscea); o Primeiro Grupo de Comunicações e Controle (1º GCC); o Grupo Especial de Inspeção em Voo (Geiv); o Instituto de Cartografia Aeronáutica (ICA); o Instituto de Controle do Espaço Aéreo (Icea); o Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro (Pame-RJ); o Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo (SRPV-SP); a Junta de Julgamento

¹⁹ Como por exemplo, o do Estudo do Setor de Transporte Aéreo do Brasil: Relatório Consolidado. Rio de Janeiro: Mckinsey & Company, 2010.

da Aeronáutica (Jjaer), a Assessoria Operacional do Controle do Espaço Aéreo (Asocea), conforme exposto no item 2.1 deste capítulo.

Além dessas, o Sisceab mantém interligação com diversos elos, representados por instituições públicas e empresas privadas, tais como: a Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) - responsável por supervisionar as atividades do setor aéreo civil, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) - realiza a administração dos aeroportos do país e a Secretaria de Aviação Civil (SAC) - responsável por elaborar políticas para o desenvolvimento da aviação civil entre outros.

O Decea é o órgão central do Sisceab, responsável pela coordenação de todas as atividades desenvolvidas, e possui como tarefa principal garantir a segurança e a fluidez do tráfego aéreo e a defesa do espaço aéreo brasileiro, em uma superfície que equivale a uma área de 22 milhões de quilômetros quadrados (Decea, s/d). As OM's subordinadas, bem como os elos do Sistema, ficam subordinadas às orientações normativas, à supervisão técnica e operacional e a fiscalizações realizadas pelo órgão central, bem como respeitam a subordinação estrutural a qual pertencem.

Nesta perspectiva, para atingir a sua missão institucional, este Departamento dispõe de organizações militares com instalações físicas em centenas de municípios em todos os 27 estados brasileiros. E, além de suporte técnico e material e arcabouço jurídico, necessita de recursos humanos especializados, que já somam mais de 11 mil trabalhadores, dentre militares e civis, com qualificações específicas ao desempenho das múltiplas e complexas atividades do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Decea, 2011).

O Decea possui sua sede na cidade do Rio de Janeiro, situado ao lado do Aeroporto Santos Dumont. Sua estrutura organizacional é formada por uma diretoria-geral, vice-diretoria, e três subdepartamentos (administrativo, técnico e operacional), assessorias e gabinete²⁰. Assim, somente na área Rio, o quantitativo

²⁰ A Diretoria do Decea é composta por um Oficial Geral (Tenente – Brigadeiro) - Dgcea, responsável pela coordenação de todas as atividades relacionadas ao Controle e Defesa Aérea. A Vice - Direção é formada, também, por um Oficial General (Major – Brigadeiro) - Vicea, e possui como atribuição coordenar as ações de planejamento, gestão orçamentária, realizar os contatos com as instituições internacionais e assuntos relacionados ao Setor de tarifas de Navegação Aérea. Já os subdepartamentos são chefiados, por Oficiais Gerais (Brigadeiros) e compete a eles a tarefa de supervisionar e normatizar, nas áreas Operacionais, Técnicas e Administrativas, as atividades de todas as organizações militares subordinadas ao Decea. Por fim, existem as divisões que prestam assessorias ao Dgcea, são chefiadas por Oficiais de diversos níveis hierárquicos e executam funções específicas, são elas: Assessoria de Segurança e Controle do Espaço Aéreo – Asegcea; Assessoria de Comunicação Social – Ascom; Assessoria Jurídica – AJUR; Assessoria de Controle Interno – ACI, Seção de Inteligência – Sint; Secretaria (Secdcea) e Gabinete (GAB) (Decea, 2011).

de trabalhadores do Decea e OM's apoiadas é de aproximadamente mil e oitocentas pessoas, composto por diversas especialidades, majoritariamente militares e cerca de duzentos servidores civis.

Em consonância com a missão institucional da FAB este Departamento possui por missão: “planejar, gerenciar e controlar as atividades relacionadas ao controle do espaço aéreo, à proteção ao voo, ao serviço de busca e salvamento e às telecomunicações do Comando da Aeronáutica”²¹.

Deste modo, é responsável por três grandes sistemas: Sistema de Proteção ao Voo (SPV), Sistema de Telecomunicação do Comando da Aeronáutica (STCA) e Sistema de Busca e Salvamento (Sissar).

O Sistema de Proteção ao Voo ocorre por meio do gerenciamento do tráfego aéreo, cujo objetivo “é garantir voos seguros, regulares e eficazes, respeitando as condições meteorológicas reinantes e as limitações operacionais da aeronave” (Decea, 2011, p.108). No contexto do espaço aéreo, vários eventos ocorrem concomitantes e tornam o controle aéreo muito complexo, tais como os voos comerciais, voos de asa delta, salto de paraquedas, voos militares, entre outros. E para garantir a segurança destas atividades deve-se levar em consideração a demanda de tráfego aéreo, bem como a topologia e a infraestrutura instalada.

Assim, com o objetivo de garantir o controle e a segurança, o gerenciamento de tráfego aéreo foi dividido em zonas/áreas de controle. Quando as aeronaves estão em grandes altitudes, é controlada pelos Centros de Controle de Aérea (ACC). Se a aeronave estiver no processo de subida para alcançar altitudes maiores, ou na descida para o pouso, é controlada pelos Centros de Aproximação (APP). Decolagem ou próximo do pouso é a área de responsabilidade da Torre de Aeródromo (TWR).

O Sistema de Telecomunicação é responsável por estabelecer uma comunicação segura nos serviços de controle de tráfego aéreo. Como exemplo, temos a comunicação estabelecida entre o piloto e os controladores de tráfego aéreo, que deve ocorrer de forma clara e objetiva. A comunicação é usada para conceder autorização, fornecer dados de apoio aos voos, entre outros.

Já o Sistema de Busca e Salvamento, possui os seguintes objetivos: “localizar ocupantes de aeronaves ou embarcações em perigo; resgatar

²¹ Fonte: <<http://www.decea.gov.br/?i=quem-somos&p=competencias>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

tripulações e vítimas de acidentes aeronáuticos ou marítimos com segurança; e interceptar e escoltar aeronaves de emergência” (Decea, s/d, p.101).

Cabe destacar ainda que o Decea possui uma particularidade, que é o pagamento de tarifas aéreas, por parte dos detentores e/ou exploradores de aeronaves civis e aeródromos, ao Departamento, de acordo com o estabelecido na Portaria Decea nº 44/Dgcea de 29 de março de 2012, que dispõe sobre a sistemática para cobranças de preços referentes às tarifas de navegação aérea. Seu artigo 9º estabelece: “A utilização dos serviços, instalação, auxílios e facilidades destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea, proporcionados pelos órgãos e elos do Sisceab, está sujeita ao pagamento de tarifas de navegação aérea”.

Através dos recursos arrecadados, em sua maioria provenientes das companhias aéreas, o Decea investe na manutenção e/ou aquisição de equipamentos, além de gerenciar todos os serviços voltados para a segurança e fluidez do tráfego aéreo nacional. Em contrapartida, as empresas exigem do Estado, por meio do Departamento, as condições adequadas de navegação aérea. Neste sentido, ocorre uma pressão política, por parte dos atores envolvidos, tais como as associações de pilotos comerciais, as empresas de aviação comercial, aviação geral, aeroclubes, para que as atividades desenvolvidas atendam aos requisitos necessários.

É notória a relevância dos serviços prestados pelo Sisceab. E, para alcançar a sua missão institucional, o Sistema é composto por trabalhadores que possuem elevado nível de conhecimento, especializados em diversas áreas e responsáveis pela operacionalização de complexas tecnologias votadas para gerenciar o controle do espaço aéreo brasileiro.

Algumas especialidades, formadas pela Escola de Especialistas de Aeronáutica (Eear), sediada em Guaratinguetá, SP, se destacam no cumprimento da atividade de controle do espaço aéreo, são elas: o controlador de tráfego aéreo, informações aeronáuticas, meteorologia, cartografia, eletrônica e comunicações/telecomunicações aeronáuticas. Devido a importância do trabalho desenvolvido por estes profissionais, será ressaltado o seu papel institucional, pois cada etapa de preparação e voo exige o envolvimento de vários trabalhadores.

O especialista em controle de tráfego aéreo é considerado o profissional “central”, “da ponta” do sistema de segurança e proteção ao voo. Ele é

responsável pelo controle de tráfego aéreo de aeronaves civis e militares, de determinada área de jurisdição e participa de todas as etapas do voo – “acompanham o movimento das aeronaves no céu”, desde a decolagem até o pouso. Realizam os primeiros contatos com os pilotos emitindo autorização e informações necessárias para o voo, tais como: a sua rota, altitude, velocidade, etc. Os pilotos devem cumprir as instruções e autorizações recebidas, com o objetivo de prevenir colisões entre aeronaves e os obstáculos nas imediações dos aeroportos. Auxiliam, ainda, com informações meteorológicas e nas missões de busca e salvamento (Decea, 2011).

O controlador de tráfego aéreo trabalha com padrões e regras que são aprovadas e definidas pelo Decea e entidades internacionais, responsáveis pela regulamentação da circulação do tráfego aéreo. Todo o trabalho é realizado com foco na segurança do tráfego aéreo e prevenção de incidentes e acidentes e, ainda, evitando atrasos entre os horários previstos dos voos.

A formação destes profissionais exige o domínio do idioma inglês, pois a comunicação entre o operador e o piloto é um elemento chave do processo de trabalho, pois cada informação é preciosa.

A troca de informação entre operadores do serviço de tráfego aéreo e pilotos é feita por meio de expressões padronizadas (fraseologias) e tem como principal objetivo o entendimento mútuo, por meio de breves contatos. Quando é necessário soletrar utiliza-se alfabeto fonético conhecido internacionalmente – “alfa” para letra A, “bravo” para letra B e assim por diante (Decea, s/d, p.16).

Para desempenharem a sua função, a formação dos controladores exige aulas teóricas, aulas práticas, estágios e, após a formação, ainda são avaliados constantemente em reuniões denominadas “conselhos operacionais”, que analisam o trabalhador em vários aspectos, envolvendo o aspecto psicológico. Além disso, o trabalho requer responsabilidade, raciocínio rápido, controle emocional, concentração, entre outras.

Os profissionais ficam lotados nos Destacamentos de Controle do Espaço Aéreo (Dtcea), situados próximos aos aeroportos, onde são instaladas as torres de controle e nos Cindactas. Alguns podem trabalhar, ainda, em OM como, por exemplo no CGNA, e exercerem atividades voltadas para o planejamento e gerenciamento de tráfego aéreo.

Na maioria dos países, esta importante atividade é reconhecida como profissão. No entanto, no Brasil ela ainda não é regulamentada e estes profissionais muitas vezes trabalham no anonimato.

Outro profissional essencial para as atividades do Sisceab é o graduado ou oficial formado em informações aeronáuticas. Este tem por atribuição reunir e repassar aos pilotos todas as informações necessárias²² para o planejamento e a execução de voos com segurança, pois uma informação incorreta poderá implicar em grande perigo. Seguem as normas e publicações técnicas padronizadas pela Oaci e uma publicação brasileira²³ e orientam os profissionais nas fases preparatórias para o voo. Desta forma,

O Serviço de Informação Aeronáutica (Aeronautical Information Service – AIS) é o conjunto de atividades executadas com o objetivo de gerar, coletar, processar as informações necessárias à segurança e regularidade da navegação aérea (Decea, s/d, p. 47).

Quanto aos locais de trabalho, estão distribuídos nas OM's subordinadas ao Decea ou nas “Salas AIS” localizadas nos diversos aeródromos brasileiros. Em sua formação, este profissional estuda inglês, cartas aeronáuticas, geografia aplicada, navegação aérea, aeródromos, meteorologia, planejamento aéreo, dentre outras matérias²⁴.

Já o profissional formado em meteorologia aeronáutica é responsável por repassar aos pilotos e a outros profissionais envolvidos no controle de tráfego aéreo informações essenciais, sobre a previsão meteorológica, para um voo seguro.

A informação meteorológica é vital para a segurança das operações aéreas, contribuindo para o conforto dos passageiros e facilitando o estabelecimento de rotas mais rápidas, econômicas e de voos regulares. Embora os avanços da tecnologia aeronáutica tenham tornado as viagens menos sensíveis a determinados aspectos do estado do tempo, a meteorologia continua, e sempre continuará, a ser essencial para a eficiência das operações de voo (Decea, s/d, p.27).

²² Estas informações englobam, por exemplo, regras de circulação aérea, notícias importantes a respeito do funcionamento dos aeródromos, cartas de navegação aérea, entre outras relevantes, para a segurança da navegação aérea geral.

²³ Denominada por Rotaer (Decea, s/d).

²⁴ Disponível em: <<http://www2.fab.mil.br/ear/index.php/2015-06-02-14-14-44?layout=edit&id=174>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

Cabe ressaltar que as informações meteorológicas são fundamentais para os pilotos, visto que eles precisam ter clareza das condições climáticas dos aeródromos de partida e destino, bem como das condições na rota do voo como, por exemplo, a velocidade do vento, a previsão da ocorrência de turbulências e tempestades, etc. Estas informações também são essenciais para os controladores de tráfego aéreo nas três posições: Torre de Controle (TWR), para o Centro de Aproximação de Aeródromo (APP) e para os Centros de Controle de Área (ACC), pois qualquer variação meteorológica poderá comprometer a operação. Outro emprego importante das informações meteorológicas está relacionado ao apoio aos diversos tipos de operações militares (Decea, s/d).

A relevância do trabalho executado pelos militares exige a obtenção de informações claras e atuais sobre as condições meteorológicas dos aeródromos e das rotas de voo. Com o aumento do fluxo do tráfego aéreo, o Decea emprega equipamentos e instrumentos de alta tecnologia.

Sua formação profissional envolve aulas teóricas (física da atmosfera, inglês técnico meteorológico, meteorologia geral, entre outras) aulas técnicas e o estágio supervisionado. Após a formação o graduado poderá atuar no Centro Nacional de Meteorologia Aeronáutica, localizado no Cindacta I, em Brasília, ou nas diversas OM's subordinadas ao Decea²⁵.

O profissional formado em cartografia tem por atribuição elaborar as cartas aeronáuticas que auxiliam os pilotos em todas as fases do voo. Devido ao desenvolvimento da aviação, sobretudo comercial, tornou-se essencial a elaboração de equipamentos confiáveis de navegação aérea. Este trabalho demanda o aprimoramento do trabalhador atrelado ao uso de sofisticadas tecnologias:

A cartografia abrange um conjunto de estudos e operações científicas, artísticas e técnicas que a partir dos resultados das observações diretas ou da exploração de documentos, visa à elaboração ou utilização de mapas. Reúne as atividades que vão desde o levantamento de campo ou pesquisa bibliográfica, até a impressão definitiva e a publicação do mapa elaborado. O Brasil adota as normas e os padrões recomendados para cartografia aeronáutica pelos estados signatários da OACI (Decea, s/d, p.36).

²⁵ Disponível em: <http://www.redemet.aer.mil.br/uploads/2014/04/formacao_eear.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

A formação dos profissionais envolve o estudo de topografia, trigonometria, geometria espacial, cartografia e fotointerpretação etc., essenciais para o processo de aprendizagem²⁶.

A elaboração das cartas envolve um conjunto de trabalhadores de diversas áreas da cartografia, como, por exemplo, o levantamento de campo, o laboratório de impressão técnica etc. Existem dois tipos de cartas aeronáuticas produzidas no ICA, as cartas de navegação visual, em que são seguidas as normas dos voos visuais e as cartas de navegação por instrumentos, utilizadas nos voos realizados apenas com auxílio de instrumentos que emitem sinais para os equipamentos das aeronaves. Esta OM desempenha um papel importante na sociedade, uma vez que somente de posse das cartas de navegação aérea os pilotos estarão aptos a realizarem voos com segurança no espaço aéreo brasileiro.

Já o especialista em eletrônica é o responsável por realizar serviços técnicos de manutenção, remoção, instalação e inspeção de equipamentos eletrônicos, tais como radares e computadores.

O profissional instala e cuida da manutenção de vitais equipamentos eletrônicos das aeronaves, além de aparelhos de solo necessários para a aviação. Também é responsável por ajustar e aferir instrumentos eletrônicos de medida e elaborar e confeccionar circuitos impressos. Coordena ainda a utilização de diagramas, desenhos e publicações técnicas, especifica produtos químicos de limpeza, proteção e lubrificação de equipamentos eletrônicos.

Os profissionais exercem as suas atividades em OM's como os parques de materiais aeronáuticos, unidades aéreas de pesquisas e unidade de desenvolvimento de proteção ao voo. Durante o curso de formação, os alunos estudam diversas disciplinas como, por exemplo, princípios de eletricidade e eletromagnetismo, noções de radares, metrologia, etc.

Por fim, os especialistas em comunicações executam funções importantes no Sisceab, nas comunicações aeronáuticas militares e administrativas, operando e implantando sistemas, redes de comunicações e telecomunicações na segurança da informação.

O profissional opera, no solo ou em voo, sistemas e equipamentos de transmissão e recepção de dados e voz. Também identifica os equipamentos eletrônicos de detecção, localização, de combate eletrônico e de navegação, além

²⁶ Disponível em: <<http://www2.fab.mil.br/ear/index.php/2015-06-02-14-14-44?layout=edit&id=170>>. Acesso em 05 abr. 2016.

de analisar, a bordo de aeronaves, a operação dos auxílios à navegação, de aproximação, de pouso e de radiocomunicações. Operar equipamentos de comunicação de campanha, realizar observação meteorológica de superfície e supervisionar e organizar os arquivos operacionais e administrativos de uma estação de telecomunicações também são funções do especialista em comunicações.

O objetivo primordial é apoiar a aviação com mensagens que garantam a segurança dos voos. Em sua formação o aluno estuda eletricidade e magnetismo, meteorologia aeronáutica, informática e eletrônica, dentre outras matérias.

Além do aprendizado técnico-especializado, os cursos de formação abrangem instruções de conhecimentos gerais, teorias e práticas militares. A instrução relacionada ao campo militar tem por objetivo transmitir aos alunos as doutrinas militares próprias da vida castrense, pautadas na hierarquia e disciplina e nos valores e fundamentos éticos da estrutura do Comaer. Contudo, a Eear tem por atribuição a formação militar, cívica, intelectual e moral dos alunos matriculados.

Em relação às atividades profissionais apresentadas, cabe ressaltar que existem duas modalidades de ingresso na FAB: uma após a conclusão do ensino médio, no qual é necessário estar na faixa etária de 17 a 24 anos, e realizar um concurso público de âmbito nacional para as vagas do Curso de Formação de Sargentos (CFS). Atualmente, existem dezesseis cursos disponíveis, mas, entre os mencionados acima, relacionados diretamente às atividades do Sisceab, estão: Especialista em Controle de Tráfego Aéreo (GBCT); Especialista em Comunicações (GBCO); Especialista em Meteorologia (GBMT); Especialista em Cartografia (GSCF); Especialista em Informações Aeronáuticas (Gsai). Realizado com êxito o curso de formação, com duração média de dois anos, o militar recebe a graduação de terceiro sargento. É importante destacar que a formação do CFS é reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) como curso técnico, de nível médio.

Outra forma de ingresso é através das vagas disponibilizadas ao Estágio de Adaptação à graduação de Sargentos (Eags), para candidatos que já concluíram o ensino médio e possuem curso técnico. São sete especialidades importantes para o desenvolvimento do trabalho na FAB. Entretanto, dos profissionais essenciais para missão do Decea está o Especialista em Eletrônica (Gbet). A

duração média do curso, que é realizado na Eear, é de seis meses. Após a conclusão, o militar recebe a graduação de terceiro sargento.

Vale destacar, ainda, que nas duas modalidades de ingresso, CFS e Eags, existem vagas destinadas para o concurso interno, na qual podem concorrer os cabos e soldados de primeira classe. E, em ambas as especialidades, o militar é promovido a cada sete anos, passando de terceiro sargento para segundo e primeiro sargento, até a graduação de suboficial. Como suboficial ou primeiro sargento, poderá realizar concurso interno para concorrer uma vaga no Estágio de Adaptação ao Oficialato (Eaof) e poderá atingir o posto de capitão.

Entretanto, em algumas atividades profissionais, a formação civil pode ser efetivada, a exemplo dos controladores de tráfego aéreo civil, realizada no Instituto de Controle do Espaço Aéreo (Icea), localizado em São José dos Campos, SP.

Quanto a inserção na instituição como trabalhador militar ou civil, observa-se que não há grandes discrepâncias em relação à remuneração. Mas existem benefícios diferenciados. Além disso, os servidores civis executam o seu trabalho e não são submetidos às atividades próprias do âmbito militar (participação em formaturas, escalas de serviços armados de 24h, etc.). Outra peculiaridade é que os militares e seus dependentes possuem acesso aos serviços de saúde, incluindo tratamento odontológico, oferecidos pelos hospitais da Força Aérea. Já os servidores civis não têm acesso aos tratamentos de saúde na FAB (Araújo, 2000).

Observa-se, pelas funções e atribuições desempenhadas, que os profissionais necessitam de constante capacitação devido à extrema responsabilidade requerida pelas suas atividades, somada às inovações tecnológicas para atender as exigências do setor aéreo. Muitos são formados ainda muito jovens e atualmente verifica-se o aumento do número de profissionais do gênero feminino que ingressam na FAB.

Além disso, como o trabalho de proteção e defesa aérea está presente em todo o território brasileiro, é importante destacar que muitas organizações militares estão sediadas em locais isolados e até inóspitos, em virtude de melhor funcionamento e abrangência dos equipamentos que, a exemplo dos radares, necessitam estar instalados em locais de altitudes elevadas. Alguns militares possuem uma rotina de trabalho diária ou por escalas nesses locais, denominados de destacamentos, porque as atividades voltadas ao controle de tráfego aéreo são realizadas 24 horas por dia, ininterruptas.

Porém, essas localidades podem contribuir para a ocorrência de vários problemas na vida do militar, como o afastamento do convívio familiar, a insuficiência ou precário fornecimento de serviços e políticas sociais básicas. Com isso, verificam-se dificuldades de adaptação do trabalhador em fixar moradia nestas localidades, bem como problemas de adequação ao seu ambiente e condições de trabalho.

Todavia, a atividade realizada por estes profissionais está cada dia mais complexa, devido ao aumento do número de voos e o surgimento de aeronaves mais modernas e rápidas, que transportam um quantitativo maior de passageiros. Sabemos que o avião tornou-se, hoje, um importante e acessível meio de transporte. Desta forma, estes profissionais possuem um enorme grau de responsabilidade, pois uma falha pode ocasionar acidentes fatais.

Podemos observar os dados relacionados ao movimento do setor aéreo nos quadros a seguir.

Quadro 2 - Anuário estatístico operacional – Incremento do setor aéreo

Ano	Movimento de aeronaves	Movimento de passageiros
2010	2.648.449	155.363.964
2011	2.055.163	99.904.524
2012	2.121.411	105.037.228
2013	2.013.391	105.920.737
2014	1.977.989	112.755.511
2015	1.818.170	112.309.729

Fonte: Infraero/2015 ²⁷.

Infere-se da análise do quadro 2 que o movimento das aeronaves vem sofrendo decréscimos. Em contrapartida, o movimento de passageiros se manteve estável em 2012 e 2013 e aumentou nos anos de 2014 e 2015. Sabemos que esta é uma área de exploração do capital e esta expansão visa o lucro, que se faz por meio de constantes inovações tecnológicas somadas aos processos de

²⁷ O Anuário Estatístico referente ao ano de 2015 esclarece que o movimento de aeronaves é realizado com base na soma dos pousos e decolagens de voos regulares (voo com existência de Hotran – horário de transporte), e não regulares (voo comercial sem a existência de Hotran), ambos os conceitos foram definidos pela Anac. É importante ressaltar que não estão inseridos os dados das movimentações militares. Já a o movimento de passageiros é feito com o somatório do quantitativo de passageiros embarcados e desembarcados (incluindo a origem, destino e conexões). Infraero Aeroportos. *Estatísticas*. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/es/estadisticas-de-los-aeropuertos.html>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

recomposição, fusão, ou seja, é o movimento de criação de grandes monopólios na aviação civil. Observa-se, ainda, como forma de incremento para o setor, a existência de passagens aéreas e tarifas mais “acessíveis” aos usuários.

De acordo com Araújo (2000) o controle aéreo deve ser analisado do ponto de vista social e institucional, visto que envolve “atores” com interesses diversos: trabalhadores, companhias aéreas, os usuários deste sistema, várias instituições, incluindo a Aeronáutica, entre outros.

Ademais, é imprescindível que a aviação seja analisada a partir do conceito de “mundialização” do capital e a globalização, em que o objetivo é encurtar caminhos, alcançar todos os lugares desejados em um curto período de tempo, como se estivéssemos em uma “aldeia global”.

No âmbito do Decea, as atividades desenvolvidas convivem lado a lado com tecnologias voltadas, sobretudo, para melhorias, agilidades, segurança, pontualidade e não interrupção dos voos etc. Entretanto, como o espaço aéreo é ocupado por voos militares e particulares, da aviação privada, estes últimos visam diretamente a acumulação de capital. Por isso, as atividades desenvolvidas pela Aeronáutica, na segurança aérea, são muito “visadas” pela sociedade, porque um atraso de voo pode se transformar em “caos” aéreo. Neste sentido, vale ressaltar que o trabalho do militar não produz diretamente a mais valia, mas esta força de trabalho participa do processo de reprodução do capital.

Após apresentadas as particularidades do Decea, será tratado, no próximo item, sobre a inserção do Serviço Social neste Departamento, tendo em vista que os trabalhadores necessitam de atendimento em diversas aspectos: social, psicológico, médico, odontológico etc.

2.3. O Serviço Social no Decea

A intervenção do Serviço Social ocorre nos diversos espaços ocupacionais e se efetiva por meio das instituições empregadoras, via políticas sociais, como forma de responder as necessidades e demandas oriundas das diversas expressões da questão social.

No âmbito da Aeronáutica, os primeiros registros de intervenção do assistente social ocorreram na década de 1950, na área da saúde, e sua atuação

era desenvolvida em um hospital de Força Aérea²⁸. A profissão, nas forças armadas, se legitimou no decorrer dos anos, acompanhando o movimento de renovação do Serviço Social²⁹ e a efervescência de manifestações sociais que ocorriam na sociedade.

No decorrer da década de 1980, mediante o processo de lutas instaurado na passagem dos anos 1970, protagonizado pelas classes trabalhadoras e pelos movimentos sociais populares, foi se constituindo uma pauta de reivindicações que incluía a afirmação de direitos sociais, a luta pela redemocratização do país e o fim da ditadura militar. A Constituição Federal de 1988 emergiu neste contexto de organização da sociedade brasileira e representou avanços para a sociedade, visto que incorporou direitos resultantes de demandas e da participação popular.

A partir da Constituição Federal de 1988, o sistema de seguridade social no Brasil passou a ser entendido como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (Brasil, 1988).

No decorrer da década de 1990 foram elaboradas e aprovadas várias legislações para área social, tais como: A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre Estatuto da Criança e Adolescente; a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 que estabelece as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes; a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. No entanto, esse período foi marcado pela introdução do Estado neoliberal no país, repercutindo em um estado mínimo para a área social.

Orientado pela ótica do acesso aos direitos sociais, qualidade de vida, prevenção de “vulnerabilidades sociais”³⁰, e devido à necessidade de profissionais com conhecimentos específicos para lidar com as questões afetas a área social,

²⁸ As primeiras atividades foram realizadas no Hospital Central da Aeronáutica (HCA), localizado no Rio de Janeiro.

²⁹ O movimento de renovação do Serviço Social se iniciou na década de 1960, e trouxe uma reflexão sobre a profissão em vários aspectos: teórico, metodológico, operativo e político. De acordo com Netto, compreende “[...] o conjunto de características novas, que no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais” (Netto, 2008, p. 131).

³⁰ O conceito de vulnerabilidade social empregado está relacionado com as situações vivenciadas pelo efetivo em decorrência de endividamento, problemas de saúde, habitação em local de risco social, dificuldades de acesso das políticas públicas, entre outros problemas.

foi implementado na FAB o Sistema de Assistência Social (SAS), na década de 1980. No Comaer, a Subdiretoria de Encargos Especiais (SDEE), através da Divisão de Serviço Social, subordinada à Diretoria de Intendência (Dirint), é o órgão central do Serviço Social, sendo responsável por normatizar o SAS e as ações desenvolvidas em nível nacional. No terceiro capítulo, deste estudo, no item 3.2, serão aprofundadas informações sobre o SAS e as normas que respaldam o trabalho do assistente social nas Forças Armadas, de modo geral, e na FAB, em particular.

A partir da estruturação do SAS os assistentes sociais foram inseridos em diversas OM's. Na área de proteção ao voo, ainda na década de 1980, na antiga Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo (Depv), teve início as primeiras atividades voltadas para atender as demandas da área social e foi estabelecida a Seção de "Assistência Social", subordinada à Divisão de Recursos Humanos. Naquela ocasião, a Seção contava com o trabalho de uma assistente social civil.

As ações sociais eram muito incipientes e estavam voltadas para a concessão de empréstimos aos usuários que estivessem passando por alguma necessidade financeira.

No decorrer dos anos a Seção foi recebendo novos profissionais e novas determinações do órgão central, e com isso o trabalho adotou outras configurações, a exemplo da denominação da seção, que foi alterada para Seção de Serviço Social.

Em 2001, o Decea assumiu todas as funções do Depv. E a Seção de Serviço Social continuou incorporada ao seu organograma institucional.

Cabe ressaltar que existem duas frentes distintas de trabalho do Serviço Social neste Departamento: uma voltada para o planejamento das ações do Serviço Social no âmbito do Sisceab e a outra que está relacionada ao atendimento social e à implementação, execução e avaliação de projetos coletivos.

As atividades pertinentes à área do planejamento e gestão em Serviço Social são desenvolvidas por duas assistentes sociais, uma militar do quadro temporário e uma civil contratada. As profissionais trabalham na Divisão de Assistência Integrada e estão inseridas no Subdepartamento de Administração do Decea. Elas são responsáveis pela coordenação e planejamento do trabalho realizado pelas assistentes sociais que estão "na ponta", nas organizações militares, que é a outra forma de atuação, que ocorre prestando atendimentos

diretos aos militares e servidores civis do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab).

O Serviço Social, na área do planejamento, nesse Departamento, surgiu em 2002, com a finalidade de buscar a melhoria da qualidade de vida do efetivo e seus dependentes no âmbito do Sisceab e desenvolvendo ações para que o trabalhador tenha melhor desempenho em seu trabalho. A atuação está voltada para ações sistêmicas, de prevenção e promoção. São realizadas pesquisas, estudos, treinamentos, encontros e assessorias às chefias nas questões inerentes ao Serviço Social, para atender às especificidades do âmbito do Decea e normatizar a atuação. Estas ações estão em consonância com as diretrizes aprovadas pelo Ministério da Defesa no que tange aos Programas da Política de Assistência Social das Forças Armadas e sob a luz das legislações emanadas pelo órgão central, Sdee/Dirint, bem como as orientações específicas do Decea.

Já a outra frente de atuação do Serviço Social é organizada através das Seções de Serviço Social. Assim, temos uma seção de Serviço Social no Decea, e as outras seções estão localizadas nos Cindactas I, II, III, IV e SRPV-SP. No total de profissionais, entre militares e civis, o Decea possui quinze assistentes sociais.

Nesta linha de trabalho tem-se a execução das ações sociais previstas nas legislações existentes. No cotidiano, nas intervenções sociais, por meio das seções de Serviço Social, os usuários apresentam vários tipos de demandas. O efetivo recorre ao Serviço Social em busca de orientações sociais, acesso aos benefícios e serviços sociais, conflitos interpessoais etc. Na Seção de Serviço Social do Decea, os atendimentos sociais são realizados em salas individuais, no próprio espaço físico da seção, de maneira a garantir o sigilo profissional³¹, e são realizados pelas assistentes sociais pertencentes ao efetivo da Seção de Serviço Social.

Atualmente, três assistentes sociais pertencem ao efetivo da Seção de Serviço Social do Decea, duas militares temporárias e uma civil contratada. A militar com mais tempo de serviço acumula a chefia da seção, a gestão dos recursos sociais, bem como as funções militares. Em relação ao pessoal administrativo, de apoio, a seção conta com o trabalho de um sargento. Ressalta-se a insuficiência de recursos humanos para compor a equipe e contribuir com as

³¹ Conforme previsto no Artigo 16, do Capítulo V, do Título III do Código de Ética Profissional do Assistente Social e na Resolução Cfess nº 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do Assistente Social.

funções de suporte para o desenvolvimento das ações. A Seção está subordinada, no organograma da OM, à Divisão de Pessoal (Dpes) e ao Chefe do Gabinete que encaminha as questões pertinentes ao Diretor geral.

A abrangência de atuação da Seção de Serviço Social é ampla, pois está sob sua responsabilidade o alcance das demandas sociais apresentadas por este Departamento e dez organizações militares apoiadas (Comissão de Implantação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo - Ciscea, Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo - Asocea, Instituto de Cartografia Aeronáutica - ICA, Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea - CGNA, Junta de Julgamento da Aeronáutica - Jjaer, Grupo Especial de Inspeção em Voo - Geiv, Primeiro Grupo de Comunicações e Controle - 1º GCC, Destacamento de Controle do Espaço Aéreo do Galeão - Dtcea-GL, Destacamento de Controle do Espaço Aéreo e Telemática do Rio de Janeiro - Dtceatm-RJ, Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Pico do Couto - Dtcea-PCO), ou seja cerca de 1.800 trabalhadores e seus familiares. Sendo assim, constituem os usuários atendidos pela seção, militares da ativa, servidores civis, militares prestando serviços por tempo certo e seus respectivos dependentes.

Cabe ressaltar que as profissionais enfrentam alguns desafios para a realização de seu trabalho, como, por exemplo, os trâmites burocráticos para atendimento das demandas dos usuários, processos licitatórios longos, próprios da administração pública.

Por fim, o Serviço Social na instituição é legitimado, devido ao trabalho efetivado pelas profissionais, desde a década de 1980. As assistentes sociais executam o seu trabalho de acordo com o previsto na Lei de Regulamentação da profissão, Lei 8.662/93 e no Código de Ética Profissional, e possuem autonomia técnica para desenvolverem o seu trabalho. Sobre este aspecto, voltaremos mais adiante.

O próximo capítulo apresentará reflexões acerca das transformações societárias recentes com o objetivo de analisar os rebatimentos para as relações sociais, os trabalhadores e suas condições de vida, bem como as inflexões para o Serviço Social, em geral, e para o Serviço Social da FAB, em particular.

3

Transformações operadas pelo capital e os rebatimentos para o “mundo do trabalho”

As transformações contemporâneas, advindas do contexto de crise do capital incidem no país a partir da década de 1990 do século XX e perduram até os dias atuais. Neste contexto, temos o avanço do processo de globalização mundial e a hegemonia do capital financeiro. Presenciamos a “entrada” do ideário neoliberal, repercutindo sobre as ações do Estado brasileiro. E, ainda, verifica-se a adoção de novas formas de gestão e organização do trabalho, determinadas por meio da reestruturação produtiva, incidindo sobre as condições e relações de trabalho. Somando a este cenário, de aprofundamento da crise capitalista, presenciamos, no Brasil, a partir do ano de 1995, a reforma gerencial do Estado.

Diante das alterações em curso verifica-se a destituição dos direitos sociais, a desestruturação do Estado brasileiro, o desmonte das políticas públicas, a precarização das condições e relações de trabalho, entre outras, incidindo sobre as relações sociais e sobre as condições de vida e trabalho na sociedade capitalista.

Sabe-se que as transformações societárias partem do movimento do capital, em que ocorrem crises econômicas, cíclicas, para garantir a expansão e crescimento da produção capitalista. Desta forma,

A análise teórica e histórica do MPC comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida do capitalismo. Expressão concentrada inerente ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise (Netto e Braz, 2007, p.157).

Neste sentido, será exposto, neste capítulo, de forma breve, problematizações sobre o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a reforma do Estado, compreendendo a inserção do Brasil nesse processo e os impactos para o “mundo do trabalho”. No segundo momento e no decorrer deste estudo, serão examinadas estas alterações, no âmbito militar, quando serão ressaltadas as particularidades deste contexto para os trabalhadores e, em especial, sobre o trabalho do assistente social, que se realiza neste espaço ocupacional.

3.1. O contexto de crise contemporânea do capital

Em relação ao ideário neoliberal, compreende-se que neoliberalismo surgiu, logo após a Segunda Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, locais onde o capitalismo já estava plenamente desenvolvido. De acordo com Anderson, “foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (1995, p. 9). Assim, era contrário às políticas keynesianas e desejava outro tipo de capitalismo com regras mais duras e, ao mesmo tempo, livres. Os teóricos defensores do neoliberalismo, como Hayek, diziam que o Estado de Bem-Estar Social contribuía para destruir a liberdade dos cidadãos e a livre concorrência (Anderson, 1995).

A partir de 1973, devido à crise do modelo econômico do pós-guerra as ideias neoliberais foram implementadas com o objetivo de conter a recessão, as baixas taxas de crescimento econômico e as altas taxas de inflação que assolavam os países capitalistas avançados. Acreditava-se que o poder dos sindicatos e do movimento operário havia corroído as bases de acumulação capitalistas e suas pressões contribuía para que o Estado aumentasse os gastos sociais. A solução foi a adoção de políticas de corte neoliberal, a fim de manter um Estado forte para romper com o poder dos sindicatos e escasso para o âmbito social.

Dessa forma,

A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessário uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa “natural” de desemprego, ou seja, a criação de um exército industrial de reserva para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significa redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então as voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos (Anderson, 1995, p.11).

Neste sentido, segundo Netto (2012), a crise global contemporânea, que marcou as três últimas décadas do século XX, está relacionada à crise do Estado de bem-estar social e à crise do socialismo real e, ambas, com as suas

particularidades, procuravam soluções para os antagonismos inerentes ao capital. No âmbito destas duas crises, a crise global manifesta-se no retrocesso social, cuja expressão é o neoliberalismo.

A crise do socialismo real deve ser analisada dentro do cenário de crise do capital, esta significou:

A derrocada de um padrão societário que identificou sumariamente socialização com estatização, que colonizou a sociedade civil mediante a hipertrofia de Estado e partido fusionado, que tentou articular direitos sociais sobre a quase inexistência de direitos civis e políticos, esta derrocada reclama um balanço de todo um projeto político que terminou por ser decepcionante em face das promessas do socialismo revolucionário. Implica mais, porém: mesmo que um balanço apresente conquistas que não podem ser menosprezadas, dele decorre a urgência de repensar com radicalidade crítica, o essencial da cultura política, que, há mais de um século, tornou-se a expressão mobilizadora dos valores humanistas mais vigorosos e concretos – numa palavra, está em questão o conjunto de proposições e de práticas que permitiu, até a década passada, de indicar com alguma credibilidade que havia alternativas positivas à ordem do capital. A ausência desta indicação por mínima que seja, constitui hoje um dado ponderabilíssimo no conjunto das lutas sociais em todos os quadrantes do mundo (Netto, 2012, p.74-75).

Deste modo, a crise do socialismo real resultou na desagregação social. Esta crise tem uma clara centralidade política, e deriva da ausência de uma plena socialização do poder político (Netto, 2012).

Já a crise do Estado de Bem-Estar Social explica o insucesso do único ordenamento sociopolítico que, na órbita do capital, compatibilizou a dinâmica própria de acumulação capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais. Segundo Netto, esta crise significa: “a curva decrescente da eficácia econômico-social da ordem do capital” (Netto, 2012, p.77).

A ordem do capital mostrou-se incapaz de promover o crescimento econômico-social em escala ampla; este processo é parte de uma dinâmica onde as crises inerentes ao movimento do capital se operavam no marco de “ondas longas expansivas” (Netto, 2012, p. 77). Netto explica, que de acordo com a análise mandeliana, o crescimento das economias centrais no pós Segunda Guerra até a década de 1970 experimentam uma reversão, em que se impõem ondas longas recessivas (Netto, 2012).

A crise do bem-estar social não expressa somente a crise do arranjo sociopolítico no âmbito do capital, “explica a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos a que o capital foi obrigado naquele arranjo” (Netto, 2012, p. 77-78). Significa que o desenvolvimento do capital é incompatível com o

movimento das instituições sociopolíticas. “E pela lógica intrínseca do capital, converte-se agora num limite que deve franquear para reproduzir-se enquanto tal” (Netto, 2012, p. 77-78).

Na América Latina, o Chile, com a ditadura de Pinochet (1973-1990), ainda nos anos 1970, foi o primeiro país a adotar o neoliberalismo e o fez de forma dura com “a desregulamentação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização dos bens públicos” (Anderson, 1995, p.19).

No entanto, é importante ressaltar que a hegemonia do pensamento neoliberal levou quase uma década para se perpetuar, quando os governos vinculados à Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento (OCDE), buscavam saídas para as crises econômicas. Sendo assim, com a eleição da presidente Thatcher, em 1979, a Inglaterra foi o primeiro país de capitalismo avançado a pôr em prática as ideias neoliberais. Em 1980, com o governo de Reagan, os Estados Unidos implementam tais ideais. Em 1982, a Alemanha também assume práticas neoliberais, no governo Kohl (Anderson, 1995).

É notório que os anos 1980 viram o triunfo do neoliberalismo nos países de economia avançada. No final da década, o ideário neoliberal já havia se espalhado em quase todos os países de capitalismo avançado, com exceção do Japão e no continente europeu na Suécia e Áustria.

Entre as principais medidas adotadas pelos governos neoliberais temos: a redução na emissão de moedas, elevação das taxas de juros, a diminuição dos impostos sobre os rendimentos altos, a abolição do controle sobre os fluxos financeiros, a criação de altos níveis de desemprego. Além desse conjunto de medidas, incidiram fortemente sobre as greves, estabeleceram uma nova legislação antissindical, ocorreram cortes de gastos com o social e lançaram um amplo programa de privatização (Anderson, 1995).

Conforme mencionado e segundo Sader (1995), o neoliberalismo, na América Latina, assim como na Europa, costuma ser associado à crise fiscal do Estado. Seu surgimento está relacionado com o esgotamento do Estado de Bem-Estar Social e com o fim da orientação de industrialização substitutiva de importações. De acordo com Sader “a crise da dívida apenas acentuou os traços dessa crise de direção do processo de acumulação do capital, desdobrada ao longo da década perdida” (Sader, 1995, p.35).

Contudo, o neoliberalismo não conseguiu restaurar as taxas de crescimento e elevar as taxas de acumulação, existentes antes da crise. Mas, obteve êxito no controle da inflação e favoreceu o crescimento do capital. De acordo com Netto (1995), as políticas neoliberais implementadas não foram capazes de trazer o retorno da dinâmica de acumulação anterior.

Todavia, percebe-se que o neoliberalismo é inimigo da democracia, um exemplo é o desmonte do Estado de Bem - Estar Social. Assim, contribuiu para o aumento da desigualdade social, a elevação das taxas de desemprego e crescimento da pobreza.

Em relação à adoção do neoliberalismo no Brasil, suas origens estão relacionadas com a eleição de Collor, no final da década de 1980. Nesse governo, iniciou-se a destituição do Estado brasileiro, abrindo margens para o desespero popular em virtude da depredação das políticas sociais. Mas foi também um período de organização da sociedade civil e de grande efervescência política que culminou com o *impeachment* de Collor (Oliveira, 1995).

O *impeachment* de Collor, que a muitos pareceu epidérmico, indicou este estado de avanço das organizações da sociedade civil [...]; enfim, não seria muito difícil encontrar exemplos de formas mediante as quais, na contramão do movimento descensional da economia, houve setores e houve lugares onde a organização da sociedade estava dando respostas à desorganização e dilapidação do Estado. Sem que com isso possamos afirmar, num assomo de ingenuidade, que as condições de vida estavam melhorando. Mas, a sociedade, através de suas organizações mais potentes, conseguiu dar respostas e barrar, pelo menos, o avanço neoliberal, que Collor havia tomado nitidamente a ofensiva, prometendo seu auge e apogeu para muito breve (Oliveira, 1995, p.25-26).

Porém, no governo seguinte, de Itamar Franco (29 de dezembro de 1992, após o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, até o dia 1º de janeiro de 1995), o Brasil vivia períodos de grande inflação, ou seja, a mesma não havia sido contida. Acreditava-se que os ideais neoliberais não assolavam mais o país. No entanto, devido à hiperinflação, esta foi a chance encontrada pelo governo para o retorno de práticas neoliberais no país. E, de acordo com Oliveira (1995), com a indicação do então senador Fernando Henrique Cardoso para assumir o Ministério da Fazenda, foram lançadas à desesperança, as formas econômicas, sociais e políticas que estavam sendo construídas contra o projeto neoliberal (Oliveira, 1995).

Netto (1995) ressalta que,

[...] a hiperinflação constitui um caldo-de-cultura que favorece o avanço neoliberal, acrescentaria que a instauração democrática da última década, na medida em que não se reverteu – e, quanto a isso, a situação do Brasil me parece ilustrativa-efetivamente em melhoria das condições de vida da massa da população, engendrou um desalento, uma desqualificação, uma desesperança tais, em face da ação política e dos espaços públicos, que acabaram por ser funcionais às propostas neoliberais (Netto, 1995, p. 33).

É importante destacar que cada país adotou uma versão do neoliberalismo, conforme as heranças deixadas pelos modelos hegemônicos anteriores. O Brasil, quando o processo de industrialização começou a dar sinais de crise, conseguiu manter o nível de crescimento econômico e responder de maneira ágil à passagem do capitalismo mundial ao longo do ciclo recessivo de 1970, devido ao golpe militar de 1964 (Sader, 1995).

No entanto, a crise da dívida não poupou o Brasil, pois, ao longo dos anos 1970 e 1980, para manter o seu crescimento, necessitava de empréstimos externos a juros instáveis. Nos anos 1980, a economia brasileira viveu a imposição da hegemonia do capital financeiro, que finalmente deu origem às primeiras práticas de orientação neoliberal, iniciadas no final da década, ainda no governo Sarney (Sader, 1995).

Sobre a letalidade do neoliberalismo no Brasil, conforme aponta Oliveira (1995):

Em primeiro lugar, para falar de forma utópica, ele ataca as bases da esperança que se construiu nos anos mais duros. O que não é uma coisa de menor importância. Ataca esse vigoroso movimento popular, que se reergueu e obrigou o governo a rever políticas. Metamorfoseia esse movimento de esperança num movimento derrotista. Destrói o princípio de esperança e abre as comportas para uma onda conservadora de que o Brasil não memória (Oliveira, 1995, p.27).

Segundo o referido autor, os objetivos do neoliberalismo são os mesmos no Brasil e fora do país. Empenha-se em destruir, sobretudo, a capacidade de luta e organização dos trabalhadores. Com isso, ocorre a “destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais, populares e de movimentos sociais que tiveram a capacidade de dar uma resposta à ideologia neoliberal no Brasil” (Oliveira, 1995, p. 28).

De acordo com Netto (1995), as propostas neoliberais contribuem com a degradação da vida. Uma vez, que no plano social, crescem as desigualdades.

Assim, “a ofensiva neoliberal tem sido, no plano social, simétrica à barbarização da vida societária” (1995, p.32).

Por fim, Netto ressalta que: “a burguesia monopolista tem clareza da funcionalidade do pensamento neoliberal: a proposta do Estado mínimo pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – o Estado máximo para o capital” (1995, p. 89).

O contexto de implementação do neoliberalismo está intimamente relacionado aos impactos implementados pelo capital na esfera da produção e organização do trabalho, marcado por novas configurações e expressões, como, por exemplo, as transformações nas condições e relações de trabalho, a perda dos padrões de proteção social, em que os trabalhadores têm as suas conquistas e direitos ameaçados. Desta forma, a estratégia adotada pelo capital foi a adoção da reestruturação da produção.

Importante recordar que os trinta anos gloriosos do pós-guerra (1945-1970) se configuraram em uma ampla expansão da economia capitalista, sob a liderança do capital industrial, apoiada na organização da produção e estratégias de trabalho de bases taylorista e fordista (Iamamoto, 1998).

De acordo com Mota e Amaral (1998), nos anos sessenta a dinâmica fordista já começava a apresentar os primeiros sinais de crise, visto que os padrões vigentes de organização do trabalho eram ineficientes para garantir os altos níveis de lucro, obtidos pelo capital monopolista em seu auge. Esta crise coloca em questão a organização da produção, engendrando novas formas de organização e fundando as alterações no padrão de acumulação.

Com isso, surgiram abordagens que estabeleciam a substituição do trabalho parcelado e da linha de montagem pelas ilhas de produção, grupos semiautônomos e malhas de produção, nas quais os mecanismos automáticos passaram a reduzir a intervenção do trabalho vivo ao mínimo possível:

Estas mudanças sejam em termos de ajustes, seja em termos de reestruturação industrial determinam novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando à construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital (Mota; Amaral, 1998, p. 29).

Nesse sentido, a reestruturação da produção e a reorganização dos mercados foram estratégias adotadas pelo capital visando o estabelecimento de

“um novo equilíbrio, que tem como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo do capital” (Mota e Amaral, 1998, p. 24). Assim, “este reordenamento expressa as estratégias utilizadas pelo capital em direção ao enfrentamento de sua crise e se dá através da reorganização do processo de produção de mercadorias e realização do lucro” (Mota e Amaral, 1998, p. 24).

A crise estrutural do modo de produção capitalista fez com que o capital implementasse um vasto processo de reestruturação, visando recuperar seu ciclo produtivo. O capital, então, investe em várias transformações no processo produtivo, por meio da constituição de formas de acumulação flexível (Antunes, 2000).

De acordo com Antunes (1999, p. 21), a acumulação flexível “se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”. Assim, “caracteriza-se pelo surgimento de novos setores de produção, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”.

A “flexibilização” vem sendo utilizada pelo capital, “hipertrofiando” as atividades de natureza financeira, cada vez mais autonomizadas de controles estatais nacionais e dotadas de mobilidade espaço-temporal. E, ao mesmo tempo, a produção segmentada, horizontalizada e descentralizada, que é estimulada em vários ramos, propicia uma “desterritorialização” dos polos produtivos, agora articulados em várias redes (Netto, 1996).

Verifica-se que, ao contrário da verticalização fordista, no modelo flexível tem-se uma horizontalização da produção. No âmbito da produção, “enxugam-se” os processos, concentrando-se as tarefas nas “atividades fim” da empresa. A terceirização é uma das estratégias adotadas, produzindo as empresas subcontratadas, as terceirizadas, responsáveis pela produção de elementos que, no modelo taylorista/fordista, eram produzidos pela própria empresa.

Quanto à esfera da produção, observa-se o aumento das taxas de lucro via crescimento da produtividade do trabalho. Na esfera de circulação, esta nova organização incide em mudanças no mercado consumidor e determina novas formas de concorrência entre as firmas. Já na esfera sociopolítica e institucional surgem novas modalidades de controle sobre a força de trabalho (Mota; Amaral, 1998).

Conforme mencionado, a crise estrutural do capital favoreceu a implementação de um amplo processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação de seu ciclo reprodutivo, o que afetou diretamente o mundo do trabalho:

O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação flexível, reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais “flexíveis”, do tipo “empregos precários”), seja criando novas estratificações e novas discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade, cor, etnia) (Netto, 1996, p. 92).

O resultado destas transformações é a expansão do desemprego estrutural. Pode-se dizer que há um processo contraditório que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril e, de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. O trabalho feminino é incorporado e ocorre ainda um processo de exclusão entre os mais jovens e os mais velhos (Antunes, 1999).

Observa-se, assim, um processo de organização do trabalho cuja finalidade é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho, reduzindo ou eliminando o trabalhador improdutivo, sendo que suas funções (tais como: atividades de manutenção, acompanhamento e inspeção de qualidade) passam a ser incorporadas ao trabalhador produtivo. Desta forma, presenciamos a eliminação de postos de trabalho, o aumento da produtividade e a qualidade total, que também fazem parte deste novo ideário. Na era da acumulação flexível, merecem destaque aquelas empresas que dispõem de menor contingente de força de trabalho, porém conseguem obter os maiores índices de produtividade (Antunes, 2000).

O capital, neste processo, passa a exigir um trabalhador superqualificado e/ou polivalente, que tenha capacidade de decisão requerida pelas novas tecnologias emergentes.

Dessa forma, as metamorfoses em curso no mundo do trabalho afetaram a forma de ser da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada (Antunes, 1999).

Mota e Amaral (1998) explicam que para a burguesia é ideal a existência de um pensamento único, que invoque a modernidade das mudanças e a irreversibilidade dos processos de ajustes, apoiados no neoliberalismo, no

pragmatismo econômico (expresso na subordinação dos processos sociais às necessidades de reestruturação, neutralizando, as questões que dizem respeito aos projetos sociais) e na reestruturação produtiva.

As transformações que ocorrem no plano político também são notáveis. Impactados pelas novas dinâmicas econômicas e socioculturais, Estado e sociedade civil modificam-se.

Os processos de reestruturação produtiva iniciam-se nos países de capitalismo avançado em meados da década de 1970, enquanto no Brasil ocorrem os primeiros impulsos deste processo na década de 1980, levando as empresas, devido à exigência dos seus clientes internacionais, a adotarem programas de qualidade, introduzir padrões organizacionais e tecnológicos e novas formas de organização social do trabalho. Este processo iniciou-se com a utilização da informatização produtiva e do sistema *just-in-time*, desenvolveu-se a produção baseada em *team work*, com base nos programas de qualidade total e ampliou-se o processo de difusão da microeletrônica (Antunes, 2006).

Porém, o capitalismo brasileiro, que se caracteriza por seu desenvolvimento tardio, ainda vivia sob o binômio taylorismo/fordismo, enquanto em outros países ocorria a transição para o modelo flexível.

Nos primeiros anos da década de 1980 a reestruturação produtiva caracterizou-se pela retração de custos, utilizando da redução da força de trabalho. A necessidade de elevação da produtividade acontece por meio da reorganização da produção, redução do número de trabalhadores e intensificação da jornada de trabalho dos empregados (Antunes, 2006).

A partir da década de 1990, de acordo com Antunes (2006), foram profundas as transformações ocorridas no capitalismo brasileiro. Quando se desencadeou uma onda enorme de desregulamentação nas diversas esferas do “mundo do trabalho”, período em que as inovações tecnológicas e organizacionais passaram a difundir-se para o conjunto da economia, houve um processo de transformações no plano da organização sociotécnica da produção e, ainda, uma desterritorialização da produção, em consequência da reestruturação produtiva e do novo desenho da divisão internacional do trabalho e do capital:

Foi nos anos de 1990 que a reestruturação produtiva do capital desenvolveu-se intensamente no país, por meio da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês, com a intensificação da *lean producction*, dos sistemas *just-in-time* e *kanban*, do processo de qualidade total, das formas de

subcontratação e de terceirização da força de trabalho, da transferência de plantas e unidades produtivas [...] (Antunes, 2006, p.18).

A partir dos anos 1990, sob a condução política em conformidade com o ideário definido no Consenso de Washington, intensificou-se o processo de reestruturação produtiva no Brasil. Este processo vem se efetivando mediante formas diferenciadas, compostas por elementos tanto de continuidade como de descontinuidade em relação às fases anteriores. Neste sentido, “ocorre uma mescla entre elementos do fordismo e elementos oriundos das novas formas de acumulação flexível e/ou influxos toyotistas no Brasil” (Antunes, 2006, p.19).

Podemos observar que a reestruturação produtiva no país foi constituída muito mais pelas inovações organizacionais (novos padrões de gestão ou organização do trabalho inspirados no modelo japonês), e muito menos por transformações ou inovações tecnológicas, indicando a dependência tecnológica das empresas aqui instaladas.

Após a década de 1990, o parque produtivo industrial e de serviços adquire um novo impulso no país, seguindo a tendência mundial de transformações no processo e organização do trabalho e acumulação flexível. Assim, o maior desafio para as empresas passou a ser a flexibilidade produtiva.

Mota e Amaral (1998) explicam que formas reatualizadas de exploração foram consolidadas: ampliaram-se, assim, o universo de constituição e reprodução do trabalho coletivo e, de forma igual, ampliaram-se também a dimensão da subsunção do trabalho ao capital.

Portanto, a sociedade brasileira, nas últimas décadas, tem vivido fortes transformações no que tange o “mundo do trabalho”. A nova forma de organização da produção, através da reestruturação produtiva, baseada na acumulação flexível e na adoção do neoliberalismo pelo governo brasileiro desde os anos 1990, provocou efeitos drásticos para a classe trabalhadora, apresentando, como consequência, o desemprego estrutural baseado no enxugamento da força de trabalho e sua forte precarização. Ocorreu, também, a flexibilização e desregulamentação dos contratos de trabalho. Há a substituição das relações formais de trabalho entre empregado e empregador cedendo espaço para formas como subcontratados, *part-time*, terceirizados, entre outros (Antunes, 2006).

Entre as inovações organizacionais e gerenciais mais difundidas estão a terceirização e o *just-in-time*. A adoção da terceirização pelas empresas consiste

em concentrar esforços naquilo que é a vantagem competitiva da empresa e transferir o conjunto das atividades para outras empresas, com o objetivo de reduzir custos e simplificar o processo produtivo.

Vale ressaltar que a polivalência, no Brasil, ao contrário de diversas experiências internacionais, não significa necessariamente que o trabalho dos operários seja valorizado ou enriquecido. Na maioria das vezes o trabalhador passa a executar as mesmas atividades que antes eram executadas por um número maior de trabalhadores, sem haver alterações salariais e com precárias condições de trabalho (Antunes, 2006).

Ao remeter os direitos sociais e trabalhistas à lógica da funcionalidade do mercado, o capital pretende implementar uma estratégia de desvalorização e “remercantilização” da força de trabalho. Assim, a questão central posta pela reestruturação do processo de produção são as novas formas de produção, gestão e consumo da força de trabalho:

Enquanto a grande indústria fordista necessitava do Keynesianismo, a indústria de produção flexível necessita de liberdade do mercado e da abolição de parte dos controles do Estado sobre as condições de uso da força de trabalho. Esta nova concepção, que já se materializa pela supressão de alguns mecanismos de proteção social, é corroborada pela ofensiva de mudança na legislação do trabalho (Mota e Amaral, 1998, p. 38).

Mota e Amaral (1998, p. 35) explicam, ainda, que a marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução de postos de trabalho, “o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, entre outros”.

O discurso da humanização do trabalho e do direito do cidadão, que permeou a cultura política nos anos 1980, vem sendo substituído por novas palavras-chave: “o compromisso do trabalhador com o cliente-consumidor, a qualidade total dos produtos e a produtividade e competitividade das empresas” (Idem, 1998, p. 38).

Podemos observar que as exigências do processo de reestruturação produtiva, desencadeadas nas mudanças no “mundo do trabalho”, afetam diretamente os processos de trabalho e o controle da força de trabalho, operando mudanças de ordem técnica, amparadas em práticas essencialmente políticas.

Diante do exposto, pode-se afirmar que essas transformações, algumas ainda em curso, também impulsionaram a reforma do Estado brasileiro.

De acordo com Behring (2008), a reforma implementada no país resultou na perda da soberania do Estado. Com isso, presenciamos o desmonte do Estado brasileiro, por meio da flexibilização nas relações de trabalho, privatizações, perda e/ou restrição dos direitos sociais, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, e no ajuste fiscal que incidiu sobre o financiamento da seguridade social. Este processo reformador foi orientado na direção de adaptar o país à dinâmica do capitalismo contemporâneo – “em busca dos superlucros -, mas com filtros: as mediações delineadas pela nossa história, nossa formação social e a relação entre as classes sociais” (Behring, 2008, p. 213).

O principal documento que estabeleceu um conjunto de reformas, vivenciado pelo Brasil a partir dos anos 1990, foi o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE/Mare, 1995) e Bresser Pereira, social-liberal, foi quem dirigiu a equipe que o formulou (Behring, 2008).

Nesta perspectiva, a necessidade de reforma do Estado brasileiro foi justificada devido à crise fiscal nos anos de 1980, intensificada pela crise da dívida externa e, ainda, pela implementação do populismo econômico. Assim, “esse contexto vai exigir, de forma imperiosa, a disciplina fiscal, a privatização e a liberação comercial” (Behring, 2008, p.172). De acordo, com a autora, Bresser Pereira tinha por objetivo reconstruir um Estado que mantivesse suas responsabilidades na área social, mas que as atividades fossem realizadas por meio do mercado para a realização dos serviços (Behring, 2008).

Ao estado cabe um papel coordenador suplementar. Se a crise se localiza na insolvência fiscal do Estado, no excesso de regulação e na rigidez e ineficiência do serviço público, há que reformar o Estado, tendo em vista recuperar a governabilidade (legitimidade) e a governance (capacidade financeira e administrativa de governar). A perspectiva da reforma é garantir taxas de poupança e investimento adequadas, eficiente alocação de recursos e distribuição de renda mais justa. O lugar da política social no Estado social-liberal é deslocado: os serviços de saúde e educação, dentre outros, serão contratados e executados por organizações públicas não-estatais competitivas (Behring, 2008, p. 173).

Assim, para o enfrentamento da crise do Estado, era necessária a superação da crise fiscal. Bresser analisa a situação da crise fiscal a partir de cinco elementos presentes na década de 1990, são eles: o déficit público;

poupanças públicas muito baixas, dívidas interna e externa excessivas; falta de crédito do Estado e pouca credibilidade do governo (Behring, 2008).

Neste sentido, segundo Nogueira (2004), houve determinações que desencadearam o processo de reforma, visto que o Estado existente chegou ao final do século XX em situação de crise fiscal, com muitas atribuições e entrelaçado por interesses privados. Agia de forma precária e pouco contribuía para a área social. Além disso, estava defasado, com funcionários desmotivados e sem carreiras profissionais estabelecidas. Houve ainda o problema da inflação e a reforma teria que criar dispositivos de enxugamento administrativo, redução de gastos e equilíbrio fiscal. E, por fim, a globalização capitalista que, por meio do processo de reorganização do mundo, alterou a dinâmica dos territórios e seu poder, impôs o projeto neoliberal e a consolidação da superioridade do mercado e de uma cultura mais competitiva e mercantil.

Verifica-se que o projeto de reforma do Estado teve por finalidade sintonizar as economias nacionais, as sociedades e o aparato estatal com uma globalização econômica vista como já estabelecida. “[...] Tratou-se de um reformismo de tipo passivo, mais adaptativo que criativo” (Nogueira, 2004, p. 41).

Tais orientações para a implementação da reforma foram recebidas e acatadas. Não houve questionamentos e os projetos de reforma do Estado, ajuste e equilíbrio econômico, traduziram as determinações impostas de forma passiva. Os indivíduos foram chamados a conviver com um mundo com pouca regulação e precária proteção, onde as oportunidades surgiriam naturalmente, seguindo os interesses particulares, e através da concorrência os melhores iriam progredir. E “o Estado se manteria a margem cumprindo funções limitadas e protegendo, quando muito, os segmentos sociais mais excluídos, os indigentes, os focos de pobreza absoluta” (Nogueira, 2004, p. 46).

Mediante o exposto, é possível dizer que o Brasil vivenciou, a partir dos anos 1990, um período marcado por uma nova ofensiva burguesa. No decorrer desses anos, houve, “na mídia falada e escrita e nos meios políticos e intelectuais brasileiros, uma avassaladora campanha em torno de reformas” (Behring; Boschetti, 2008, p.148). Esse momento configurou-se “como uma contra-reforma social e moral, na perspectiva de recompor a hegemonia burguesa no país” (Behring, 2008, p.113). Essas “transformações” perpassaram o governo Collor e também os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), sendo que consistiam em “reformas” orientadas para o mercado, que buscavam saídas

para a crise econômica e social, a qual apontava problemas no âmbito do Estado brasileiro. Acreditava-se que reformando o Estado, com ênfase nas privatizações e na reforma da previdência social, e desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social, estaria aberto o caminho para o novo projeto de modernidade (Behring, 2008).

Este contexto reformador está relacionado com os pressupostos do ideário neoliberal dos anos 1980, que partia de “um diagnóstico que atribuía a crise econômica ao fracasso de um modelo de organização social fundado numa matriz estadocêntrica, que facilitara um excessivo intervencionismo do Estado, a assunção de papéis não pertinentes e a conduta predatória dos que controlavam seu aparato” (Nogueira, 2004, p. 53). Como consequência, foi adotada a substituição do Estado pelo mercado, sendo estabelecidas novas formas de divisão do trabalho e da atividade econômica. Com isso, a reforma viabilizou a desconstrução do Estado, via propostas neoliberais.

Desta forma, hoje, quando pensamos em reforma do Estado, atrelamos à reforma da gestão e de seu aparato administrativo. Porém, com o processo implementado, a própria ideia de Estado foi perdendo clareza e atribuições na sociedade brasileira. Presenciamos a diminuição do tamanho do Estado e assistimos à expansão de formas não estatais de organização, prestação de serviços e o crescimento de várias formas de violência. Paradoxalmente, com a falta de atuação do Estado, o mesmo cresceu, mas sob a forma de iniciativas de mercado e da sociedade civil, por meio do “terceiro setor” e “ainda sob a instauração de múltiplos “estados” paralelos (criminalidade, tráfico, lavagem de dinheiro, corrupção)” (Nogueira, 2004, p.40).

A vida coletiva começou a ser pensada como se estivesse na dependência do acaso ou ao esforço individual, e não se importava com a resolução de problemas e conflitos sociais.

De acordo com Nogueira (2004), generalizou-se uma concepção de reforma concentrada na diminuição do Estado e na valorização do mercado, a favor da fase atual de acumulação do capital. Em relação aos investimentos na área social, estes não receberam a devida atenção. Conforme exposto,

[...] a reforma foi concebida para promover um incremento significativo do desempenho estatal mediante a introdução de formas inovadoras de gestão e de iniciativas destinadas a quebrar as “amarras do modelo burocrático”, a descentralizar os controles gerenciais, a flexibilizar normas, estruturas e procedimentos. Além disso, trabalharia em prol de uma redução do tamanho do Estado mediante políticas de privatização, terceirização e parceria público-privado,

tendo como objetivo alcançar um Estado ágil, menor e mais barato (Nogueira, 2004, p. 41).

Tratava-se de uma nova racionalização estruturada sobre a quebra do modelo burocrático. Assim, o programa de reforma acreditava que possuía uma estratégia melhor entre a forma organizacional e a sociedade, com desmonte da burocracia. Isso seria alcançado com a introdução do mercado que forneceria novas bases de gestão e de administração pública (Nogueira, 2004).

Neste sentido, apontava que o padrão burocrático não era favorável às mudanças requeridas pela globalização:

Em vez de prestar eficácia e eficiência ao aparato estatal, a burocracia contribuiria para paralisá-lo e enredá-lo em múltiplos interesses corporativo. Fazia-se necessário, por isso, perseguir um caminho “pós - burocrático”, do qual a “administração gerencial” seria expressão adequada: controlar mais os resultados do que os procedimentos conceder maior autonomia aos órgãos públicos, descentralizar estruturas e atividades, flexibilizar procedimentos, de modo a que se configurassem ambientes mais competitivos, ágeis e responsáveis perante os cidadãos consumidores (Nogueira, 2004, p.47).

O referido autor explica que, visando obter adesão a essa proposta, foi lançado um conjunto de promessas, que envolviam a abertura econômica, o equilíbrio monetário, emprego e renda, a promoção e melhoria de vida. Porém, tudo movido a esforço e iniciativa individual. Entretanto, as promessas realizadas não se cumpriram e quebraram as expectativas dos cidadãos, tornando intolerável a ausência de regulação e de proteção política. Grande parte dos países latinos americanos foi ficando sem emprego e renda e, assim, a situação da pobreza se acirrou e foi convertida em dado natural, incontornável (Nogueira, 2004).

Todavia, as direções do país procuravam justificar a reforma do Estado como necessária e irreversível, sendo que o centro da mesma era o ajuste fiscal (Behring, 2008). Outro elemento que merece destaque, nesse contexto, refere-se às privatizações:

[...] houve a entrega significativa do patrimônio público ao capital estrangeiro, bem como a não obrigatoriedade das empresas privatizadas de comprarem insumos no Brasil, o que levou ao desmonte de parcela do parque industrial nacional e a uma enorme remessa de dinheiro para o exterior, ao desemprego e ao desequilíbrio da balança comercial, entre outros (Behring e Boschetti, 2008, p.153).

Segundo Nogueira, o programa de reforma visou ainda a incorporação de quatro ideias do discurso democrático: “descentralização, participação, cidadania e sociedade civil” (2004, p.54).

No entanto, era necessário adaptar o viés democrático à cultura mercantil e às propostas do projeto neoliberal hegemônico. Deste modo, verifica-se que não se tratava de uma participação autêntica, uma vez que a cidadania acontecia nos moldes da centralidade do mercado.

O discurso reformista implementado se dedicava em convencer a sociedade de que a proposta de reforma tinha um caráter técnico e buscava servir o bem comum.

A descentralização foi aproximada da ideia de democratização. E passa a ser o caminho democrático para a resolução dos problemas sociais. “Descentralizando suas atribuições e atividades, o Estado teria como se concentrar no fundamental, reduzir seus custos operacionais, diminuir seu tamanho e ganhar, com isso, maior leveza e agilidade” (Nogueira, 2004, p.56).

Para ganhar sentido, a ideia trouxe ainda a recuperação dos conceitos de participação, cidadania e sociedade civil. O objetivo, na prática, era criar a imagem de indivíduos cooperativos e menos conflituosos. A sociedade civil de cidadãos organizados passaria a ser o ambiente mais adequado para uma participação convertida em favor dos interesses de colaboração do governo.

Esta seria a base para a transferência das responsabilidades ao “terceiro setor”, ao voluntariado, a solidariedade e a responsabilidade social corporativa, ou seja, assistiríamos a uma refilantropização da questão social. A responsabilidade social seria incorporada às empresas-cidadãs. Porém, não resolveria o problema da questão social, que deveria ser realizada pelo Estado (Nogueira, 2004).

Neste sentido, foram criadas agências executivas, organizações sociais para regulamentar o “terceiro setor”, a fim de promover a execução das políticas públicas. Em se tratando de políticas públicas, houve a separação entre a formulação e a execução das mesmas, sendo que o Estado as formularia e as agências autônomas as implementariam (Behring e Boschetti, 2008).

Os autores mencionados ressaltam, ainda, que ao longo dos anos 1990 houve uma inflexão dos movimentos sociais, e os mesmos possuíam não mais uma postura combativa. Os movimentos sociais irão se dirigir muito mais para a gestão das políticas do que para oposição política.

Para Nogueira (2004), o Brasil, em seu processo de modernização capitalista, não realizou rupturas políticas fortes, não usou nesse processo de vias democráticas e também não houve a incorporação social. O autor ainda sinaliza que o Estado brasileiro deu apoio à “revolução burguesa”, e constata que o Brasil vivia nesse período uma falta de sintonia entre economia, política, sociedade e cultura.

Cabe ressaltar que,

[...] a burguesia tornou-se progressivamente incapaz de realizar tarefas democráticas internas, a exemplo da democratização do Estado e da distribuição da terra, e de assumir uma posição anti-imperialista consequente. Essas tarefas e posições só poderiam ser realizadas e assumidas sob a hegemonia dos trabalhadores (Behring e Boschetti, 2008, p.150).

Assim, empreender reformas democráticas num país como o Brasil, “poderia implicar um processo de radicalização e de ultrapassagem do Estado burguês [...]” (Behring; Boschetti, 2008, p.151). O próprio projeto de reforma não ganhou legitimidade, pois não produziu bases efetivas para a sustentação de um novo Estado.

Dessa forma, “os principais resultados do reformismo vitorioso foram a desvalorização do Estado aos olhos do cidadão e a desorganização de seu aparato técnico e administrativo” (Nogueira, 2004, p.44).

Em decorrência, foram adotadas diversas iniciativas voltadas tanto para o enquadramento negativo de ação estatal (cortes em gastos públicos, privatizações, desregulamentação) quanto para a reformulação “positiva” da gestão e da administração pública, a chamada reforma administrativa do aparelho do Estado. O reformismo procurou, portanto, combinar cortes e incentivos, ajuste fiscal e criação institucional, desconstrução e reconfiguração (Nogueira, 2004, p.47).

Contudo, cabe ressaltar que os processos de reforma do Estado estão inseridos no contexto permeado pela reestruturação produtiva do capital, gerando impactos e transformações políticas, sociais e econômicas para a sociedade. Neste contexto, não houve avanços em termos de redução da pobreza e coesão social. A opção por menos Estado não se converteu em melhor distribuição de renda ou maior integração social, mas apenas em mais mercado. A consequência foi, para os países da América Latina, o fomento de uma economia de mercado

mais intensa e deu origem a formas ilegais de concorrência. As sociedades se viram mais violentas e inseguras.

A conjuntura supramencionada trouxe rebatimentos em várias esferas. Alterou-se a configuração do Estado, do trabalho, das políticas sociais, dentre outros aspectos. Com isso, verificamos o desmonte e a retração do Estado, ou seja, o Estado mínimo no âmbito das políticas sociais e o apelo ao individualismo e à solidariedade, expresso por meio da regressão da cidadania que tende a ser reduzida às suas dimensões civil e política.

Neste sentido, o legado dos direitos sociais, conquistados ao longo dos anos, vem sendo atacado nos governos de orientação neoliberal. Transferiu-se para a sociedade civil significativa parcela da prestação de serviços sociais. Ademais, a saúde, a educação, o trabalho, perdem sua condição de direito e passam a ser vistos na ótica de mercadorias, regulados unicamente pelo mercado, expressos pela mercantilização e privatização dos serviços sociais. O não acesso a eles deixa de ser um problema do Estado, tornando-se um problema a ser resolvido no âmbito privado.

As repercussões da proposta neoliberal no campo das políticas sociais são nítidas, tornando-se cada vez mais focalizadas, descentralizadas. Este quadro desencadeia um aumento na demanda por benefícios e serviços sociais. Porém, a proposta neoliberal é a de cortar os gastos públicos, para a área social, agravando as expressões da questão social.

O cenário conjuntural atual é marcado por novas conformações e expressões, como, por exemplo: a flexibilização das relações de trabalho; a perda dos padrões de proteção social dos trabalhadores, em que suas conquistas e seus direitos são ameaçados. Verifica-se o crescimento da informalidade no trabalho, desemprego, baixos salários, subemprego, a perda do poder aquisitivo, e uma nova pobreza, aliada a uma pauperização e precarização das políticas sociais. Atrelado a isso, temos o aumento dos níveis de violência, devido ao acirramento das desigualdades sociais.

Com isso, é possível afirmar que no Brasil o impacto deste contexto foi imenso, em várias esferas, conforme exposto. Contudo, para o objetivo deste estudo, foi traçado este panorama, sem esgotar o assunto, para que se possa refletir sobre os rebatimentos para o trabalho e, em especial, para o trabalho do assistente social, visto que este vem sofrendo com os direcionamentos assumidos pelo Estado brasileiro.

No próximo item, serão apresentadas reflexões sobre este contexto no âmbito do Comaer e do Decea, tendo em vista que as alterações societárias em curso repercutem nas relações de trabalho e nas condições de vida dos trabalhadores.

3.2.

Apontamentos sobre as transformações societárias recentes e os seus rebatimentos no âmbito do Comaer e Decea

As transformações societárias oriundas do movimento do capital, conforme exposto no item anterior, trouxeram rebatimentos para o país a partir da implementação do neoliberalismo, quando presenciamos a desestruturação do Estado brasileiro, o desmonte e precarização das políticas sociais, a reestruturação produtiva e o assolamento das condições e relações de trabalho.

Este contexto repercute no âmbito das Forças Armadas, no direcionamento do trabalho desenvolvido pelo Comaer e nas atividades do controle aéreo, coordenadas pelo Decea, visto que a conjuntura atual interfere nas condições objetivas de trabalho nas organizações militares. E, deste modo, os apontamentos abaixo relacionados não dizem respeito a uma postura adotada pela FAB, pois estão inseridos em uma perspectiva de totalidade, nas expressões de crise contemporânea do capital, cujos reflexos atingem o mundo globalizado, de modo geral.

Em relação às alterações no “mundo do trabalho” adotadas pelo Estado neoliberal, com a introdução de práticas de reestruturação produtiva, verifica-se a perda do padrão de proteção social e a flexibilização das relações de trabalho, em virtude da existência de diversos vínculos empregatícios no âmbito do Comaer.

Neste sentido, cabe ressaltar que a FAB possui um quantitativo expressivo de oficiais temporários de diversas especialidades (psicólogo, médico, assistente social, pedagogo, contador, etc.), alguns oriundos do extinto Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (Qcoa), cuja exigência era a realização de concurso público com prazo determinado e outros do Quadro de Oficiais Convocados (Qocon), cuja seleção engloba a análise de currículo e experiência na área de atuação. Somando-se a estes, desde o ano de 2013, foram abertos editais, disponibilizando vagas, por regiões, para candidatos com diplomas de cursos técnicos (nível médio) para admissão de graduados, sargentos, de

diversas áreas (administração, comunicações, eletrônica, eletricidade, enfermagem, informática, laboratório, obras, pavimentação, radiologia e topografia), no Quadro de Sargentos Convocados (Qscon). No último edital, referente ao ano de 2015, foram oferecidas mais de 500 vagas para diversas organizações militares em todo o Brasil.

Os militares formados em ambos os quadros podem “servir” ao Comando da Aeronáutica por um período de oito anos. Além destes, os cabos e soldados também constituem o efetivo temporário. Os cabos permanecem no máximo por oito anos, já os soldados prestam serviço por quatro anos, podendo estender pelo período máximo de seis anos.

O aumento de vagas, na modalidade contrato temporário, ou seja, reflexo da reestruturação organizacional, é justificado pelo Comaer devido à necessidade de dinamizar a política de recursos humanos da FAB, com a finalidade de desonerar a folha de pagamentos de militares inativos, visto que, após a conclusão do tempo estabelecido, os militares temporários são incluídos na reserva não remunerada³², ou seja, constata-se a não obrigatoriedade de pagamentos relacionados aos encargos trabalhistas e sociais para estes trabalhadores.

A seleção de oficiais e graduados temporários atualmente é realizada somente com base na análise de currículo, não existindo mais a modalidade de provas para ingresso, podendo se inscrever candidatos com idade abaixo de 45 anos. Com isso, observa-se que o objetivo da FAB é a “oferta” de emprego para profissionais mais jovens e bem qualificados e com experiência em determinada área.

Verifica-se que muitos profissionais se interessam por exercer a sua profissão no âmbito militar devido a diversos atrativos, tais como: a oportunidade de “servir ao país” através da missão institucional da Força Aérea; a confiança na Instituição, a remuneração, entre outros.

Todavia, a partir de análises do cenário atual, supramencionado, é notório que a política de recursos humanos do Comaer vem sendo impactada pelo direcionamento econômico e político assumido pelo país, por meio do desmonte

³² “Em cinco anos houve um aumento de 67% de contratações nesta modalidade, incluindo oficiais e sargentos. Em 2010, o número era de 4.986; em 2012, passou para 5.983 e, atualmente, são 8.328 militares nos quadros temporários de sargentos e oficiais. A previsão é que esse número aumente ainda mais”. Fonte: Força Aérea Brasileira. *Ampliação de número de militares temporários dinamiza política de recursos humanos*. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/noticias/tag/QSCON>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

dos direitos trabalhistas, precarização e flexibilização das relações de trabalho. Consta-se a expansão de profissionais do quadro temporário e, em contrapartida, a exigência de qualificação, “expertise”, para inserção na Instituição.

Além do aumento de profissionais temporários, constata-se, ainda, a redução de vagas para concursos públicos no âmbito do Comaer. Verificamos, assim, que as relações de trabalho são fragmentadas, podendo trazer repercussões para a continuidade dos trabalhos desenvolvidos, devido a relevância de sua missão institucional.

Este contexto está diretamente articulado ao direcionamento assumido pelo Estado brasileiro, implementado pela contrarreforma, e traz novos desafios para os integrantes do Comaer/Decea, em virtude da existência de uma força armada ser constituída por um número, cada vez maior, de militares, cujo tempo de serviço na instituição é temporário.

Outra questão observada, diante das transformações em curso, se refere à diminuição de recursos orçamentários voltados para as atividades da Aeronáutica e para o controle aéreo, em detrimento do que está estabelecido na Estratégia de Defesa Nacional (END), prevista no Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a “reorganização e reorientação das Forças Armadas, da organização da Base Industrial de Defesa e da política de composição dos efetivos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica”. Tendo como principais objetivos “a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial”. Além destes, a END aborda sobre a necessidade de estruturar as Forças Armadas com capacidades organizacionais e operacionais apropriadas “e a criação de condições sociais e econômicas de apoio à Defesa Nacional no Brasil, assim como a contribuição para a paz e a segurança internacionais e a proteção dos interesses brasileiros nos diferentes níveis de projeção externa do País” (Brasil, 2008).

Nesta perspectiva, constata-se o rebatimento nas condições de trabalho devido à falta de equipamentos e materiais. A conjuntura atual requer o máximo de tecnologias (com o incremento de novas aeronaves; novos equipamentos mais sofisticados para auxiliar a segurança dos voos, como, por exemplo, novos radares, modernos *softwares*, simuladores de voo, “aeronaves laboratórios”) e, em contraposição, verifica-se o ajuste fiscal e cortes de recursos no Ministério da

Defesa³³. Além disso, as atividades de custeio (voltadas para a manutenção de bens e serviços) e treinamento, essenciais para o cumprimento das missões militares, ficam prejudicadas.

Contudo, cabe ressaltar que as atividades relacionadas ao controle aéreo exigem contínuos investimentos na formação e o treinamento adequado de profissionais, militares e servidores civis.

Assim, o Decea, que visa a segurança aérea nacional, passa por constantes reestruturações, ocasionando várias modificações organizacionais, ergonômicas e alterações nas rotinas de trabalho, devido à introdução de novas tecnologias no controle de tráfego aéreo³⁴, podendo gerar nos trabalhadores sentimentos contraditórios como o medo, a ansiedade, o entusiasmo, a insegurança, a motivação. Observa-se que as atividades desenvolvidas pelo “setor de aviação” brasileiro vêm “sofrendo” com os impactos das transformações societárias, devido às políticas macroeconômicas adotadas pelo governo, com repercussões diretas no trabalho realizado.

No capítulo quatro, a seguir, serão analisados os rebatimentos das políticas de corte neoliberal e da contrarreforma do Estado para o trabalho do assistente social, no âmbito da FAB e mais especificamente no Decea, onde se buscou

³³ De acordo com notícia publicada, no dia 22 de maio de 2015, pela Assessoria de Comunicação do Ministério da Defesa: “o corte foi de 5,6 bilhões de reais (queda de 22,64 bi para 17,02), cerca de 2 bilhões superior ao corte realizado no ano passado, que foi de aproximadamente 3,5 bilhões (queda de 14,79 bi para R\$ 11,29, conforme divulgado na época). O total contingenciado dos gastos neste ano chega a 69,9 bilhões de reais, comparados aos 44 bilhões do ano passado”. Fonte: Ministério da Defesa. *Contingenciamento 2015*. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/15811-nota-a-imprensa-contingenciamento-2015-ministerio-da-defesa>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

³⁴ A Oaci aprovou, em 1991, o novo conceito de gerenciamento de tráfego aéreo, com o objetivo de padronizar os procedimentos em âmbito global. Surgiu, assim, o conceito de comunicação aeronáutica, navegação/gerenciamento de tráfego aéreo, (CNS/ATM), com o objetivo de atender à crescente demanda do fluxo de tráfego aéreo do século XXI. Trata-se de um conceito operacional que tem fundamento na integração de tecnologias, processos e recursos humanos especializados, em que serão aplicadas a tecnologia de satélites, a comunicação digital e a gestão estratégica de recursos humanos. A implantação do CNS/ATM traz um novo modelo de gerenciamento aéreo que se manifesta em todas as áreas de atuação. Em relação a comunicação aeronáutica, a tecnologia digital e os dados passam a ser adotados em substituição ou complemento às comunicações realizadas por voz. Na área de navegação aeronáutica, o uso intensivo da navegação baseada em satélites vem para substituir os sistemas terrestres para a navegação em rota e aproximações. Entra em vigor, também, o conceito de navegação de *performance* – PBN. Se antes as rotas se restringiam aos equipamentos instalados no solo para guiarem seu trajeto, esse sistema permite que o voo seja orientado por satélites e sistemas avançados de gestão de voo. Nesse sentido, com o intuito de integrar os dados coletados por satélite e radares componentes do sistema de controle do tráfego aéreo brasileiro, um novo *software* foi desenvolvido. A mais nova tecnologia introduzida com o propósito de melhorar os níveis de segurança operacional é denominado de “Sistema Sagitário”. O novo Sistema permite que o controlador de tráfego aéreo possa executar todos os comandos e coordenadas para a realização de seu trabalho por meio do *mouse*, reduzindo os comandos de teclados. O objetivo de todo o sistema, com a introdução de novas tecnologias, é a segurança da informação e da navegação aérea. Nesse contexto, verifica-se que este novo sistema é desenvolvido voltado ao processo de informatização, tecnificação e automação (Decea, 2011).

refletir sobre as demandas e respostas profissionais efetivadas, frente às inflexões em curso.

4

Transformações societárias recentes e o trabalho do assistente social no Decea: demandas e respostas efetivadas

Neste capítulo será abordado o debate contemporâneo sobre o Serviço Social relacionando-o com as alterações societárias e os impactos para a profissão com o objetivo de analisar este contexto a partir da intervenção dos assistentes sociais no Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), campo empírico do estudo aqui apresentado, por meio do exame das demandas postas ao Serviço Social, bem como as respostas profissionais construídas.

Compreende-se, no sentido denotativo³⁵, que o termo demanda comporta “aquilo que é solicitado ou requisitado; busca ou procura por bens ou serviços”. Já o termo necessidade é aqui compreendido como “essência daquilo que realmente se precisa; ausência, carência, desprovemento”. Assim, para efeito deste estudo, demandas/requisições e necessidades (sociais) serão utilizados com um sentido equivalente. No entanto, não possuem sentidos idênticos. Destaca-se que os usuários podem procurar os serviços disponibilizados a partir de uma determinada demanda e, no decorrer do atendimento, o profissional identificar outras necessidades sociais, ou pode ocorrer o inverso.

Nesta perspectiva, segundo Mota:

As demandas, a rigor, são requisições técnico-operativas que, através do mercado de trabalho, incorporam as exigências dos sujeitos demandantes. Em outros termos, elas comportam uma verdadeira “teleologia” dos requisitantes a respeito das modalidades de atendimento de suas necessidades. Por isso mesmo, a identificação das demandas não encerra o desvelamento das reais necessidades que os determinam (Mota, 1998, p.25).

Em tempos de hegemonia do capital financeiro e do aprofundamento da crise capitalista, verifica-se a destituição dos direitos sociais, a precarização das relações de trabalho e a superexploração da força de trabalho (Luce, 2012), conforme exposto no terceiro capítulo deste estudo. Este contexto modifica as

³⁵ Fonte: <<http://www.lexico.pt/>>. Acesso em 10 ago. 2016.

condições de vida e trabalho na sociedade, contribuindo para o acirramento da questão social e das demandas que requerem intervenção do assistente social.

Segundo Netto (1996), é necessário compreender este contexto de mudanças para fazermos uma reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, pois as transformações em curso “afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimento e de implementação, suas funcionalidades, etc.” (Netto, 1996, p. 87). Dessa forma, o autor explica que esta análise “é imprescindível para estabelecer, em face dessas transformações, estratégias sócio-profissionais minimamente adequadas para responder às problemáticas emergentes” (p.87-88).

Netto ainda explica que:

As alterações profissionais, assim, derivam da intrincada integração que se processa entre as transformações societárias, com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político, e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão. Complexo que, circunscrevendo um campo profissional particular, envolve - e isso deve ser afirmado enfaticamente, à base de verificação factual – tendências e orientações profissionais diferenciadas: no mundo contemporâneo, é ingenuidade supor profissões como blocos homogêneos e/ou identitários - praticamente todas estão vinculadas por enorme diversidade, tensões e confrontos internos (Netto, 1996, p. 89).

Quanto às condições e relações de trabalho, os assistentes sociais também “sofrem” estes rebatimentos em seu cotidiano. Além disso, verifica-se o avanço do conservadorismo na profissão, sendo indispensável a reflexão acerca das possibilidades de intervenção em consonância com o projeto ético-político profissional (Iamamoto, 2011).

Analisar “o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua recriação” (Iamamoto, 2015, p. 19). É necessário pautar a intervenção profissional tendo como horizonte a qualidade e a universalidade dos serviços prestados e o compromisso ético-político voltado para atender as demandas e os interesses dos usuários dos serviços sociais.

Além disso, requer romper com uma visão endógena do Serviço Social e entendê-lo no movimento das classes sociais e do Estado, articulando as suas relações com a sociedade. Ou seja, inserir o Serviço Social no contexto da

sociedade da qual faz parte para captar novas mediações e, a partir das particularidades da atuação, propor novos caminhos de intervenção.

Dessa forma, compreende-se que “um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano” (Iamamoto, 2015, p. 19).

4.1. Transformações societárias e inflexões para o trabalho do assistente social

Para a análise das transformações societárias e a reflexão sobre os rebatimentos para o Serviço Social faz-se necessário, no primeiro momento, compreender a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos e as características que ele adquire na sociedade capitalista, visto que esta atribui as “feições” para que os processos de trabalho se realizem.

Neste sentido, salienta-se que o trabalho ocupa um lugar central na formação do ser social, por realizar o intercâmbio deste com a natureza, se relacionando com ela e transformando a realidade. Assim, o trabalho possui uma condição ontológica, e constitui um elemento essencial na sociabilidade humana. Além disso, o ser humano se diferencia dos demais seres vivos por alcançar por meio do trabalho a possibilidade de idealizar o objeto antes de seu resultado final, ou seja, capacidade teleológica, “ação transformadora consciente”. E pela consciência podemos refletir sobre o que transformamos. Este processo só ocorre em condições materiais socialmente construídas (Alves, 2015, p. 183).

Alves (op. cit.) relata que pelo trabalho verifica-se a inter-relação entre os processos produtivos e, a partir de suas mediações, origina-se a reprodução social como dimensão ligada à esfera da produção. Assim,

[...] a reprodução social instaura diferentes complexos que instituem o processo de humanização e conferem a possibilidade de escolhas concretas mediante alternativas concretas de respostas aos problemas advindos do processo de sociabilidade do homem em seu intercâmbio com a natureza (Alves, 2015, p.184).

Ao longo do processo histórico, as transformações no âmbito do trabalho vieram acompanhadas do incremento da produção do excedente econômico e do desenvolvimento das classes sociais que, paradoxalmente, resultou na exploração da classe trabalhadora. Nesse processo, com a acumulação do produto do trabalho foi instituída a divisão do trabalho mais rígida e instaurado um processo voltado para a troca de mercadorias. Com isso, inicia-se a intensificação da exploração do trabalho a partir da apropriação da propriedade privada dos bens socialmente produzidos.

A partir do momento em que a divisão do trabalho foi estabelecida, a satisfação das necessidades dos indivíduos passou a ser subordinada ao mercado, pela produção, troca e consumo de mercadorias.

[...] Essa divisão determina a vinculação de indivíduos em órbitas profissionais específicas, tão logo o trabalho assume um caráter social, executado pela sociedade e através dela. Com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho sob a égide do capital, o processo de trabalho passa a ser realizado sob a forma de cooperação de muitos trabalhadores e meios de trabalho, verificando-se, ao mesmo tempo, um parcelamento das atividades necessárias à realização de um produto, sem precedentes em épocas anteriores (Iamamoto, 2009, p. 10).

No decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, deu-se a reprodução ampliada do capital, passando pelas fases da acumulação mercantilista, a esfera da circulação e à sua fase monopolista, forjando a intensificação da exploração e, em contrapartida, observou-se a luta e resistência da classe trabalhadora. Neste sentido, o capital implementou, para o seu desenvolvimento, novas formas de interação entre o homem e a natureza, através do trabalho. Porém, nota-se que a evolução e o progresso das forças produtivas não foram utilizados para a realização do ser social. Todo este processo é centrado na produção de mais-valia, construída com base na exploração do trabalho. Desta forma, a força de trabalho é reduzida a mercadoria e o tempo de trabalho necessário à produção é o que origina o valor, expresso pelo excedente (Alves, 2015).

Na fase monopolista do capital, consolidado no final do século XIX, esta relação é intensificada

[...] pela concentração de capital e na centralização de capitais, no crescimento do preço de mercadorias e serviços, na elevação das taxas de lucro, pela criação de um mercado monopolizado expresso pela instituição do crédito, pela generalização da relação de compra e venda da força de trabalho como eixo orientador do conteúdo “totalizante” das relações sociais em outras dimensões da vida (no campo da cultura, da educação e de outros complexos). Outra dimensão importante refere-

se a generalização da forma de assalariamento do trabalho, em que o trabalhador é medido pela demanda do capitalista para atender as suas necessidades (Alves, 2015, p. 186).

Assim, no contexto atual, constatam-se inúmeras transformações no âmbito do trabalho. No Brasil, com a adoção da reestruturação produtiva, verifica-se a redução do emprego formal e o maior incremento de relações precárias de trabalho com a subtração dos direitos sociais e trabalhistas, bem como o crescimento da informalidade como uma alternativa de trabalho, conforme já apontado no terceiro capítulo desta dissertação.

O ideário neoliberal corrobora no sentido de reduzir o papel do Estado em sua função de regulação das relações de trabalho. E, assim, presenciamos a introdução de novas formas de gestão da força de trabalho, relações e condições precárias de trabalho, o crescimento dos contratos flexíveis, temporários, etc. Além do desmonte dos recursos que viabilizam as políticas sociais públicas.

No Decea os profissionais das áreas operacionais, no cotidiano de trabalho, convivem com a introdução de inovações tecnológicas, a exemplo da automação dos equipamentos de controle de tráfego aéreo, e estas ditam o ritmo de trabalho e a sua produtividade. Este contexto também altera o mercado de trabalho e a vida dos trabalhadores de diversas áreas, incluindo os assistentes sociais.

Neste aspecto, cabe registrar algumas notas, no que tange ao Serviço Social. Compreende-se que a sua inserção ocorre na sociedade capitalista, na era dos monopólios, como um tipo de especialização do trabalho, inscrito na divisão social e técnica do trabalho, articulado aos processos de produção e reprodução das relações sociais, sendo, portanto, expressão das necessidades sociais geradas pela contradição entre as classes sociais, no enfrentamento da questão social. No Brasil, devido às particularidades de sua formação social, a institucionalização da profissão está relacionada à década de 1930, período que marca o início da industrialização no país (Iamamoto, 2007).

Desse modo, o Serviço Social se profissionaliza atuando na execução das políticas sociais, dada a necessidade do Estado de intervir nas expressões da questão social. A relação que o profissional estabelece com o objeto de seu trabalho, ou seja, as expressões da questão social, que se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha, depende da área de atuação definida pelas instituições empregadoras, e estas determinam, ainda, as demandas e prioridades a serem atendidas, bem como as possibilidades de respostas a tais demandas.

No entanto, cabe ao profissional a realização de mediações e a elaboração de estratégias de trabalho, para fins de identificação das reais necessidades sociais dos usuários, visando propor ações institucionais que possam atender efetivamente tais demandas.

Neste sentido, a inserção profissional ocorre em diferentes espaços sócio-ocupacionais, tais como: na área da saúde, educação, previdência social, assistência social, sócio-jurídico, forças armadas, etc. Estes espaços, através de políticas, programas e projetos sociais, expressam conquistas de direitos da classe trabalhadora.

O assistente social é proprietário de sua força de trabalho, adquirida por meio da formação universitária, dotando-o de conhecimentos e habilidades. Todavia, o exercício profissional efetiva-se a partir do trabalho assalariado, no âmbito do Estado ou dos organismos privados. Transformada em mercadoria, a força de trabalho só se realiza e é potencializada com o ingresso no mercado de trabalho, portanto, no universo do valor e da valorização do capital. Ademais, os meios necessários para a sua realização encontram-se sob o poder do empregador institucional, tais como: recursos financeiros, materiais, humanos necessários à realização desse trabalho concreto, que supõe programas, projetos e atendimentos previstos pelas políticas institucionais (Iamamoto, 2009).

Na sociedade capitalista, com a mercantilização da força de trabalho, verificamos a subordinação do exercício da profissão ao trabalho abstrato e a alienação, atribuindo condicionalidades à autonomia e ao projeto profissional do assistente social na realização de seu trabalho.

O Serviço Social se constituiu como profissão liberal que tem reconhecimento legal nos estatutos normativos e reguladores e, por isso, dotam os assistentes sociais de autonomia técnica para a execução e desenvolvimento do seu “fazer” profissional. Contudo, devido à inserção destes profissionais no mercado de trabalho como trabalhador assalariado, sua autonomia fica condicionada pelos objetivos e interesses institucionais, tornando-a relativa (Iamamoto, 2007). Segundo Simões,

Entender a natureza da autonomia profissional é fundamental para se apreender a sua natureza institucional, isto é jurídica e política. Os postulados éticos não se explicam por si mesmos e a ética profissional não é um sistema autônomo. A autonomia, portanto, é que determina a opção por valores de conduta ética (2016, p. 61).

Constata-se, ainda, uma tensão entre o projeto profissional, no qual o assistente social projeta e implementa ações em virtude de sua capacidade teleológica e, por outro lado, a sua condição de trabalhador assalariado, cujas atividades ficam diretamente subordinadas aos empregadores e são também determinadas pelas condições externas aos indivíduos. Com isso, o trabalho profissional fica atrelado ao “dilema entre causalidade e teleologia, entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito” (Iamamoto, 2009, p. 9).

Assim, de acordo com Iamamoto (2009), para a análise do trabalho do assistente social, na atualidade, devem ser observadas as formas históricas assumidas pelo capital no processo de restauração de sua acumulação, no contexto de crise mundial. As estratégias do capital, apoiado na hegemonia das finanças e na busca de super lucros, intensificam a exploração do trabalho por meio da ampliação da taxa do trabalho excedente e a expansão do monopólio da propriedade territorial com impactos sobre a vida humana. Esta conjuntura traz rebatimentos para o universo do trabalho e dos direitos sociais.

Em tempos de mundialização do capital, o mercado é o regulador supremo das relações sociais e impulsiona a competição, o individualismo e, com isso, atua na desarticulação das formas de lutas coletivas. A privatização e mercantilização das necessidades sociais são implementadas em benefício da produção e circulação de mercadorias. E o bem estar dos “cidadãos” é transferido ao espaço privado dos indivíduos e seus familiares. Verifica-se o crescimento do trabalho voluntário e a restrição da atuação do Estado, que realiza intervenções apenas para conter a pobreza extrema:

[...] cresce o desemprego que alimenta a expansão da população excedente, ao lado da desregulamentação e informalização das relações de trabalho, com repercussões na luta salarial e na organização autônoma dos trabalhadores. Adquirem destaque políticas sociais voltadas à preservação dos mínimos vitais dos segmentos da crescente população excedente lançados ao pauperismo; e ao seu controle político, preservando o direito à sobrevivência de imensos contingentes sociais e alimentando o consenso de classe necessário à luta hegemônica (Iamamoto, 2009, p. 2).

Nesta perspectiva, na busca por uma saída para crise, o capital impõe novas formas de domínio da força de trabalho e implementa uma reforma intelectual e estrutural no trabalho, com objetivo de criar uma nova cultura no trabalho, compatível com os projetos do capital.

Neste sentido, a reestruturação produtiva, adotada pela classe dominante, processa-se com base no ideário econômico-político do neoliberalismo, sendo subordinada às diretrizes da economia de mercado, na intervenção mínima do Estado e, neste contexto, os projetos/programas sociais ficam atrelados à lógica da reestruturação do capital. Constata-se, ainda, que o momento atual é de passivização da ordem em detrimento da cidadania.

Nesses termos, é colocada ao assistente social a tarefa de identificar o conjunto de necessidades políticas, sociais, materiais e culturais, na dimensão do capital, na variação do trabalho, no campo das necessidades sociais, no prisma das demandas emergentes, refazendo o caminho entre as demandas postas e as suas necessidades fundantes, o espaço, as determinações sociais e sua complexidade na sociedade capitalista contemporânea, particularmente nas inflexões promulgadas no processo de reprodução social (Cantalice; Silva, 2008, p. 104).

Segundo Iamamoto (2009), as transformações recentes do capital implementam alterações nos espaços ocupacionais, com resultados negativos em relação às conquistas e aos direitos dos trabalhadores. Os espaços de trabalho passam por constantes alterações nas condições e relações de trabalho com a alteração de sua base técnica de produção, tais como:

[...] com informática, a biotecnologia, a robótica e outras inovações tecnológicas e organizacionais, que potenciam a produtividade e a intensificação do trabalho. É esse solo histórico movente que atribui novos contornos ao mercado profissional de trabalho, diversificando os espaços ocupacionais e fazendo emergir inéditas requisições e demandas a esse profissional, novas habilidades, competências e atribuições. Mas ele impõe também específicas exigências de capacitação acadêmica que permitam atribuir transparências às brumas ideológicas que encobrem os processos sociais e alimentem um direcionamento ético-político e técnico ao trabalho do assistente social capaz de impulsionar o fortalecimento da luta contra-hegemônica comprometida com o universo do trabalho (Iamamoto, 2009, p.1).

Entretanto, o trabalho do assistente social possui uma natureza qualitativa, visto que se constitui em uma ação voltada a atender às necessidades sociais dos usuários e familiares na singularidade de suas vidas. Constitui uma atividade inscrita “no terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas” (Iamamoto, 2009, p.11) E, por isso, o exercício da profissão é compreendido em sua dimensão de trabalho concreto, útil, uma ação planejada

com o objetivo de alcançar uma finalidade e com conhecimentos técnicos, éticos, operacionais para a sua realização.

Todavia, as transformações recentes trazem implicações para o trabalho do assistente social. Em relação à questão social, ele é tensionado pela proposta neoliberal em virtude das políticas de ajuste recomendadas pelos organismos internacionais e submetido à lógica financeira do grande capital internacional. Neste contexto, verifica-se que o Estado nacional é envolvido no contexto de crise, devido à sua natureza contraditória, ou seja, o Estado é atravessado pelos interesses em disputa na sociabilidade capitalista.

Conforme já apontado neste estudo, a partir dos anos 1990, presencia-se no país a reforma do Estado brasileiro. Com isso, temos o desmonte do processo de regulamentação legal das políticas sociais e das normas constitucionais. “Essa regulamentação ratifica a subordinação dos direitos sociais à lógica orçamentária, a política social à política econômica e subverte o preceito constitucional” (Iamamoto, 2009, p.21).

Conforme afirmam Cantalice e Silva (2008), no contexto das transformações societárias recentes são apontados novos desafios para o Serviço Social, tendo em vista as novas modalidades de produção e reprodução social da força de trabalho e as demandas postas à profissão, trazendo rebatimentos para o trabalho do assistente social em dois elementos:

[...] no que concerne às questões de alteração no mercado de trabalho e nas condições de trabalho profissional; e o surgimento de novas problemáticas sociais que podem ser mobilizadoras de intervenções estratégicas do assistente social para que esse profissional elaborar proposições teórico-metodológicas, políticas e éticas que elucidem linhas de enfrentamento às novas questões postas à sua profissão (Cantalice e Silva, 2008, p. 103).

Em meio às transformações operadas pelo capital, inscrevem-se as demandas para a profissão. Parece claro que as atuais transformações no mundo do trabalho têm alterado e redimensionado as demandas, a partir da ação das políticas sociais sob a forma de serviços sociais. Cabe ressaltar que a ausência destes serviços na área estatal contribui para o processo de barbarização das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, promovendo a intensificação da pobreza e da miséria (Cantalice; Silva, 2008).

Diante das transformações em curso, Netto (1996) já analisava as possibilidades de demandas para o Serviço Social, fundamentadas na dimensão

teórico-metodológica da profissão. Ainda que o texto seja de 20 anos atrás, continua atual para a compreensão dessa questão. Nesse contexto, o autor ressalta que existe uma possível demanda objetiva para o Serviço Social. No entanto, a mudança da possibilidade para o âmbito da realidade dependerá da capacidade de resposta do profissional frente a esta demanda e de seu maior ou menor entrosamento com a hegemonia política que se afirma e, ainda, dependerá de sua posição em relação às “contra-hegemonias” que vierem a se formar. O autor afirma que:

Se não for capaz de elaborar respostas qualificadas para as demandas - e essa qualificação, em grande medida, será aferida em função da racionalidade sociopolítica da hegemonia que se afirmar -, o Serviço Social pode muito bem definhir e torna-se um exercício profissional residual (Netto, 1996, p. 115).

O rompimento com o conservadorismo, na profissão, gerou uma cultura política muito diferenciada no Serviço Social, com muitas diversidades. No entanto, resultou, nos anos de 1980 e 1990, na formulação de uma direção social estratégica que se choca com o projeto hegemônico do grande capital, ou seja, é contrária aos princípios e fundamentos da sociedade capitalista. Esta direção foi desenvolvida sob a influência da tradição marxista, sendo sustentada por uma cultura profissional que é antagônica ao conservadorismo e vai de encontro aos ideais do pensamento pós-moderno.

Neste sentido, Netto aponta que as transformações societárias em curso vão incidir sobre as referências teórico-metodológicas da profissão. Assim, o debate no Serviço Social será travado em torno da direção social que foi afirmada nas décadas de 1980/90, e “o que estará no centro desta polêmica profissional será a seguinte questão: manter, consolidar e aprofundar a atual direção estratégica ou modificá-la e revertê-la” (Netto, 1996, p.117).

Os confrontos imediatos vão se dar em torno das matrizes da cultura profissional que sustenta a direção estratégica da profissão. Enfraquecer a tradição marxista, com suas influências, será o modo de questionar a direção social assumida pela profissão na década de 1980. Estes embates ocorrerão sobre as demandas do mercado de trabalho dos assistentes sociais. O autor ressalta que:

[...] as transformações societárias incidentes na nossa sociedade certamente o estão modificando, seja pela redução da demanda de atividades antes significativas (ou porque as suas demandas necessidades diminuíram e/ou foram transferidas a

outros profissionais), seja pelo surgimento de atividades novas (e aqui reside o mais dinâmico desse movimento) (Netto, 1996, p. 120).

A democratização da sociedade, a partir da consagração dos direitos sociais, ampliou os espaços para a atuação profissional. Porém, a forma como estas transformações societárias se instauraram no Brasil, tende a imbricar, no campo das atividades profissionais, as demandas “tradicionais” e as “novas”, tornando o universo de usuários do Serviço Social muito mais heterogêneo e complexo e exigindo dos assistentes sociais mais criatividade e eficácia operativa (Netto, 1996, p. 120).

Naquele ensaio Netto já observava que a conjuntura advinda desse processo implicaria em mudanças no mercado de trabalho, tais como:

1) a crescente segmentação do mercado de trabalho das atividades profissionais, requerendo uma definida especialização dos profissionais; 2) a diferenciação progressiva das condições de trabalho nas instituições estatais e nas da “iniciativa privada”, estas com esquemas de controle e aferição mais estritos de desempenho profissional (Netto, 1996, p. 120-121).

As exigências imediatas do mercado de trabalho vão referenciar, pondera o autor, em curto prazo, o debate profissional por três razões principais:

1) as prioridades dos empregadores (públicos e privados) de assistentes sociais tenderão, em função das transformações societárias em curso, a enfatizar ainda mais as resultantes prático-operativas do trabalho dos profissionais; 2) aos olhos dos assistentes sociais, dada à histórica e ineliminável característica operativa do serviço social, as respostas a elas se apresentam como via preferencial para solucionar os impasses da legitimação social da profissão; 3) os próprios avanços profissionais dos anos 1980 impõem o enfrentamento das “questões da prática”, senão ao preço de se esgotarem (Netto, 1996, p. 120-121).

Neste sentido, as transformações societárias indicam que o Estado vai se reduzir “enquanto espaço de inserção profissional do assistente social, seja cortando coberturas públicas, seja sucateando os aparelhos para executar as que se mantêm” (idem, 1996, p.122). Desta forma, o referido autor observa que as restrições aos direitos sociais, devido aos ajustes neoliberais, implicariam em consequências negativas para o mercado de trabalho dos assistentes sociais.

Sua prospecção indicava que as transformações em curso na década de 1990 implicariam, também, em novas configurações para o exercício profissional,

visto que a segmentação no mercado de trabalho põe a diferenciação nas condições de trabalho nas instituições estatais e nas empresas privadas. Assim, nas instituições estatais, estes rebatimentos ocorrerão devido à “restrição de cobertura”. Já nas empresas privadas, teremos alterações nas próprias atribuições profissionais, é o que antecipava Netto (1996).

Nesse contexto, o autor explica que “o verdadeiro problema que as alterações emergentes no mercado de trabalho colocam, não é o da ‘preservação de espaços profissionais’, nem, muito menos, o do atendimento ou não das suas demandas” (Netto, 1996, p.123). O verdadeiro problema está relacionado à discussão do espaço profissional, mas este deve ser compreendido a partir de novas competências. Em relação à resposta às demandas de mercado, a questão está em como respondê-las, visto que “a própria determinação das demandas de mercado é problemática” (Netto, 1996, p.123).

Desse modo, observa-se que a prospecção feita por Netto em 1996 continua atual e, conforme já mencionado, os desafios a serem enfrentados pela profissão passam pela (re) configuração do mercado de trabalho dos assistentes sociais. Os profissionais também têm sofrido o impacto das transformações mais recentes, sobretudo no que concerne às relações que se processam entre o Estado e a sociedade.

Enquanto funcionários públicos, os assistentes sociais vêm sendo atingidos pelos efeitos da reforma do Estado, que tem primado pela redução do campo do emprego e pela precarização das relações de trabalho, notavelmente através da “[...] redução dos concursos públicos, da demissão de funcionários não estáveis, contenção salarial, corrida à aposentadoria, falta de incentivo à carreira, terceirização acompanhada de contratação precária, temporária, com perda de direitos” (Iamamoto, 2009, p.124).

No âmbito do Decea e das organizações militares por ele apoiadas/subordinadas, atualmente, o efetivo é composto por quinze (15) assistentes sociais. Dentre esses, seis profissionais trabalham no Rio de Janeiro (cinco no Decea - três na área de execução alocadas na SSS; duas que atuam na área do planejamento inseridas no Sdad e uma profissional que desenvolve suas atividades no Pame). As outras nove assistentes sociais ficam distribuídas nos Cindactas (Cindacta I – uma profissional; Cindacta II – três; Cindacta III – duas; Cindacta IV – duas) e o SRPV-SP que conta com o trabalho de uma assistente social.

As profissionais possuem vínculos de trabalhos diferenciados com a instituição, este quadro é composto por nove assistentes sociais militares e seis civis. Em relação às militares, algumas ingressaram por meio de concurso público, de caráter temporário, outras por meio de análise de currículo e também possuem vínculo temporário com a organização militar. Já as profissionais civis, foram admitidas através de duas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) que contratam profissionais para auxiliar no trabalho do controle do espaço aéreo em diversas áreas, dentre elas o Serviço Social.

Observa-se que as profissionais possuem cargas horárias de trabalho diferenciadas: algumas trabalham 30 horas, outras 40 horas. Em relação à faixa salarial, não foram observadas grandes diferenciações. Contudo, as profissionais civis contam com benefícios disponibilizados pelas Oscips. Em relações às atribuições técnicas, não há muitas distinções. No entanto, as assistentes sociais militares possuem outras atribuições: acumulam chefias de seções e realizam as atividades inerentes a área militar.

É importante destacar que o exercício profissional dos assistentes sociais do Comaer e, em especial do Decea, vem sendo impactado pelas orientações do Estado neoliberal brasileiro, trazendo novas configurações para as condições e relações em que o trabalho se realiza. Conforme Iamamoto, é este contexto

[...] que altera a demanda de trabalho do assistente social, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. As relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas (Iamamoto, 2011, p. 233).

Por fim, verifica-se que o legado dos direitos conquistados pela classe trabalhadora nos últimos séculos sofre com o seu desmantelamento devido a orientação neoliberal implementada pelo Estado e, com isso, observa-se a regressão da cidadania e dos direitos sociais garantidos por lei, trazendo rebatimentos para o exercício profissional do assistente social.

No próximo item será apresentado o sistema de assistência social do Comaer a fim de trazer problematizações acerca das possibilidades de intervenção do Serviço Social no âmbito da Comando da Aeronáutica e no Decea, em particular.

4.2.

O sistema de assistência social do Comaer e as normas que respaldam o trabalho do assistente social

Conforme exposto no item 1.3 desta dissertação, o registro das primeiras intervenções do Serviço Social no Comaer remonta à década de 1950. Naquela época, o trabalho era realizado por assistentes sociais civis. Na década de 1980, temos a inserção das primeiras mulheres que ingressaram no quadro de carreira da FAB, por meio do Quadro Feminino de Oficiais (QFO), em diversas especialidades, dentre elas o Serviço Social.

A institucionalização da profissão na Aeronáutica ocorreu a partir desta inserção, ou seja, é fruto de lutas travadas pelas profissionais, militares e civis, em prol da sistematização do trabalho, visando atender com conhecimento técnico as questões inerentes a área social. Mas, anteriormente, na década de 1950, estas atribuições eram realizadas por meio de práticas voluntárias, de cunho assistencialista, desempenhas pelas esposas dos comandantes das instituições militares (Zacaron, 2011). Ou eram realizadas através do apoio de militares, oficiais religiosos, da capelania católica e protestante, que se efetivava nas organizações militares em diversas regiões do país.

Entretanto, em 24 de janeiro de 1985, foi estruturado, pela Portaria nº 93/GM3, o Sistema de Assistência Social (SAS), e ainda no mesmo ano foi criado o fundo de assistência social, responsável pelos recursos sociais do Comaer, por meio da Portaria nº 968, de 26 de novembro, com o objetivo de promover a proteção social dos militares e servidores civis, bem como dos seus dependentes e pensionistas.

Na mesma década começa a ser estruturada a seguridade social brasileira, constituída pelas políticas de saúde, assistência social e previdência social, a partir da promulgação da Carta Magna de 1988. Sabemos que antes do documento constitucional a política de assistência social era tratada com um caráter de favor, caridade, filantropia, assistencialismo. Assim, a constituição do direito à assistência social é recente na história do Brasil, haja visto que durante muitos anos expressões da questão social estiveram ausentes das formulações de políticas públicas no país e muitos são os desafios para a efetivação dos direitos sociais.

A estruturação do SAS constituiu um avanço para a profissão no âmbito do Comaer, uma vez que esse Sistema contribuiu para organizar o trabalho que já era desenvolvido. Foi instituído, neste sentido, um órgão central, que é representado pela Diretoria de Intendência (Dirint) por meio da Subdiretoria de Encargos Especiais (Sdee) e da Divisão de Serviço Social. Esta subdiretoria operacionaliza as ações do SAS e é responsável por normatizar e coordenar as atividades dos assistentes sociais em nível nacional.

É importante registrar que a implementação do SAS se deu numa conjuntura de redemocratização política e de “efervescência” dos movimentos sociais no país, onde a luta por direitos se tornou mais ampla, consagrou-se direitos constitucionais, mas, por outro lado, observou-se a não efetivação dos avanços fundamentais no campo dos direitos. Assim, coincidiu com a introdução de práticas neoliberais, somando-se com o contexto de “reforma” do Estado brasileiro, que provocou um declínio na qualidade dos serviços a partir da redefinição do papel do Estado na sociedade.

Nesta perspectiva, o Sistema surgiu permeado por um padrão conservador, reduzindo as ações do Serviço Social a atividades burocráticas e emergenciais, realizadas através dos plantões sociais e distribuição de auxílios financeiros (Zaracon, 2011).

A conjuntura vivenciada apontava para um Estado mínimo para a área social. Desta forma, o Serviço Social do Comaer atendia as necessidades sociais dos militares e servidores civis por meio de práticas pontuais. Nesse período os assistentes sociais não conseguiam implementar ações de cunho preventivas e educacionais. Outra barreira enfrentada foi a falta de reconhecimento das atividades profissionais na perspectiva de direitos legalmente instituídos constitucionalmente, visto que as ações desenvolvidas pelo Serviço Social eram vistas na concepção do favor, assistencialismo e da caridade. Sabemos que este estigma é próprio do contexto histórico de luta pelo reconhecimento da política de assistência social no país.

No entanto, na década de 1990, acompanhando o movimento de renovação do Serviço Social, que se inicia ainda nos idos de 1960 e 1970, ocorre na profissão o direcionamento de romper com o padrão conservador e esta perspectiva implica em alterações no processo de trabalho das assistentes sociais do Comaer, bem como no SAS. As mudanças foram orientadas no compromisso profissional com as diretrizes e princípios instituídos pelo Código de Ética de 1993 e com as

competências e atribuições previstas na Lei nº 8662/1993, que regulamenta a profissão. Seguindo esse processo, no ano de 1993 ocorreram as primeiras ações da área de proteção social do Comaer, com a criação das primeiras modificações nas normas internas do Serviço Social, a exemplo da Instrução nº 161-12 de 1º de setembro de 1993 (Zaracon, 2011).

Ao longo dos anos seguintes o Sistema foi sofrendo outras alterações. Em 2006 o SAS foi reformulado pela Portaria 1.121/GC6, de 28 de novembro, sendo este um marco importante para a consolidação do Serviço Social na instituição. Esta reformulação seguiu as diretrizes estabelecidas na Política Nacional de Assistência Social, bem como na Lei Orgânica de Assistência Social, com a finalidade de contribuir com a melhoria da qualidade de vida do efetivo do Comaer e, em consequência, minimizar os impactos sociais na vida dos trabalhadores e garantir o seu melhor desempenho no trabalho.

Somando-se a isso, cabe ressaltar que as diretrizes que regulamentam o trabalho dos profissionais de Serviço Social no âmbito da Força Aérea brasileira estão em conformidade com as normas das Forças Armadas inerentes à área social, sobretudo a Portaria Normativa nº 1173/MD, de 06 de setembro de 2006, que dispõe sobre a Política de Assistência Social das Forças Armadas e a Portaria Normativa nº 881/MD, de 26 de maio de 2010, que estabelece as normas de elaboração dos Programas da Política de Assistência Social das Forças Armadas.

No que se refere à Portaria Normativa nº 1173/MD de 2006, o artigo 2º expõe que o objetivo da Política de Assistência Social das Forças Armadas é orientar as atividades de assistência social e garantir o bem-estar do efetivo. Assim, de acordo com o artigo 4º, as ações devem ser implementadas para atender as demandas socioassistenciais, preventivas e promocionais, para o que deverão ser levadas em consideração as particularidades inerentes à carreira militar e os rebatimentos que podem ser ocasionados para os seus familiares, tais como: o isolamento, que afasta o militar do convívio familiar por determinados períodos, a mobilidade geográfica, na qual os militares passam por processos constantes de transferências de localidades, entre outros. Além disso, as atividades desenvolvidas devem estar pautadas em consonância com a política de assistência social do governo federal. E para a implantação das ações deverá ser observada a identificação das demandas de acordo com a realidade de cada organização militar.

Já a Portaria Normativa nº 881/MD de 2010, estabelece as diretrizes para a realização dos Programas da Política de Assistência Social no âmbito das Forças Armadas. Desta forma, é salientado o desenvolvimento de ações voltadas para cinco programas: “I - Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência (Papd); II- Programa de Preparação para Reserva e Aposentadoria (PPRA); III- Programa de Apoio Socioeconômico (Pase); IV- Programa de Prevenção à Dependência Química (PPDQ) e V- Programa de Atendimento Social às Famílias dos Militares e Servidores Civis Participantes de Missões Especiais (Pasfme)”. Desta forma, a normatização orienta para o planejamento dos programas mencionados, de forma a prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade social junto aos trabalhadores das Forças Armadas. E em seu artigo 3º ressaltam-se os princípios que devem ser seguidos visando atingir aos objetivos propostos nos referidos programas, sendo eles: “a integralidade; a descentralização; a prevenção; a intersetorialidade, a humanização; a capacitação profissional e a avaliação e o monitoramento”.

Em conformidade com as normas descritas, atualmente, no âmbito do Comaer, existem duas legislações principais que respaldam todo o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social, são elas: A Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 163 - 1/2014, que trata da “Instrução Reguladora das Ações Sociais”, e a ICA 161-1/ 2014, que dispõe sobre a “Gestão e Aplicação dos Recursos da Assistência Social”.

A ICA 163 – 1/2014 foi estabelecida com a finalidade de regulamentar, em nível nacional, as atividades do Serviço Social e, neste sentido, apresenta um conjunto de orientações para padronizar as ações profissionais. Assim, a operacionalização do SAS está amparado pela legislação.

Nesta perspectiva, as ações sociais desenvolvidas no Comaer pautam-se em práticas de caráter socioeducativo, preventivo e promocionais, com o objetivo de atender as manifestações da questão social presentes no cotidiano do efetivo.

O SAS do Comaer é efetivado pelo Plano de Assistência Social, e este prevê um Programa de Ações Sociais Integradas (Pasic), ou seja, esse Plano é responsável por direcionar as ações de assistência social no Comando da Aeronáutica. O mesmo é estruturado em cinco programas, abrangendo as áreas do idoso, assistência social, família, lazer e cultura e recursos humanos.

O Pasic 1 – Programa de Promoção Familiar, tem por objetivo o desenvolvimento de ações que possuam como centralidade a família, as quais

deverão ser orientadas por práticas individuais e coletivas visando à autonomia, à cidadania e à reestruturação do núcleo familiar. Como exemplo, podemos citar as ações de promoção e prevenção à saúde.

Já o Pasic 2 - Programa de Atenção ao Idoso, consiste em ações sistematizadas voltadas para esse grupo populacional, sobretudo devido a atual tendência no país de aumento da expectativa de vida dos idosos. Um exemplo de ação desenvolvida é o Programa de Preparação para a Reserva e Aposentadoria, que visa contribuir com reflexões voltadas para dirimir dúvidas e ansiedades próprias desse momento de transição.

O Pasic 3 - Programa de Assistência Social, compreende um conjunto de benefícios sociais. Esse Programa é subdividido em cinco projetos, são eles: Projeto Saúde: compreende o atendimento quanto à necessidade de aquisição de medicamentos, de óculos, vacinas, de próteses, órteses e aparelhos correlatos (aparelhos auditivos, cadeiras de rodas), atendimento odontológico e prestação de serviços por profissionais e instituições de saúde (equoterapia, terapia ocupacional, psicopedagogia); o Projeto Educação: visa à restituição de despesas realizadas com a aquisição de material, livros e uniformes escolares, bem como o pagamento de mensalidade escolar (educação especial e mediação escolar); o Projeto Alimentação: compreende a aquisição de cestas básicas para atender aos usuários das ações sociais do Comaer, em conformidade com a situação socioeconômica apresentada; o Projeto Habitação: destinado a aquisição de material de construção, nos casos em que a moradia apresente as seguintes condições: situação de risco iminente, calamidade pública, insalubridade. O projeto é oportunizado apenas aos usuários com imóvel próprio; e o Projeto Funeral: benefício concedido para auxiliar nas despesas de funeral de dependentes de servidores civis. A Lei 8.112/90, que regulamenta o exercício profissional dos servidores civis, prevê o auxílio-funeral à família do servidor falecido, mas não contempla seus dependentes.

O Pasic 4 é responsável por ações de capacitação e promoção dos recursos humanos, e tem por objetivo implementar projetos de valorização da força de trabalho e, por outro lado, contribui para melhorar a eficácia nos serviços prestados. Podemos citar, como exemplo, o Programa Integrar, que compreende um conjunto de ações voltadas para os militares e servidores civis recém-chegados na organização militar, promovendo a sua integração ao novo ambiente de trabalho.

E, por fim, o Pasic 5 que envolve ações promocionais na área de lazer e cultura, contribuindo para o desenvolvimento humano, (social, físico, psicológico, entre outros) e práticas de cidadania, sendo oferecido ao efetivo e seus dependentes. Um exemplo de projeto desenvolvido é o evento em comemoração ao dia das crianças, que tem por objetivo a realização de atividades de cunho socioeducativo, contribuindo para o desenvolvimento das crianças, bem como promover a integração da família ao ambiente de trabalho.

Em relação aos usuários do SAS, estes são representados por todos os militares e servidores civis da Aeronáutica, ativos e inativos, incluindo seus respectivos dependentes e pensionistas de militares do Comaer. Cabe mencionar que o acesso, aos projetos do Pasic 3 é garantido a todos os usuários do SAS, independente de posto/graduação, sendo necessária a realização de atendimento social, uma vez que será analisada a demanda apresentada. No entanto, estes deverão contribuir com os Recursos de Assistência (RAS). Percebe-se, dessa maneira, que o SAS depende, para o seu funcionamento, de contribuições do próprio efetivo. Ou seja, é um serviço socioassistencial custeado pelos próprios trabalhadores da FAB.

É importante destacar que para além dos atendimentos individuais para acolher as demandas por “benefícios sociais” estruturados no Pasic-3, a ICA-163-1/2014 prevê a realização de programas/projetos coletivos de acordo com a realidade social da organização militar, visando fortalecer os sujeitos, a sua autonomia, enquanto cidadão de direitos. De acordo com a referida norma,

A nova visão da Assistência Social exige um trabalho com o conjunto das necessidades de uma família, a adoção de medidas para a reestruturação do núcleo familiar, afiançando condições de segurança social e autonomia e, ainda, o favorecimento de processos participativos, que tragam novo formato de gestão social e construção do reconhecimento da cidadania contribuindo, para o fortalecimento de processos emancipatórios, na formação de uma consciência crítica dos sujeitos frente a realidade, facilitando assim, os processos democráticos e o acesso aos direitos para transformação social (ICA-163-1/2014, p. 7).

Em relação a ICA 161-1/2014, esta norma trouxe um conjunto de avanços voltados para o gerenciamento dos recursos sociais e a operacionalização dos trâmites administrativos e licitatórios para auxiliar na elaboração dos processos sociais explicitados na ICA 163-1/2014. Além disso, trouxe orientações para os assistentes sociais que acumulam a função de “gestores sociais”, ou seja, são

responsáveis pela gestão dos recursos sociais descentralizados e, ainda, sobre os documentos necessários para realização da prestação de contas mensal.

Quanto aos recursos financeiros, estes estão alocados no RAS (Recursos de Assistência Social) e são provenientes da contribuição compulsória dos próprios militares (o percentual de 0,1% da contribuição previdenciária dos militares são repassados à Sdee). Os servidores civis, os pensionistas e os soldados são isentos da contribuição obrigatória, mas, para terem acesso aos programas previstos no Pasic 3, devem contribuir, mensalmente, com um valor fixado, por meio do pagamento da Guia de Recolhimento da União (GRU). Além dessas fontes, constituem a receita do RAS o percentual de ressarcimento oriundo da “concessão” dos atendimentos por benefícios sociais, e os mesmos podem ser autorizados, de acordo com a análise socioeconômica, por meio do atendimento integral, denominado de modalidade excepcional, ou seja, sem ressarcimento ao RAS. Ou, ainda, podem ser inseridos na modalidade parcial, em que os usuários atendidos restituirão uma porcentagem estabelecida na referida ICA ao RAS. A legislação ainda descreve outras fontes de receita, são elas: uma taxa estipulada sobre as unidades de contrato pactuadas entre as entidades consignatárias e os consignatários, referentes às empresas conveniadas que mantêm credenciamento com o Comaer, as doações autorizadas e outras a serem especificadas pela Diretoria de Intendência.

É importante destacar que a solicitação de recursos sociais poderá ser realizada, mensalmente, pelo assistente social que possui a função de gestor social, de acordo com as demandas apresentadas. O órgão central descentralizará, então, os créditos, seguindo a disponibilidade de recursos financeiros alocados na Secretaria de Finanças da Aeronáutica (Sefa). Posteriormente, será realizada a prestação de contas dos recursos solicitados e as estatísticas oriundas das intervenções profissionais.

De acordo com as normas, os recursos descentralizados para as ações do Serviço Social deverão ser utilizados para custear as despesas constantes no Plano de Assistência Social no que concerne à prestação de serviços, benefícios ou fornecimento de bem (aquisição de móveis permanentes, de consumo de uso duradouro, bem móvel de consumo ou bem móvel reparável). Em relação à prestação de serviços, os recursos poderão ser empregados para o atendimento das demandas socioassistenciais ao usuário, a serem prestados por profissionais autônomos ou pessoas jurídicas; poderá ser destinado ao aperfeiçoamento dos assistentes sociais, a exemplo de treinamentos, consultorias, visando a qualidade

dos serviços prestados aos usuários; poderá ser realizado convênio com instituições responsáveis pela contratação de estagiários de Serviço Social. E, ainda, ser utilizado para a implantação de reformas e adaptações nas áreas destinadas aos atendimentos sociais.

Um elemento a ser considerado, conforme mencionado anteriormente, refere-se à disponibilidade de alocação de recursos próprios direcionados para o SAS, o que contribui para o desenvolvimento das ações sociais no Comaer. Porém, devido à situação política e econômica vivenciada pelo país, os recursos deste Sistema vêm sofrendo contingenciamento e cortes orçamentários.

Outro aspecto relevante diz respeito à necessidade de encaminhar para apreciação da Dirint/Sdee, os programas/projetos de âmbito coletivo e os processos sociais concernentes aos atendimentos sociais a serem realizados nas organizações militares para fins de análise e aprovação do órgão central.

No que se refere à descentralização de recursos, de acordo com a ICA 161-1, os processos com valores abaixo de cinco salários mínimos podem ser atendidos no âmbito da própria organização militar, por um período de seis meses, sem necessidade de autorização previa do órgão central, com o objetivo de garantir a resolutividade no atendimento das demandas sociais. Neste sentido, após a realização da entrevista social, o profissional elabora relatório social, parecer social, entre outros. É organizado um processo, conforme previsto na legislação, o qual é encaminhado ao órgão central para análise das questões individuais e/ou familiares do militar ou servidor civil (por exemplo, medicamentos contínuos, educação especial). O grande avanço com a criação do órgão central foi que estes processos são analisados e recebem o parecer social de uma assistente social, da equipe da Dirint/Sdee que, após submetido à sua chefia, retornam com este parecer para à organização militar de origem.

É importante ressaltar, também, que as atividades desenvolvidas pelo Serviço Social no Comaer são reconhecidas pelos usuários, ou seja, são legitimadas na OM. E, mesmo diante de uma autonomia relativa, é respeitada a autonomia técnica (elaboração de análises socioeconômicas, estudo social, parecer social) dos profissionais, que se efetiva a partir das competências e atribuições privativas, previstas na lei de regulamentação da profissão. Não há questionamentos em relação às quantias monetárias direcionadas aos atendimentos das demandas. Conforme mencionado acima, os assistentes sociais possuem autonomia, ainda, para montarem o processo social do usuário,

elaborar o parecer social e submetê-lo à apreciação da chefia imediata, para fins de autorização de “concessão”, nas modalidades excepcionais, pela própria organização militar, nos valores abaixo de cinco salários mínimos, por um período de seis meses. Com isso, a instituição, por meio das legislações aprovadas, fornece o respaldo para dar celeridade aos processos administrativos.

Contudo, são muitos os desafios postos para a atuação profissional no âmbito do Comaer, que vão desde da necessidade um conhecimento básico sobre gestão financeira, realizado através do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), até os trâmites licitatórios no âmbito da administração pública para aquisição de um produto ou serviço etc.

Em relação aos trâmites burocráticos, é necessária a interlocução constante com as chefias, para o acompanhamento dos processos sociais, e para que haja o entendimento a respeito da necessidade do caráter de urgência do trabalho do assistente social, podendo demandar a agilidade de respostas profissionais.

Considera-se o avanço do SAS do Comaer. No entanto, são necessários, visando o progresso institucional do Serviço Social, a realização de encontros, seminários periódicos com o objetivo de refletir sobre o exercício da profissão, as legislações que amparam o trabalho, a socialização de projetos coletivos, os instrumentais técnico-operativos utilizados, como, por exemplo, a avaliação socioeconômica, com o objetivo de padronizar as ações das assistentes sociais, das diversas regiões do Brasil, em prol da qualidade das respostas efetivadas.

É necessária, ainda, maior articulação do Serviço Social do Comaer com as políticas públicas intersetoriais, de forma interdisciplinar, bem como a efetivação de um trabalho em conjunto com a criação de redes socioassistenciais. Percebe-se que tanto os profissionais quanto os usuários ficam muito “presos”, para o atendimento de demandas, aos recursos institucionais disponibilizados pelo SAS do Comaer. Alguns usuários são encaminhados para a rede socioassistencial, principalmente para o Sistema Único de Saúde (SUS), a exemplo dos atendimentos de medicamentos contínuos e de alto custo, além dos serviços de referência e alta complexidade. Todavia, devido ao contexto neoliberal e o rebatimento nas políticas públicas, em alguns momentos são encontrados entraves para a efetivação dos encaminhamentos para fins de atendimento na rede pública. No que se refere à política de assistência social, o usuário se depara com critérios seletivos e focalizados, em virtude do sucateamento dos serviços públicos em detrimento da necessidade social apresentada pelos indivíduos.

Outro fator a ser apontado é que deveria existir um diálogo maior entre os serviços internos do Comaer com os sistemas de saúde e assistência social.

Diante do exposto, e não obstante as dificuldades ainda enfrentadas, pode-se afirmar que o SAS é resultado do protagonismo das excelentes profissionais que contribuíram para a sua implementação e desenvolvimento das ações. É notório que a partir deste Sistema de proteção social, bem como com a estruturação do Plano de Assistência Social, o trabalho dos assistentes sociais no Comaer vem se aprimorando e, assim, permitindo que a intervenção seja realizada em harmonia com as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do Serviço Social.

Por fim, verifica-se que o trabalho do assistente social no Comaer, e em particular no SAS, vivencia os reflexos do direcionamento assumido pelo Estado brasileiro, o que traz novos desafios aos profissionais frente ao acirramento das expressões da questão social, que se manifestam pelo crescimento das demandas postas ao Serviço Social, o que será problematizado no próximo item. De acordo com Zacaron, neste contexto:

De maneira geral, o COMAER viu, a partir do avanço do Estado Neoliberal, o início do seu processo de declínio. O desmonte do Estado brasileiro repercute diretamente no sucateamento da instituição, que vai desde as perdas salariais, precarização das relações de trabalho, novas formas de contratação, redução dos recursos orçamentários, o que fez cair a qualidade dos serviços institucionais. As transformações no universo de trabalho, as demissões em massa, a sobrecarga de tarefas, a polivalência, além das demandas referentes a redução dos salários impulsionaram ao redimensionamento das ações do Serviço Social para o atendimento das novas determinações dessa força de trabalho (Zacaron, 2011, p.54).

4.3.

O trabalho do assistente social no Departamento de Controle do Espaço Aéreo: demandas e respostas

Neste item serão abordados elementos para a reflexão sobre o trabalho do assistente social no Decea, com ênfase nas demandas apresentadas e nas possibilidades de respostas, neste espaço sócio-ocupacional.

Conforme exposto neste estudo, as transformações societárias recentes implementaram alterações significativas no “mundo do trabalho” e não podem passar despercebidas da análise das condições em que o exercício profissional

se realiza na atualidade. Somado a isso, este contexto modifica as condições de vida dos trabalhadores e traz novos desafios para o exercício profissional dos assistentes sociais, bem como tem provocado diferentes necessidades sociais, que se apresentam como demandas ao Serviço Social, devido à intensificação das expressões da questão social num contexto de crise.

Estas mudanças decorrem do movimento de produção e reprodução do capital, em que se conformam novas sociabilidades e novas faces da questão social. Conforme apresentado no capítulo três desta dissertação, verifica-se a diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores, o desemprego, a flexibilização e precarização dos direitos trabalhistas, o crescimento da informalidade como alternativa de trabalho, o adoecimento, o endividamento, entre outras questões. Por essas razões presenciamos o crescimento da demanda por atendimento social no âmbito do Comaer

Os processos de trabalho nos quais os assistentes sociais se inserem possuem particularidades e se diferenciam de instituição para instituição, por isso é necessário compreender as suas especificidades no âmbito do Comaer e no Decea, lócus desta pesquisa, às quais são atribuídas características, limites e possibilidades para o exercício profissional.

Neste sentido, é fundamental que o profissional correlacione a sua atuação a partir de uma leitura crítica do contexto societário, compreenda e avalie as correlações de forças institucionais, bem como as requisições e demandas que lhes são postas.

Ademais, é necessário ressaltar que o trabalho do assistente social, na área militar, situa-se no setor de serviços, na esfera não material, atuando no processo de reprodução das relações sociais.

Postas estas considerações iniciais, é importante trazer para o debate problematizações a respeito da finalidade do Serviço Social no Comaer, visto que esta norteará o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais, incidindo na conformação das demandas requeridas pela instituição e usuários, bem como na organização do trabalho, para que as respostas profissionais sejam elaboradas a partir das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético política da profissão.

De acordo com o Artigo 1º da Portaria nº 1.121, de 28 de novembro de 2006, que dispõe sobre a reformulação do Sistema de Assistência Social do Comaer, este possui como objetivo “a melhoria da qualidade de vida dos militares e

servidores civis, seus dependentes e pensionistas, no âmbito do Comando da Aeronáutica, com o provimento de condições legais, financeiras e técnicas para atender as contingências sociais, buscando, assim, a universalização dos direitos”. Conforme exposto no item 4.2 desta dissertação, a operacionalização deste Sistema se efetiva por meio do Plano de Assistência social do Comaer e de seus cinco programas. As normas implementadas se materializam a partir da atuação profissional dos assistentes sociais, visando o atendimento das necessidades sociais dos militares, servidores civis, pensionistas e seus respectivos dependentes, a partir da realidade social de cada organização militar.

No que tange a qualidade de vida, Moreia (2002) ressalta:

De fato, o ser humano está sempre procurando melhorar a sua qualidade de vida. Ao afirmar isto, estamos partindo da tese de que uma das características fundamentais da nossa espécie – o que talvez nos diferencie dos demais animais – além da nossa capacidade teleológica em relação ao trabalho, é a eterna necessidade de querer viver bem, de constantemente vislumbrar novas condições para melhoria do cotidiano, de tentar superar as condições mais adversas, mesmo que seus semelhantes possam considerar vã (ou inútil) esta tentativa (Moreia, 2002, p. 65).

Todavia, a referida autora nos chama a atenção para observarmos algumas questões referentes ao conceito de qualidade de vida, visto que esta expressão engloba condições objetivas e subjetivas. Sendo que as condições subjetivas estão diretamente interligadas à condição social dos indivíduos. Assim, o significado do termo qualidade de vida depende de uma caracterização social, ou seja, o meio social determina os padrões do que seja uma boa ou má qualidade de vida. Depende, ainda, da inserção do indivíduo em uma classe social e estão interligadas às necessidades próprias do contexto histórico das sociedades (Moreira, 2002).

Na sociedade capitalista constantemente são “produzidas” novas necessidades que ditam a qualidade de vida, sendo necessária a realização de uma análise cuidadosa deste termo, pois o capital implanta uma nova noção de bem-estar social atrelado ao consumo exacerbado de mercadorias. Além disso, é importante observarmos as alterações na qualidade de vida oriundas do movimento do capital, a exemplo da globalização que, paradoxalmente aos pontos positivos (como o desenvolvimento de modernas tecnologias, de equipamentos, meios de transportes que trazem melhorias de vida), acentua, também, as desigualdades sociais e, conseqüentemente, a pobreza e a violência. Contudo,

“não podemos estipular elementos universais relativos ao alcance de uma boa qualidade de vida, já que esta se encontra indiscutivelmente ligada a fatores socioculturais e subjetivos” (Moreira, 2002, p. 72).

É imprescindível refletir sobre estas questões, tendo em vista o direcionamento ético e político que perpassa o exercício profissional no atendimento das demandas dos empregadores e usuários, e o assistente social deve abster-se de práticas conservadoras e impositivas. Deste modo, o profissional deverá analisar a realidade em que está inserido, respeitando a liberdade de escolha e decisão dos usuários, em consonância com os princípios do código de ética da profissão.

Nesta perspectiva, a intervenção do assistente social no âmbito do Decea é pautada nas atribuições e competências previstas na Lei 8.662/93, que dispõe sobre a regulamentação da profissão, com respaldo legal nas legislações vigentes no Comaer e afetas a área social³⁶, e se efetiva por meio dos atendimentos individuais e/ou familiares. Além disso, os profissionais são responsáveis por planejar, implementar, executar e avaliar os programas e projetos sociais coletivos. As intervenções visam a socialização de informações que possam contribuir com a qualidade de vida do trabalhador, com reflexões que reforcem a sua autonomia enquanto cidadão, bem como os auxiliem no acesso aos direitos sociais.

A ICA 163-1/2014 estabelece que as ações socioassistenciais³⁷ serão executadas de forma descentralizadas, pelos Elos do Sistema³⁸ e estes são responsáveis pela sistematização, implementação e avaliação das ações, conforme as demandas apresentadas em cada região do país. No Decea, devido às particularidades dos trabalhadores que atuam no controle do espaço aéreo como, por exemplo, o trabalho na área operacional realizado por escalas, 24h

³⁶ Podemos citar como exemplo a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; a Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, que estabelece as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, e a organização dos serviços correspondentes; a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que institui o Estatuto do Idoso, entre outras.

³⁷ De acordo com a ICA 163-1, as ações socioassistenciais podem ser entendidas como: um “conjunto de ações propostas, que tem por objetivo atender demandas e interesses sociais, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos articulados visando à proteção social” (Comaer, 2004, p.10).

³⁸ No Comaer os Elos do Sistema são constituídos pelos Nusesos – Núcleos de Serviço Social e pelas Seções de Serviço Social, previstas nas organizações militares. Os núcleos foram criados pela Portaria nº 1.127/GC3, de 7 de dezembro de 2009 e surgiram com o objetivo de racionalizar o emprego de recursos humanos, material e serviços prestados e condensam os atendimentos por áreas, denominadas guarnições. Os Nusesos foram implementados em diversas regiões do Brasil. No Rio de Janeiro existem três Núcleos, um abrange a região do Centro, outro o Campo dos Afonsos e outro atende a guarnição do Galeão. Recentemente, a nomenclatura dos Nusesos sofreu uma alteração para Aseso – Assessoria de Serviço Social do Comaer.

ininterruptas; a atuação profissional nos Dtceas localizados em locais inóspitos e com precária infraestrutura, entre outras, o trabalho dos assistentes sociais se efetiva por meio da Seção de Serviço Social (SSS). Sendo assim, a atuação se mantém subordinada ao Decea, com o objetivo de atender as demandas sociais destes profissionais, compreendendo os seus processos de trabalho e a cultura organizacional do Departamento, que abrange um serviço de extrema relevância para a sociedade brasileira.

Na aérea operacional observa-se que as questões que requerem a intervenção do assistente social demandam uma atuação eficaz, com respostas que apresentem resolutividade, visto que os profissionais responsáveis pelo controle do espaço aéreo lidam diariamente com o risco. Podemos citar, por exemplo, uma situação de saúde familiar que acomete o trabalhador e pode trazer inúmeros rebatimentos no âmbito psicológico, econômico, social, etc. Estas questões afetam os indivíduos, desestabilizando-os.

Assim, os atendimentos sociais realizados na SSS são contínuos, propiciando condições de acolhimento e escuta das diversas demandas dos usuários de forma que se estabeleça uma relação de vínculo. O atendimento é humanizado, fundamentado na postura ética dos profissionais. Em se tratando de um ambiente militar, em que as regras são construídas com base na hierarquia e disciplina, é essencial que os usuários, independente de posto/graduação, tenham confiança no trabalho do assistente social e sintam-se à vontade no momento do atendimento social, para que o profissional compreenda a realidade e demandas trazidas pelos usuários. Caso contrário, a entrevista social não passará da superficialidade e do atendimento rotineiro.

Apesar de ser constantemente necessária a divulgação a respeito do trabalho do assistente social, compreende-se que esta atuação é legitimada no âmbito do Decea tanto pelas chefias, expressa no reconhecimento e apoio nas ações implementadas; como pelos usuários, tendo em vista a grande procura por atendimentos sociais.

Em relação às demandas propriamente ditas, conforme já exposto neste estudo, as instituições empregadoras oferecem as condições para que o exercício profissional se realize, ou seja, proporcionam as condições objetivas para dar materialidade ao trabalho. Com isso, é exigido do assistente social que ele atenda as demandas institucionais, bem como responda as demandas dos usuários que

buscam por atendimento social. Além disso, existem as demandas observadas pelo próprio profissional, e estas também necessitam de intervenção.

No âmbito do Decea as demandas institucionais partem do órgão central do Serviço Social no Comaer e também das determinações do Subdepartamento de Administração (Sdad), por meio da Divisão de Assistência Integrada (Dain), Seção de Planejamento e Gestão em Serviço Social. Cabe ressaltar que uma orientação não se sobrepõe a outra. De maneira geral, todo o trabalho do Serviço Social da FAB segue as diretrizes da Dirint/Sdee. No entanto, no Decea, em virtude das particularidades dos trabalhadores que atuam na atividade do controle aéreo, como já apresentado, as assistentes sociais respondem as requisições internas da Sdad, principalmente no que se refere ao efetivo das áreas operacionais e a atenção integral ao efetivo que atua nos destacamentos.

Neste Departamento observam-se diversas demandas que requerem a intervenção do assistente social, tais como: conflitos interpessoais, familiares e/ou relacionados ao ambiente de trabalho; questões pertinentes a problemas de saúde; dificuldades financeiras - endividamento; questões habitacionais; processos de transferências para outras localidades, etc.

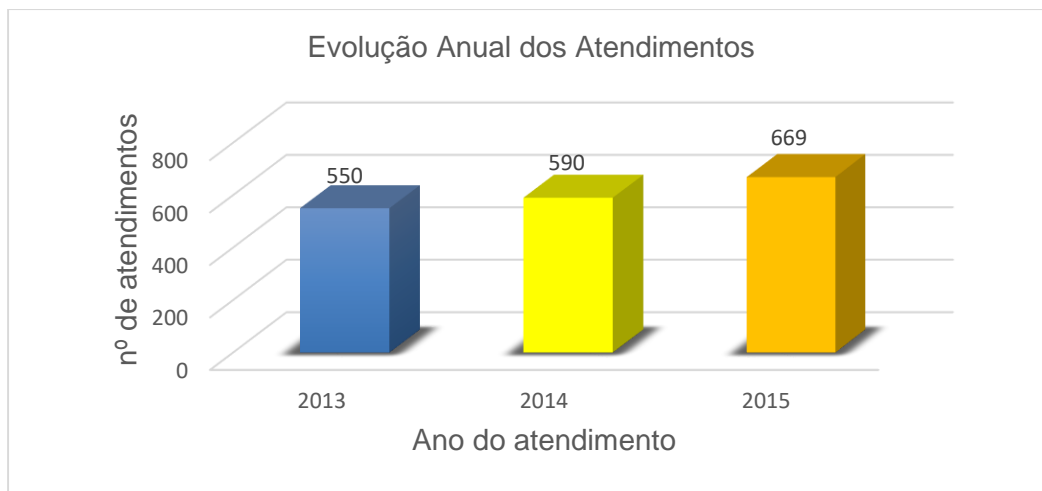
No entanto, a grande demanda por atendimento social se concentra no terceiro Programa de Ações Integradas do Comaer, o Pasic 3, no qual está previsto o Programa de Assistência Social, que compreende um conjunto de benefícios socioassistenciais, cujo atendimento poderá ocorrer de forma contínua ou eventual.

Assim, com o objetivo de subsidiar as questões deste estudo, foram analisados e sistematizados os dados oriundos dos documentos produzidos pelas assistentes sociais (fichas sociais – “prontuário”; relatórios sociais; parecer social; estatísticas e dados das prestações de contas mensais), com a finalidade de compreender as demandas e, posteriormente, as respostas profissionais, no contexto de crise econômica, política e social do capital, quando se observa no país a adoção do ideário neoliberal, a reestruturação produtiva e o processo de contrarreforma do Estado brasileiro, bem como em relação ao impacto de tais medidas na vida dos trabalhadores.

Conforme já apontado nesta dissertação, as alterações em curso implicam em rebatimentos nas condições e relações de trabalho, incidindo sobre as relações sociais, de modo geral, e sobre as condições de vida dos trabalhadores.

A pesquisa analisou os dados produzidos nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016³⁹. E centrou sua análise em 2014, ano em que foram realizados 590 atendimentos sociais. Posteriormente, foi retirada uma amostra aleatória de 100 fichas sociais referentes a esses atendimentos com o objetivo de trazer elementos sobre os usuários demandantes dos mesmos. No gráfico 1 foram sistematizados os resultados encontrados. Observa-se, de acordo com gráfico, o crescimento das demandas, nos últimos anos, por atendimento social:

Gráfico 1- Evolução dos atendimentos – 2013-2015



No ano de 2014, houve o aumento de 40 atendimentos em relação ao ano anterior, o que corresponde a aproximadamente 8%. E, em 2015, o crescimento foi de 79 atendimentos sociais, correspondendo a cerca de 14%. Já o percentual de crescimento dos últimos três anos, de 2013 a 2015, foi de aproximadamente 18%. Um fator que contribuiu para a ampliação dos atendimentos sociais refere-se a facilidade de acesso à SSS, sem “burocratizar” a relação do usuário com o profissional. Verifica-se, ainda, que as entrevistas sociais se configuram, cada vez mais, como um espaço de acolhimento e um dos primeiros locais, no Decea, que os usuários procuram para buscar orientações, atendimentos por benefícios sociais, ou seja, o Serviço Social tem conhecimento privilegiado no que tange as demandas apresentadas no cotidiano de vida destes trabalhadores. Embora seja necessário ampliar os encaminhamentos via seções de pessoal civil e militar, pois estas têm acesso a algumas questões que perpassam a vida de militares e

³⁹ Os únicos dados que se referem ao ano de 2016 foram os da pesquisa realizada para compreender o percentual de endividamento do efetivo por meio de empréstimos em contracheque, em virtude do sistema informacional não admitir dados de anos retroativos.

servidores civis, visto que nem todas as situações chegam ao conhecimento dos assistentes sociais.

Segundo o que foi indicado no item 4.1 desta dissertação, estes atendimentos estão relacionados às diversas demandas nos cinco projetos previstos, são eles: projeto saúde, educação, alimentação, habitação e funeral. No quadro a seguir podemos analisar o quantitativo de usuários atendidos em cada projeto no ano de 2014, bem como os recursos descentralizados pelo órgão central – Dirint/Sdee.

Quadro 3- Usuários atendidos no ano de 2014 e recursos descentralizados pelo Dirint/Sdee

Trabalhadores atendidos	Projeto Saúde	Projeto Educação	Projeto Alimentação	Projeto Funeral	Total
Militares	278	208	31	0	516
Serv. Civis	53	13	6	1	73
Total	331	221	37	1	590
Recursos	249.284,13	157.872,42	23.740,00	1.120,00	432.016,55

Verifica-se que 56% das demandas estão centradas no projeto saúde (subprojetos: medicamentos nacionais e importados; atendimentos odontológicos; prótese/órtese e correlatos; óculos e lentes; profissionais de saúde e instituições de saúde), sendo direcionado cerca de 60% dos recursos para atender a tais demandas. A segundo maior demanda, correspondendo a 36%, está relacionada ao projeto educação (pagamento de mensalidade escolar; apoio pedagógico especializado para dependentes que possuam necessidade de inclusão em educação especial, sendo direcionados quase 37% dos recursos sociais com a restituição de despesas com a aquisição de livros, uniformes e material escolar. As outras demandas são: 7% são oriundas do projeto alimentação (cestas básicas) e aproximadamente 1% se refere às demandas por atendimento no projeto funeral (restituição de despesas com serviços de funeral para dependentes dos servidores civis, haja vista que os militares já possuem esta cobertura).

As maiores demandas estão no projeto saúde, tendo em vista os diversos problemas de saúde apresentados pelo efetivo e seus dependentes que necessitam de acompanhamentos e medicamentos/tratamentos contínuos/crônicos, tais como: diabetes, hipertensão, cardiopatias, Alzheimer, câncer, depressão, síndrome do pânico, encefalopatia crônica, síndromes raras

(síndrome de West, síndrome de rett, síndrome de tunner), autismo, transtorno de déficit de atenção, intolerância alimentar, doença de Parkinson, entre outras. Ou, ainda, atendimentos eventuais como: tratamentos dermatológicos, odontológicos, gástricos, ginecológicos, etc.

Analisando a pesquisa efetivada por meio da SSS do Decea e articulando aos dados da pesquisa Nacional de Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizada em 2013 – “Percepção do Estado de Saúde, Estilo de Vida e Doenças Crônicas”, foi observada uma estreita relação dos problemas de saúde crônicos que mais acometem a população em geral com situações apresentadas no cotidiano das intervenções profissional do assistente social no Decea.

De acordo com os dados da referida pesquisa, tem crescido significativamente o número de pessoas que apresentam doenças crônicas não transmissíveis, tais como: doenças cardiovasculares, cânceres, diabetes, hipertensão arterial, enfermidades respiratórias crônicas e doenças neuropsiquiátricas (IBGE, 2013). Estas doenças têm levado à perda da qualidade de vida, ocasionando incapacidades e limitações nas atividades diárias dos indivíduos, como no trabalho e lazer, etc.

Atrelados à sociabilidade capitalista, a pesquisa aponta que os problemas de saúde são intensificados com os fatores de risco: o tabagismo, consumo abusivo de álcool, excesso de peso, níveis elevados de colesterol, baixo consumo de frutas e legumes e o sedentarismo (IBGE, 2013).

Salienta-se que estes problemas de saúde estão relacionados ao ritmo de vida imposto pela sociedade capitalista em virtude da intensificação e precarização das condições de trabalho, do crescimento do desemprego, da informalidade no trabalho, que impõe um novo padrão de vida aos trabalhadores. Sendo agravada, ainda, pela dificuldade de acesso aos atendimentos de saúde, assistência social via políticas públicas, em virtude de seu caráter restritivo e focalizado.

Nas intervenções profissionais os assistentes sociais realizam os encaminhamentos para a rede de saúde pública e para as organizações de saúde (OSA) do Comaer. No contexto atual, os profissionais encontram inúmeros entraves, desde os cortes de recursos até dificuldades de interlocução com os profissionais da rede socioassistencial.

Em relação ao projeto educação, configura-se como a segunda maior demanda aos profissionais, e grande parte dos atendimentos estão concentrados nas solicitações de restituição de despesas com a aquisição de livros, uniformes e material escolar. Este projeto prevê a restituição de até um salário mínimo vigente, por dependente, para o pagamento das despesas mencionadas no ensino básico, fundamental e superior. No entanto, o valor da restituição depende da análise socioeconômica realizada pelo assistente social, variando do percentual de 20% a 100% de restituição do valor apresentado em documento fiscal, não excedendo um salário mínimo vigente. Ele é operacionalizado nos primeiros meses de cada ano letivo, podendo ser reaberto no segundo semestre para atender as demandas do efetivo que se encontra matriculado no ensino superior. Este projeto é importante, uma vez que gera um grande volume de atendimento e, com isso, as assistentes sociais conseguem, por meio das entrevistas sociais, ir além das demandas imediatas a partir do conhecimento de outras necessidades sociais dos usuários. Ainda dentro deste projeto, as assistentes sociais atendem as demandas dos dependentes de militares e servidores civis, crianças, adolescentes e adultos, como, por exemplo, nos diagnósticos de autismo, que necessitam de inclusão em educação especial. Assim, por meio dos atendimentos do Serviço Social, está previsto o pagamento de sessões de apoio, tais como: o apoio pedagógico especializado, a mediação escolar, etc.

A Constituição Federal de 1988 prevê, no artigo 6º, que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância [...]” (Brasil, 88, p. 7).

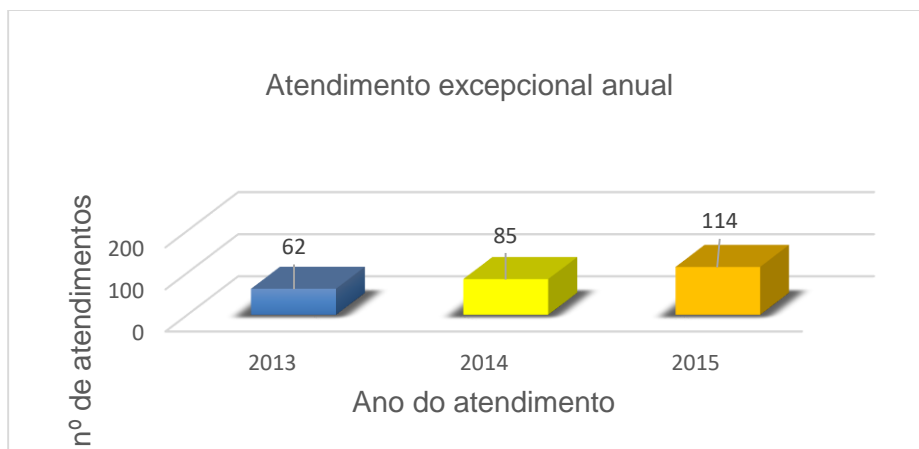
Na estrutura do Comaer foi instituída a Diretoria de Saúde (Dirsa) e a Subdiretoria de Aplicação dos Recursos da Assistência Médico-Hospitalar (Saram), responsáveis pelos atendimentos inerentes às questões de saúde. Por meio do trabalho dos assistentes sociais está previsto o atendimento das demandas de forma complementar, ou seja, nos casos em que não há possibilidade de cobertura via Saram.

Cabe ressaltar que este Sistema atende prioritariamente as necessidades de saúde dos militares e seus dependentes (atendimentos médicos - hospitalares, odontológicos). Além disso, os militares podem optar pelo plano de saúde privado e por atendimento na rede pública. Já os servidores civis, possuem, em sua maioria, planos privados de saúde ou são atendidos no Sistema Único de Saúde, visto que não há cobertura pelo Sistema de Saúde do Comaer.

A pesquisa demonstrou, ainda, o elevado crescimento dos atendimentos na modalidade de “concessão” excepcional, “gratuita”, ou seja, na entrevista social e análise socioeconômica, verifica-se que os usuários não possuem condições de ressarcir os Recursos da Assistência Social (RAS) e recebem integralmente o valor do benefício (medicamento, vacina, etc.). As maiores demandas desta modalidade estão no projeto saúde, sobretudo os tratamentos e medicamentos de custo elevado que comprometem financeiramente os rendimentos familiares. Também são incluídos nesta modalidade os usuários que possuem comprometimentos financeiros em virtude de desemprego do familiar, endividamento, etc. Este dado também corrobora com as questões debatidas neste estudo, no que se refere ao impacto das transformações em curso na vida destes trabalhadores, com a queda do padrão aquisitivo, no endividamento e superendividamento observado nos atendimentos sociais.

O gráfico 2, a seguir, ilustra como o quantitativo de atendimentos excepcionais por ano, no período de 2013 a 2015.

Gráfico 2- Atendimentos excepcionais por ano, no período de 2013 a 2015



Fonte: própria autoria.

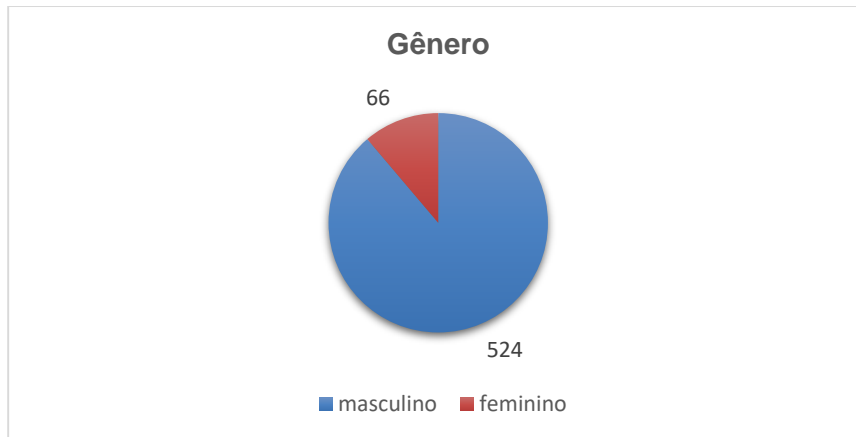
No ano de 2014 houve o aumento de 23 atendimentos, nesta modalidade, em relação ao ano anterior, o que corresponde a aproximadamente 37%. Em relação ao ano de 2015, o crescimento foi de 29 atendimentos sociais, correspondendo a cerca de 26%. Já o percentual de crescimento dos últimos três anos, de 2013 a 2015, foi de aproximadamente 46%.

Outro dado relevante do estudo realizado diz respeito ao perfil dos usuários que demandam os atendimentos sociais. Os itens 1, 2, 9, 11 e 12, a seguir, foram analisados com base nos 590 atendimentos sociais realizados em 2014. O item 10, refere-se aos dados oriundo do sistema financeiro informatizado, do 1º

semestre de 2016, conforme apontado. Já os demais itens foram retirados de uma amostra aleatória de 100 “fichas sociais” – prontuários dos atendimentos, sendo verificado que:

1 - Solicitantes das demandas:

Gráfico 3- Perfil do usuário: gênero



Fonte: própria autoria.

Observa-se que 89% dos usuários que buscam por atendimentos sociais são constituídos de militares ou servidores civis no gênero masculino. E apenas 11% é representado pelo gênero feminino. Este dado reflete a composição das forças armadas no Brasil e no âmbito do Comando da Aeronáutica, em que o efetivo ainda é majoritariamente masculino.

2 - Composição dos atendimentos em relação ao nível hierárquico:

Gráfico 4 - Perfil do usuário: nível hierárquico



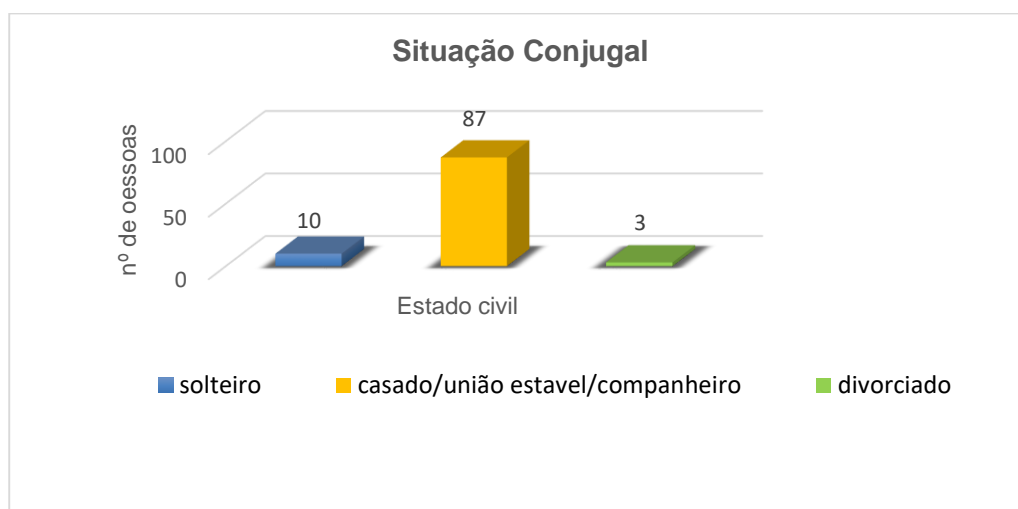
Fonte: própria autoria.

O gráfico demonstra que os atendimentos sociais são realizados independente de posto/graduação, pois são atendidos na ótica da universalização do direito, em que cada atendimento é analisado a demanda trazida pelo usuário e considerado a realidade vivenciada pelo mesmo. No entanto, podemos verificar que o quantitativo maior de atendimento está centralizado nas demandas dos graduados, sargentos (1S+2S+3S), totalizando 210 atendimentos, o que corresponde a aproximadamente 36%. Em segundo lugar temos os suboficiais, tendo sido realizados 174 atendimentos, o que corresponde a cerca de 30%. É expressivo também o quantitativo de servidores civis, tenentes e capitães. No entanto, é reduzida a procura por atendimentos sociais pelos soldados (S1 e S2). Sabe-se que alguns são oriundos de famílias pobres e a maioria mora em áreas de risco social. Uma hipótese para esta frequência pode estar relacionada ao fato dos mesmos não terem constituído sua própria família, sendo necessárias maiores investigações para este fator, visto que no Decea eles são representados por mais de duzentos trabalhadores do quadro.

Contudo, verifica-se que esta análise está de acordo com o quantitativo do efetivo do Decea e organizações militares apoiadas, pois o maior número de trabalhadores é representado pelos sargentos, cerca de 1.800 trabalhadores, aproximadamente 700 (39%) são sargentos e quase 300 (16%) são suboficiais, o que pode explicar tal procura.

3 - Situação conjugal:

Gráfico 5 - Perfil do usuário: situação conjugal



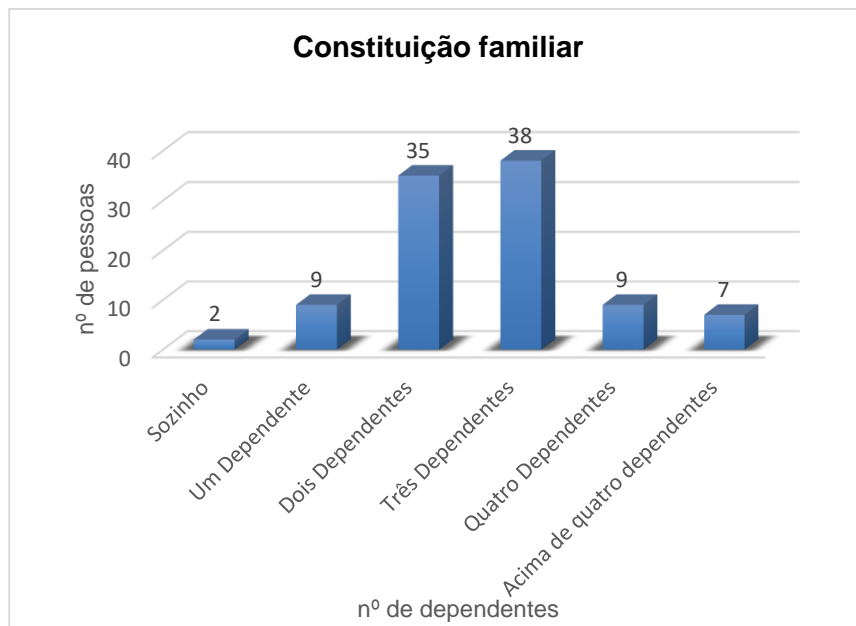
Fonte: própria autoria.

Em relação à situação conjugal, verifica-se que a maioria dos usuários atendidos constituíram relações familiares de casamento, união estável, correspondendo a 87%. E poucos usuários que demandam os serviços são solteiros, totalizando 10%. E apenas 3% são divorciados.

O gráfico seguinte mostra a constituição familiar dos usuários.

4 - Constituição familiar:

Gráfico 6 - Perfil do usuário: constituição familiar

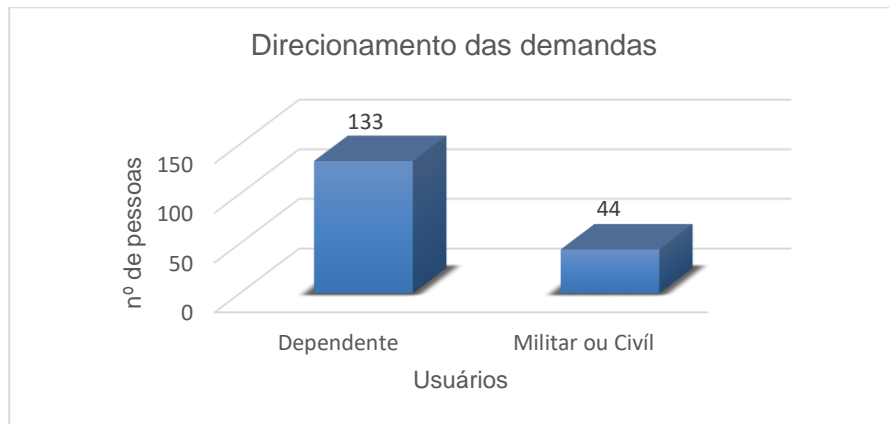


Fonte: própria autoria.

O gráfico demonstra que 35% dos usuários possuem dois dependentes e 38% possuem três, ou seja, as famílias são formadas, em sua maioria, por três ou quatro membros, constituída, geralmente, por cônjuge, filhos (as), mãe, pai, entre outros.

5 - As demandas apresentadas são para atender o próprio militar ou seus dependentes?

Gráfico 7- Perfil do usuário: direcionamento das demandas

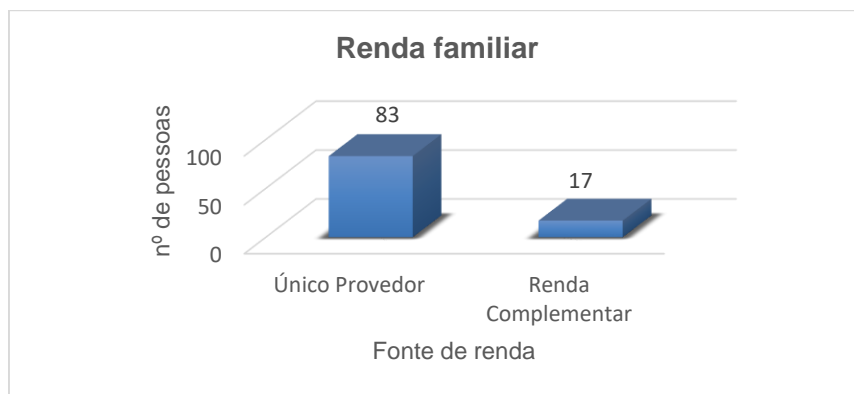


Fonte: própria autoria.

A análise do gráfico 7 demonstra que os usuários acessam o Serviço Social para buscar atendimento em diversas necessidades, conforme já apresentado nesta dissertação, e que 75% é para atender a demanda de seus dependentes declarados. Infere-se que os atendimentos são direcionados prioritariamente para atender as demandas decorrentes de situações de seus familiares - filhos (crianças, adolescentes, adultos), dos pais (idosos ou não) e, em menor proporção, requerem atendimento para o próprio trabalhador, com cerca de 25% para atender demanda própria. Verifica-se, assim, a necessidade do assistente social compreender as relações que perpassam os usuários e seus familiares.

6 - Fonte de renda familiar

Gráfico 8- Perfil do usuário: renda familiar

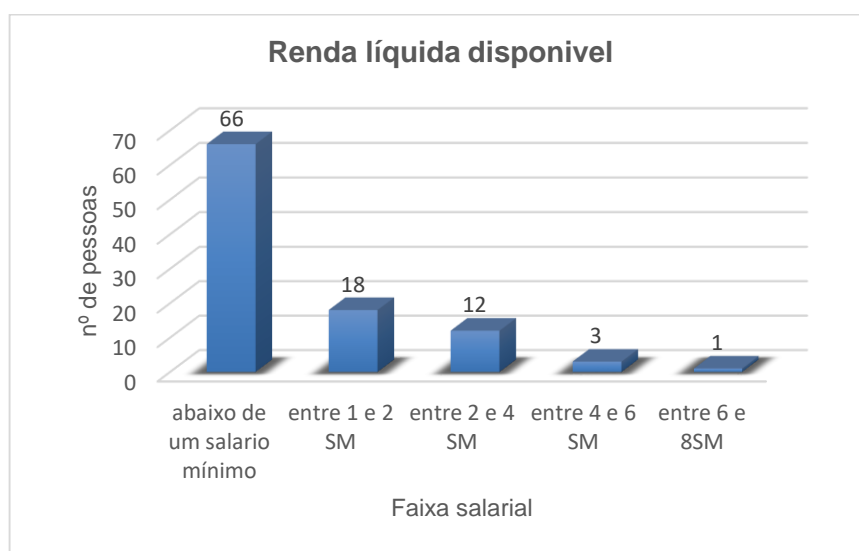


Fonte: própria autoria.

De acordo com os dados da pesquisa realizada, o militar ou servidor civil que solicita os atendimentos sociais é o único provedor do lar, ou seja, as despesas familiares contam com suas receitas. Estes são considerados os “arrimos de família” por custearem todas as despesas da residência. Verifica-se nos atendimentos que, em virtude da mobilidade geográfica, os familiares encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Somando-se a isso a situação atual de altos índices de desemprego no país, chegando a 11, 2% que se refere a um quantitativo de pessoas desempregadas na faixa de 11, 4 milhões de pessoas, segundo pesquisa realizada pelo IBGE⁴⁰. Com isso, outro fator observado refere-se ao crescimento da informalidade na tentativa de complementar a renda familiar.

7 - Renda líquida disponível:

Gráfico 9- Perfil do usuário: renda líquida disponível



Fonte: própria autoria.

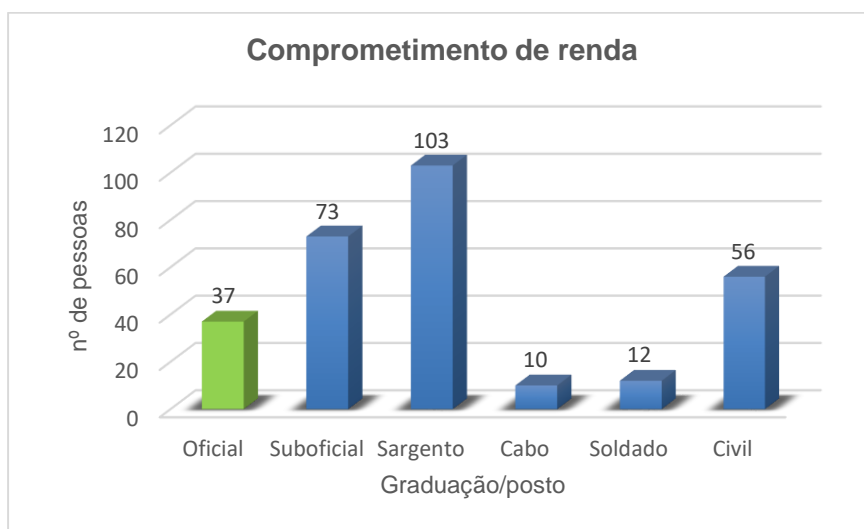
No momento das entrevistas sociais, é realizada a análise socioeconômica com base nas receitas e despesas familiares apresentadas. Verifica-se que muitos usuários vivenciam situação de desequilíbrio no orçamento familiar. Os usuários comprometem a sua renda familiar com gastos mensais, tais como: alimentação, educação, energia, saúde, etc, sendo observado, após a referida análise, o saldo negativo ou, no máximo, o valor correspondente a um salário mínimo, ou seja, as receitas são insuficientes para manter todas as despesas. Estes usuários

⁴⁰ Fonte: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/desemprego-fica-em-112-no-trimestre-encerrado-em-maio.html>>. Acesso em 10 ago. 2016.

correspondem, na amostragem, a 66%. Em virtude deste comprometimento de renda, outro dado observado é que poucos conseguem utilizar o tempo livre para investir em lazer com familiares. Este dado demonstra o impacto da queda do poder aquisitivo das famílias estudadas.

8- Posto/graduação que apresenta elevados comprometimentos de renda:

Gráfico 10- Perfil do usuário: comprometimento da renda

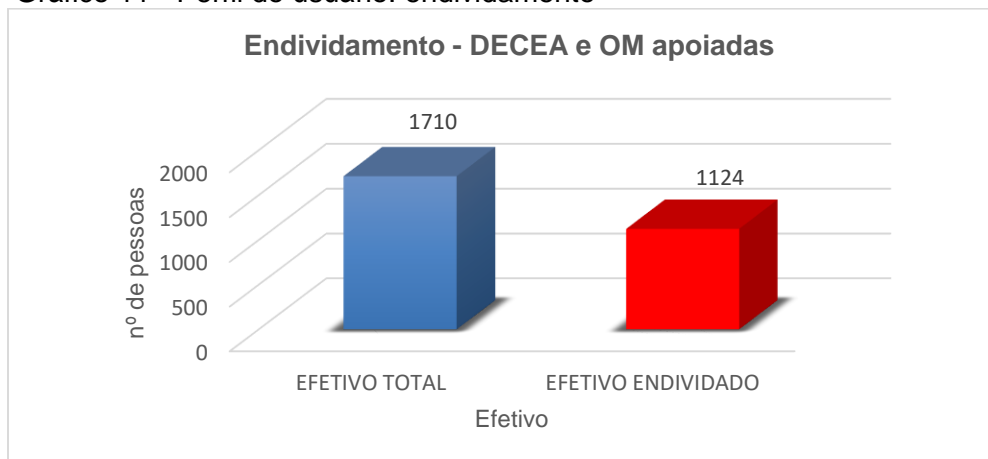


Fonte: própria autoria.

Dos 100 prontuários analisados, constata-se que cerca de 60% dos militares que apresentam comprometimento de renda, observada após avaliação socioeconômica, são graduados: suboficiais e sargentos.

9- Comprometimento da renda bruta com empréstimos financeiros

Gráfico 11- Perfil do usuário: endividamento



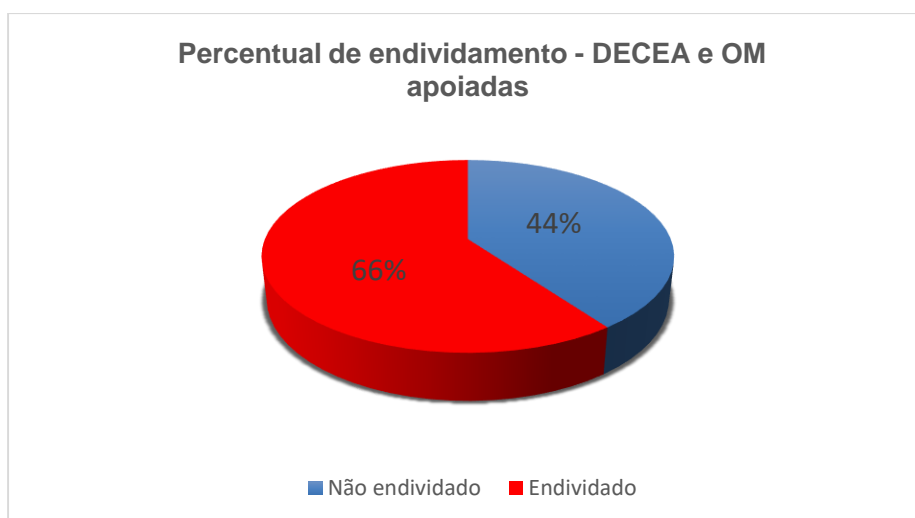
Fonte: própria autoria.

A partir de “relatório de comprometimento da renda bruta”, fornecido pela Seção de Finanças do Decea, observa-se elevado comprometimento de renda em relação aos militares e servidores do Departamento. Isso significa que o efetivo possui empréstimos, vinculados ao contracheque, em diversas instituições financeiras, como: Banco Itaú, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Losango, etc.

Foi observado que o efetivo que mais contrai empréstimos está entre os graduados, representados pelos suboficiais e sargentos. Este dado está diretamente relacionado com as informações oriundas dos atendimentos sociais. No momento do atendimento os profissionais constataam que o número de empréstimos por usuários é variável, podendo ser um, dois, três ou mais, geralmente com instituições bancárias diferentes.

De acordo com dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), realizada em maio de 2016⁴¹, verificou-se que 58,7% das famílias brasileiras estão endividadas. O endividamento não é uma realidade presente somente no âmbito militar, mas vem atingindo os indivíduos e seus familiares de forma alarmante.

Gráfico 12- Perfil do usuário: percentual de endividamento

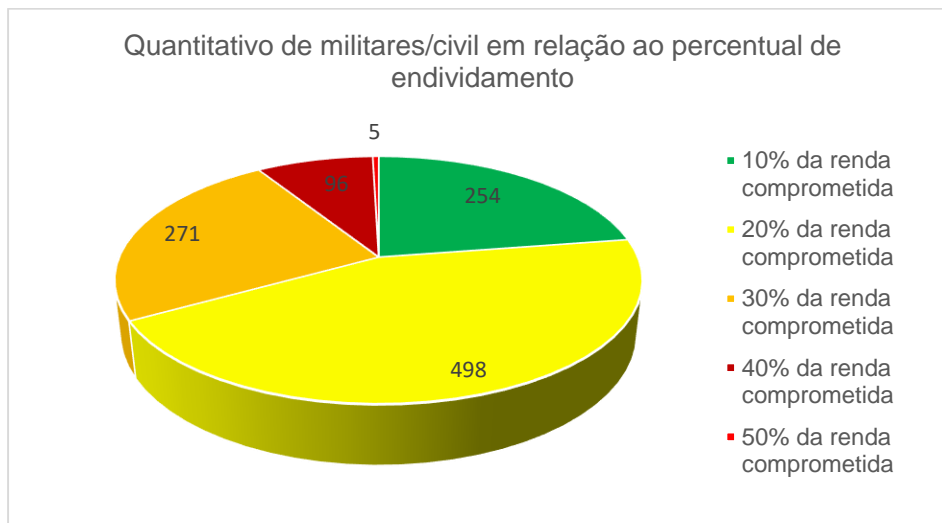


Fonte: própria autoria.

O gráfico 12 demonstra o percentual do efetivo que apresenta comprometimento de renda por endividamento, sendo que 66% do efetivo possui pelo menos um empréstimo financeiro em contracheque.

⁴¹Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-einadimplencia-do--18>>. Acesso em 03 ago. 2016.

Gráfico 13- perfil do usuário: percentual de endividamento *versus* nº de militares/civil



Os dados do gráfico 13 nos permite analisar o número de usuários que apresentam endividamento em determinada porcentagem. Verifica-se que o efetivo que apresentou comprometimento em contracheque com empréstimos, de forma mais expressiva, foram 498, com 20%, de seu salário. E 271 pessoas apresentaram 30% de comprometimento.

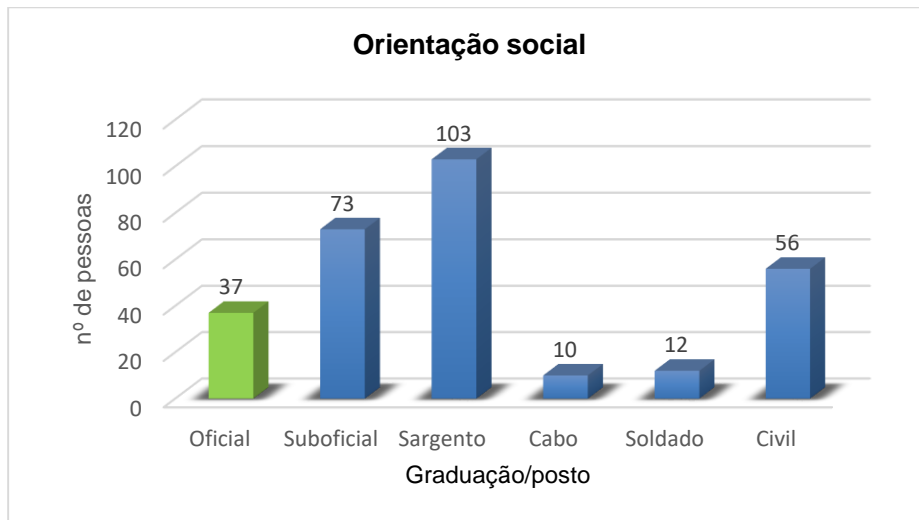
Cabe ressaltar que os dados dos três últimos gráficos apresentados demonstram apenas uma forma de comprometimento de renda, via empréstimos. No entanto, existem outras formas de crédito, como cartão de crédito, cheque especial, financiamentos (imóvel ou veículo), crédito consignado.

Este dado reflete o elevado endividamento presente na vida dos militares e servidores civis do Decea, fruto do ideário neoliberal e do capitalismo financeiro, que incidem sobre o salário do trabalhador com juros extorsivos, trazendo como consequência imediata a queda do poder aquisitivo dos mesmos.

Visando contribuir com atividades preventivas e socioeducativas, é realizado pelo Serviço Social, anualmente, um projeto sobre “educação financeira”, com o objetivo de colaborar com a disseminação de informações para que os usuários tenham uma melhor gerência sobre os seus recursos.

10- Demandas por orientação social

Gráfico 14- Demandas por orientação social



Fonte: própria autoria.

Os assistentes sociais, no âmbito do Departamento, respondem a diversas demandas por orientação social nas áreas de saúde, educação, habitação, etc. Tais orientações podem se desdobrar para atendimento de um benefício social ou serem encaminhadas para atendimento na rede socioassistencial. Observa-se que as maiores requisições partem, novamente, de graduados, suboficiais e sargentos.

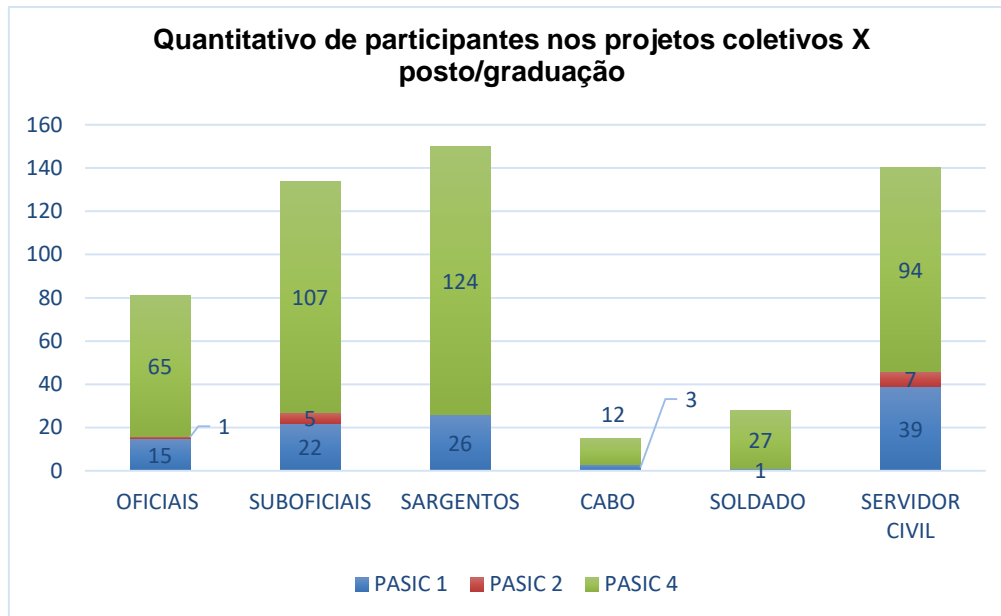
11- Projetos coletivos

Além dos atendimentos sociais no âmbito individual, os assistentes sociais atuam no planejamento, elaboração e execução de projetos coletivos, de cunho preventivo, promocionais e socioeducativos. Os projetos são viabilizados a partir de um planejamento estratégico baseado em um processo técnico-político e em uma prática metodologicamente conduzida e tecnicamente consistente, com o objetivo de possibilitar o acesso do efetivo nos espaços de discussão e de socialização de informações (Baptista, 2003).

Os projetos são desenvolvidos de acordo com as demandas apresentadas nos atendimentos sociais, em conformidade com os Pasics 1, 2, 4 e 5 da ICA-163/2014, bem como os projetos prioritários do Ministério da Defesa, como já exposto neste estudo. Assim, por intermédio das entrevistas sociais com os usuários, são quantificadas e qualificadas as suas demandas para a

implementação de projetos de intervenção. Como exemplo podemos citar os projetos: Educação Financeira; Programa de Preparação para a Reserva e Aposentadoria (PPRA), Programa Integrar, campanhas de prevenção e de promoção da saúde e a participação e assessoria nos Projetos de Segurança do Trabalho.

Gráfico 15- Participação dos usuários em projetos coletivos



Fonte: própria autoria.

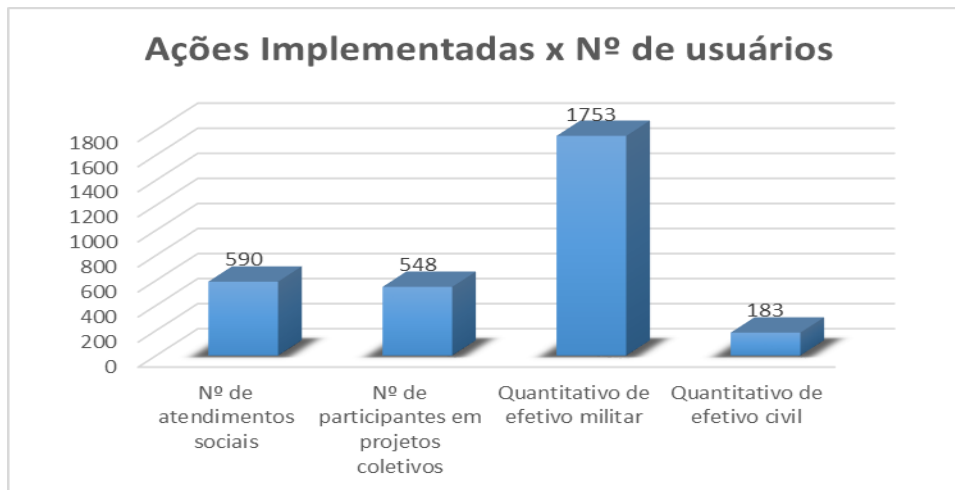
O gráfico 15 demonstra que o maior número de ações estão concentradas nos projetos do Pasic 4. No ano de 2014 foram realizados três projetos: o programa integrar, o dia dos motoristas e segurança do trabalho, totalizando 381 participantes. Em segundo lugar, temos os projetos desenvolvidos no Pasic 1. Foram eles: campanhas de saúde (outubro rosa e novembro azul), com um total de 106 participantes. E no que se refere ao Pasic 2, foi realizado o programa de preparação para a reserva e aposentadoria, com 13 participantes. Em relação ao posto/graduação, a maioria dos participantes eram sargentos (150), seguidos dos servidores civis (140) e dos suboficiais (134) participantes. Percebe-se, ainda, uma resistência do efetivo em participar dos projetos implementados, visto que são realizados no horário de expediente, e alguns não comparecem por desconhecimento, outros por falta de liberação e incentivo das chefias.

Em meios às demandas supramencionadas, que requerem a intervenção profissional, no âmbito do Decea, constata-se que os assistentes sociais têm conseguido responder as necessidades dos usuários. E com o instrumental

técnico operativo, a exemplo dos pareceres sociais, têm conseguido potencializar as possibilidades de respostas. Podemos citar, como exemplo, situações em que os usuários não teriam condições de arcar com um tratamento de saúde de alto custo e com os recursos do Serviço Social têm acesso aos seus direitos.

Nesta perspectiva, infere-se que as ações sociais implementadas vêm alcançado o efetivo, de acordo com o gráfico a seguir:

Gráfico 16- Ações implementadas *versus* nº de usuários



Fonte: própria autoria.

Constata-se que por meio do trabalho do Serviço Social, no ano de 2014, foi contabilizado o quantitativo de 1.137 (589+548) intervenções, no âmbito individual e coletivo, abrangendo com suas ações aproximadamente 59% do efetivo. Verifica-se, dessa forma, que as atividades sociais são legitimadas neste espaço ocupacional.

É importante ressaltar que, no cotidiano de trabalho, as assistentes sociais utilizam o instrumental técnico-operativo nas intervenções, visto que estes contribuem para a efetivação das respostas profissionais. Os instrumentos são elementos que potencializam a ação para que seja alcançada uma finalidade. Enquanto a técnica está relacionada a determinada habilidade no uso do instrumento (Santos; Noronha, 2010). As autoras chamam a atenção ainda para o referencial teórico adotado na escolha e uso do instrumental, pois não são escolhidos de forma neutra. Acompanham o movimento histórico da sociedade em meio às transformações postas na sociedade capitalista para o atendimento das diversas expressões da questão social. Sabemos que os instrumentos e técnicas fazem parte da dimensão técnico-operativa da profissão e formam uma

relação de unidade, na diversidade, com as dimensões teórico-metodológicas e ético-política.

As autoras explicam ainda que ao escolher os instrumentos de intervenção,

[...] o profissional deve levar em consideração as condições objetivas do trabalho, as finalidades da ação, as finalidades da profissão, as finalidades da instituição, bem como pensar sobre a demanda, sua funcionalidade frente à realidade em que a população está inserida, as habilidades necessárias ao seu manuseio e seu compromisso ético-político (Santos e Noronha, 2010, p. 50).

Os instrumentos mais utilizados nas intervenções profissionais no Decea são: a entrevista; a visita domiciliar e hospitalar; reuniões de equipe; o relatório social e parecer social.

No momento de realização dos atendimentos individuais ou familiar é realizada a entrevista social pelo assistente social, em espaço físico adequado, de forma a assegurar o sigilo profissional, de acordo com o previsto na Resolução Cfess 493/2006 que dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social, bem como o estabelecido no código de ética. Os profissionais valorizam o acolhimento/atendimento humanizado, a escuta qualificada, a efetivação de vínculos, independente de posto/graduação. É observada a demanda, analisado o contexto familiar e as relações de trabalho em que o militar ou servidor esteja envolvido, com o objetivo de se conhecer a realidade exposta.

De acordo com Santos e Noronha (2010), a ocasião da entrevista é o momento em que o profissional tem contato com as questões que permeiam o cotidiano dos usuários e devem contribuir para levá-los à reflexão. O assistente social, neste processo, ao se aproximar da realidade vivenciada, terá melhores condições de compreender as demandas postas, o que possibilitará uma resposta em conformidade com as necessidades reais dos usuários. As autoras expõem ainda que no manuseio de todos os instrumentos o profissional faz uso da linguagem e deve formular perguntas que vão ao encontro dos objetivos propostos, se abstendo de perguntas constrangedoras, tendo em vista a relação de confiança e empatia que deverá ser estabelecida. Outro aspecto importante, diz respeito à necessidade de explicar ao usuário o objetivo de tal procedimento.

Em relação às visitas domiciliares ou hospitalares, as assistentes sociais, em todas as situações, explicitam os objetivos e consultam os usuários sobre a possibilidade de realização, bem como o melhor horário. Este instrumento é

utilizado com a finalidade de se conhecer a rotina familiar e suas condições de vida. É o contato dos usuários com o profissional, no qual são levadas informações sobre o acesso aos direitos sociais, entre outros. Portanto, não possui caráter fiscalizatório, nem tão pouco invade a privacidade do militar/servidores civis e seus familiares. Tem sido recorrente no cotidiano de trabalho, no Decea, as profissionais serem requisitadas pelas organizações militares ou seções para a realização de visitas domiciliares com o intuito de “checar” determinadas questões, tais como nos pedidos de afastamentos para cuidar de pessoas da família, com a solicitação do envio de parecer social. No entanto, os profissionais possuem outro viés, conforme descrito acima.

Segundo Fávero (2003) o relatório social e parecer social são instrumentais importantes na constituição de estudo social. O relatório social, “se traduz na apresentação descritiva de uma situação ou expressão da questão social, enquanto objeto da intervenção desse profissional, no seu cotidiano laborativo” (p. 44-45). Este documento tem por objetivo informar e esclarecer sobre determinada situação apresentada e deve contar os sujeitos envolvidos, a finalidade do relatório, os procedimentos utilizados para subsidiá-lo e deve conter uma introdução, desenvolvimento e análise da situação. Já o parecer social, está relacionado à opinião técnica do profissional para que seja tomada determinada decisão, possui um caráter conclusivo ou indicativo. E assim, “trata-se de exposição e manifestação sucinta, enfocando-se objetivamente a questão ou situação social analisada, e os objetivos do trabalho solicitado e solicitado e apresentado” (Fávero, 2003, p.47).

No que tange a realização de reuniões, estas não são realizadas, em sua maioria, com a participação dos usuários. São espaços em que a equipe de assistentes sociais do Decea se reúne, semanalmente, para a organização do trabalho, elencar as atribuições e, principalmente, discutir sobre os atendimentos sociais e o direcionamento das respostas profissionais. Tem se estruturado como um espaço onde as assistentes sociais estão refletindo sobre o seu trabalho na instituição e na sociedade capitalista. Este espaço pode ser ainda melhor aproveitado com a introdução de bibliografias que possam enriquecer a dimensão teórico-metodológica. No entanto, devido ao volume de trabalho, os momentos destinados para as reuniões ficam restritos. São realizadas, ainda, reuniões esporádicas com as assistentes sociais e psicólogas da Sdad com o objetivo de socializar informações ou para o planejamento das ações relacionadas aos projetos coletivos.

Com base na pesquisa apresentada, e tendo como base os objetivos deste estudo, cabe aqui perguntar: os assistentes sociais têm conseguido efetivar respostas que vão ao encontro das demandas solicitadas?

Um ponto crucial para análise das respostas profissionais efetivadas refere-se à imediaticidade da prática profissional. O grande volume de atividades/atendimentos, somados a limitação de recursos humanos para desenvolverem as ações, podem levar a apreensões da realidade de forma superficial, fragmentada, ou seja, obscurecendo a análise teórica que oferece caminhos e mediações necessárias para a passagem da aparência para essência.

Nestas análises prevalece uma conexão imediata entre o pensamento e a ação. A sociedade capitalista tem a tendência de naturalizar a questão social. Nesta ótica, são favoráveis intervenções minimalistas que não deem conta da realidade social em tela. Desta forma, as demandas são respondidas de forma imediata. A imediaticidade desencadeia uma tensão na intervenção profissional, no que se refere ao “fazer”, “vontade” de implementar ações contínuas e não apenas emergenciais. Os assistentes sociais devem buscar no exercício profissional o compromisso com a qualidade dos serviços prestados, em consonância com o estabelecido nos princípios do código de ética dos assistentes sociais e no projeto hegemônico da profissão.

Apesar dos significativos avanços evidenciados no SAS ao longo de sua implementação no contexto do Comaer, nota-se que alguns desafios ainda precisam ser enfrentados. Assim, tal como os usuários da política pública de assistência social têm dificuldade de enxergá-la na ótica do direito, alguns usuários do SAS também apresentam esta característica. Esse “ranço” é fruto do legado histórico que marca a conformação dessa política. Em contrapartida, afirma-se a necessidade de desenvolver um ideário que reafirme e dissemine a assistência social como direito.

Outro elemento relevante e que traz rebatimentos diretamente para o trabalho realizado no atendimento das demandas diz respeito ao reduzido quantitativo de recursos humanos disponível para atuar na SSS. Em virtude, principalmente, de limitações do efetivo com conhecimentos administrativos na seção, as assistentes sociais acumulam diversos procedimentos visando o desencadeamento das ações sociais. Atrelado a isso, as assistentes sociais militares possuem outras funções além do trabalho técnico, como: participam de serviço armado de 24h; participam de formaturas militares; assumem a

fiscalização de contratos administrativos, participam de sindicâncias e inquérito policial militar, entre outras. Tais atividades precisam estar coordenadas, tendo em vista os atendimentos das demandas e da qualidade dos serviços prestados.

Em relação às respostas profissionais efetivadas no âmbito do Decea, é notório pelo estudo exposto que os assistentes sociais contribuem para a reprodução social dos trabalhadores que atuam na realização de um serviço nas áreas operacionais ou voltados para a segurança destas áreas ligadas ao controle aéreo. A intervenção profissional do Serviço Social é reconhecida como uma atividade auxiliar e subsidiária no controle social. Mas, atrelado a isso, há o compromisso com a qualidade dos serviços prestados em prol trabalhadores.

Conforme mencionado, as assistentes sociais seguem legislações específicas deste Departamento, em consonância com as diretrizes propostas pela Organização Internacional de Aviação Civil (Oaci), caracterizado por atividades que atendam as particularidades do controle do espaço aéreo no que concerne aos fatores humanos. Logo, o trabalho realizado por meio dos atendimentos sociais e coletivos contribui com a elevação da qualidade de vida dos profissionais, tanto em sua vida pessoal quanto no seu trabalho. Além disso, a presença do assistente social nas instalações do Decea e das organizações militares apoiadas o possibilita acompanhar os profissionais do controle do espaço aéreo em sua rotina de trabalho nos diversos contextos em que está inserido, a exemplo do efetivo alocado nos Dtcea, no desenvolvimento de ações sociais nestas localidades, atendendo as demandas de seu efetivo e seus dependentes declarados.

Neste sentido, as atividades sociais executadas contribuem para o alcance da segurança operacional. Portanto, a intervenção técnica do Serviço Social contribui com a eficiência da segurança do espaço aéreo através da manutenção do bem estar e da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Considera-se que os profissionais têm conseguido responder com eficiência as solicitações dos usuários. No entanto, enfrentam algumas dificuldades para a formalização dos processos administrativos para aquisição dos benefícios sociais previstos no Pasic 3 (medicamentos, óculos, etc.), contratação de serviços (psicopedagogia, equoterapia, etc.). A administração pública prevê os trâmites licitatórios, em diversas modalidades, tais como cotações eletrônicas, pregões, dispensa de licitação, entre outros. Estes processos são morosos e, dependendo da necessidade dos usuários, sejam eles no projeto saúde, alimentação,

necessitam de uma resposta rápida. Diante disso, foi autorizado pela Dirint/Sdee o atendimento através da restituição da despesa previamente efetuada pelos usuários para dar celeridade a situações urgentes.

Mediante o exposto, contata-se que a atuação do Serviço Social no Decea tem conseguido atender as demandas dos usuários, possibilitando o acesso à informação, aos direitos sociais, a prevenção de vulnerabilidades sociais e a elevação de sua qualidade de vida.

O estudo demonstrou que há uma grande procura por atendimentos por benefícios sociais. Compreende-se que as intervenções dos assistentes sociais não devem ficar atreladas somente a esta forma de atuação. Parece evidenciado que as particularidades assumidas pelo Estado neoliberal, com a implementação da reforma gerencial, somada às alterações e relações de trabalho na sociedade, têm impactado a classe trabalhadora, inclusive os trabalhadores com vínculos estáveis, representados pela maioria dos trabalhadores mencionados na pesquisa (militares e servidores civis), ou seja, estes rebatimentos se expressam em vários aspectos na vida humana.

Desta forma, compreende-se que a intervenção profissional do assistente social vai atender num primeiro momento a uma questão emergencial dos usuários e seus familiares que, de acordo com o contexto vivenciado, traz implicações no âmbito da saúde, endividamento, etc. Mas somadas a estas ações devem ser desenvolvidas outras atividades coletivas para o atendimento das demandas socioeducativas.

O desafio atual para o Serviço Social no Decea é o desenvolvimento de outras propostas de trabalho que ultrapassem a demanda institucional, por meio do trabalho coletivo, e fortaleça a autonomia dos profissionais e usuários. Por isso, a necessidade de criação de programas/projetos contínuos, principalmente para o efetivo das áreas operacionais, além de atividades voltadas para o suporte familiar.

Por fim, percebe-se que no contexto de crise política e econômica vivenciada pelo país, as demandas que requerem intervenção no âmbito militar são equiparadas às necessidades dos demais trabalhadores, respeitando as disparidades econômicas e sociais dos mesmos. E são demandas por direitos instituídos, tais como saúde, educação, alimentação. Assim, a intervenção profissional contribui para a sobrevivência dos trabalhadores.

5 Conclusão

Esta dissertação teve por objetivo compreender o impacto das transformações recentes do capital, instauradas no país a partir da década de 1990 do século XX, para “o mundo trabalho”, especificamente para o trabalho do assistente social, no que se refere às demandas postas para a profissão e as respostas efetivadas, frente às alterações em curso. Escolheu-se, como campo empírico deste estudo, refletir sobre o trabalho do assistente social realizado no Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), organização militar da Força Aérea Brasileira (FAB).

Assim, tornou-se necessário analisar como as modificações em curso implicam nas condições e relações de trabalho e incidem nas relações sociais, de modo geral, e trazem rebatimentos sobre as condições de vida dos trabalhadores.

Para tanto, no segundo capítulo foi apresentada a contextualização histórica do controle do espaço aéreo e uma explanação a respeito das particularidades do Decea, visto que é nesta organização militar repleta de particularidades que se realiza o exercício profissional do assistente social, aqui apresentado. E, em seguida, para fechar o referido capítulo, foram expostos alguns elementos para a reflexão sobre a inserção do Serviço Social na instituição.

Já no terceiro capítulo foi realizada uma revisão bibliográfica, com o objetivo de aprofundar a análise sobre as transformações operadas pelo capital, a partir da adoção, pelo Estado brasileiro, do ideário neoliberal; do processo de implementação da contrarreforma do Estado e das novas configurações assumidas pelo trabalho com a reestruturação produtiva. Sendo apresentados os apontamentos sobre as transformações societárias recentes e seus impactos no âmbito do Comaer e Decea.

O estudo demonstrou que a conjuntura atual ocasiona, no âmbito militar, assim como para a sociedade e trabalhadores do meio civil, inúmeros rebatimentos: em relação as condições de trabalho, este contexto repercute na perda do padrão de proteção social com a flexibilização dos direitos trabalhistas e no aumento de trabalhadores com vínculos temporários. Quanto as condições de trabalho, ocorre a redução dos recursos orçamentos, trazendo rebatimentos para o desenvolvimento do trabalho. Já no âmbito das condições de vida dos

trabalhadores, verifica-se a “queda” do poder aquisitivo (trazendo impactos sobre as condições de moradia, saúde, alimentação, educação, etc.), o crescimento das taxas de desemprego dos familiares e, em decorrência, o aumento da informalidade como alternativa de trabalho, o endividamento, entre outros.

E, por fim, o quarto capítulo versou sobre a articulação do estudo das transformações societárias ao trabalho do assistente social, trazendo o debate sobre o impacto de tais mudanças para a profissão. Foi realizada uma pesquisa empírica à luz da sistematização dos dados oriundos dos documentos produzidos pelas profissionais do Decea, com a finalidade de analisar as demandas e respostas efetivadas, neste contexto.

Diante das alterações societárias recentes, observa-se que os assistentes sociais vivenciam transformações em seu cotidiano de trabalho e, como trabalhadores assalariados, sofrem os seus reflexos nas condições e relações em que o trabalho se realiza nas instituições empregadoras, bem como verifica-se o acirramento da questão social e das demandas que requerem intervenção profissional. Foram também apresentadas, neste estudo, problematizações sobre o sistema de assistência social do Comaer e as normas que respaldam o exercício da profissão.

Verificou-se que o contexto atual traz muitos desafios para o trabalho profissional e para o atendimento das demandas dos usuários. O SAS, conforme exposto no item 4.2 desta dissertação, possui recursos próprios para gerir as atividades socioassistenciais. Mas, com a presente conjuntura de crise econômica e política do país, esses têm sido fortemente impactados com os cortes orçamentários. E mesmo com a existência de recursos próprios, há a necessidade dos assistentes sociais realizarem um trabalho em conjunto com as políticas públicas intersetoriais e com a rede socioassistencial, visando responder com efetividade as demandas apresentadas. Porém, no contexto de aprofundamento do ideário neoliberal, são encontradas muitas dificuldades para o atendimento na perspectiva da universalidade, principalmente devido ao atendimento seletivo e focalizado, voltado para os “mais necessitados”.

Foi realizada, ainda, pesquisa empírica, para fins de análise das demandas e respostas construídas pelo assistente social no Decea. Os dados demonstraram que nos últimos anos houve um crescimento das demandas por atendimento social e que, entre os anos de 2013 a 2015, este aumento foi de 18%. Além disso, foi observado o crescimento, no mesmo período supracitado, de 46% dos

atendimentos na modalidade excepcional, ou seja, no valor integral do benefício social. Ademais, a pesquisa mostrou que as maiores demandas, ou seja, 56% das demandas que requerem a intervenção profissional, são para o atendimento dos benefícios sociais previstos no projeto saúde (medicamentos, vacinas, alimentação especial, óculos, tratamento odontológico, instituições e profissionais de saúde, etc.), em virtude dos diversos problemas de saúde apresentados pelo efetivo e seus dependentes que realizam tratamentos médicos contínuos ou eventuais.

Em segundo lugar, as maiores demandas centralizaram-se no projeto educação, correspondendo a 36% dos atendimentos realizados. Grande parte das demandas, nesse projeto, são para a restituição de despesa com livros, materiais escolares e uniformes. Entretanto, este é um projeto importante, visto que no atendimento social, o profissional tem conhecimento de outras necessidades sociais.

E, posteriormente, foi realizada, também, uma pesquisa para trazer elementos sobre o perfil dos usuários que “acessam” o serviço social, sendo possível compreender que as transformações societárias repercutem sobre a vida humana, e no âmbito militar, independente de posto/graduação, visto que há registros de atendimento em todos os níveis hierárquicos, conforme apontado no capítulo quatro deste estudo. Verificou-se, ainda, por meio da pesquisa, o elevado comprometimento de renda vivenciado pelos usuários, resultado da superexploração pelo capitalismo financeiro contra os trabalhadores.

Desta forma, conforme apresentado no decorrer desta dissertação, o contexto atual altera as condições e relações em que o trabalho do assistente social se realiza, bem como modifica as condições de vida dos trabalhadores e traz novos desafios para o Serviço Social.

Mediante o exposto, o estudo desenvolvido procurou examinar o impacto das transformações recentes do capital, buscando articular este processo ao trabalho do assistente social no Decea. Esta não foi uma tarefa simples, tendo em vista os processos de trabalho complexos neste Departamento e a existência de poucas produções teóricas a respeito do trabalho do Serviço Social no âmbito do controle aéreo. No entanto, a realização de pesquisas sobre o exercício profissional é imprescindível, pois a partir da sistematização e análise dos dados coletados, poderão contribuir com a produção de conhecimento sobre a intervenção do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Além disso, é fundamental a constante articulação entre a teoria e a prática profissional que, muitas vezes, devido a busca de respostas imediatas e pela superficialidade do contato com a realidade, esta articulação fica distante do exercício profissional, sendo, no entanto, essenciais em todos os momentos da intervenção, bem como no uso do instrumental técnico-operativo do Serviço Social.

Percebe-se, por vezes, que devido à grande demanda de trabalho, o profissional não tem tempo para refletir sobre sua prática e acaba repetindo ações rotineiras e agindo no imediatismo.

Assim, cabe aos profissionais, inseridos nos diversos espaços ocupacionais, fazerem uma análise crítica daquela realidade para que suas intervenções não se reduzam a um trabalho meramente no âmbito do imediato, no qual se atenda somente as requisições institucionais. Os assistentes sociais têm possibilidades de criar estratégias de trabalho de acordo com a direção social adotada pela profissão no seu processo de renovação, no sentido de desenvolverem um trabalho crítico e mais comprometido com as necessidades dos usuários dos serviços sociais. Neste sentido, há possibilidades do assistente social contribuir para fortalecer os direitos dos usuários e se posicionar em favor da ampliação e consolidação dos direitos sociais.

Constatou-se, no decorrer deste estudo, que mesmo diante de uma autonomia relativa os assistentes sociais, no Decea, têm conseguido realizar um trabalho em consonância com o Código de Ética Profissional e na direção do projeto ético-político profissional, sendo respeitadas, na organização militar, as atribuições e competências privativas do profissional e a sua autonomia técnica para o desenvolvimento do trabalho.

Compreende-se que um estudo desta natureza não pretende esgotar a temática. Foi realizada uma aproximação com o tema, pois o mesmo é denso, e envolve uma análise crítica e profunda da realidade. Mas forneceu elementos importantes e necessários para se pensar a atuação profissional dos assistentes sociais e pode contribuir com a produção teórica e o trabalho de outros profissionais, a partir dos elementos postos nesta dissertação. Além disso, novos debates acerca deste tema são possíveis e indispensáveis.

Conforme se procurou demonstrar, as demandas que chegam para os assistentes sociais do Decea possuem equivalência com as demandas dos demais trabalhadores. Assim, o desafio atual para o Serviço Social no Decea é o

desenvolvimento de propostas de trabalho que ultrapassem a demanda institucional e possam contribuir efetivamente para fortalecer a autonomia dos usuários.

Contudo, não obstante o seu potencial de trazer mais informações sobre o universo de trabalho do assistente social e a sua particularidade nas forças armadas, constatou-se com esta dissertação que a conjuntura atual requer constantes estudos, pesquisas e um “olhar” atento do assistente social para conhecer e responder as demandas dos usuários e da instituição, com o objetivo de desvendar as dimensões constitutivas da questão social.

6

Referências bibliográficas

ALVES, G. L. Processos de trabalho, precarização e Serviço Social: uma relação necessária! **O Social em questão**. Revista do Departamento de Serviço Social. Rio de Janeiro: PUC, ano XVIII, n. 34, 2015, p. 181-204.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 7. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

_____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAUJO, R. C. S. S. **O trabalho na Aviação e as Práticas de Saúde sob o olhar do Controlador de Tráfego Aéreo**. [Dissertação de Mestrado]. Departamento de Saúde Ambiental. São Paulo: USP, 2000.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social- intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Vêras, 2003.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda dos direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. (Orgs.). **Política social**: fundamentos e história. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Instrução Reguladora das Ações Sociais do Comando da Aeronáutica**. 163-1 de 10 de março de 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 17 dez. 2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em 12 mai. 2016.

_____. **Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6834.htm>. Acesso em 20 abr. 2016.

_____. **Decreto nº 7.245, de 27 de julho de 2010 (2010b)**. Altera o Anexo I ao Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e das Funções Gratificadas do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, para incluir na estrutura organizacional do Comando da Aeronáutica a Junta de Julgamento da Aeronáutica, e o Anexo I ao Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, que dispõe sobre a instalação, a estrutura organizacional da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e aprova o seu regulamento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7245.htm>. Acesso em 10 dez. 2015.

_____. **Decreto nº 87.758, de 1º de novembro de 1982**. Cria o segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7245.htm>. Acesso em 14 jul. 2016.

_____. **Decreto nº 88.296, de 10 de maio de 1983**. Cria, no Ministério da Aeronáutica, o Instituto de Cartografia Aeronáutica e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88296-10-maio-1983-438191-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 21 dez. 2015.

_____. **Decreto nº 95.864, de 23 de março de 1988**. Cria o Terceiro Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1988/decreto-95864-23-marco-1988-446246-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 21 dez. 2015.

_____. **Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Institui o Estatuto do Idoso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em 12 mar. 2016.

BRASIL. **Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Estabelece as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, e a organização dos serviços correspondentes. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm>. Acesso em 17 fev. 2016.

_____. **Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da assistência social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em 12 dez. 2015.

_____. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm>. Acesso em 10 dez. 2015.

_____. **Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6880.htm>. Acesso em 18 mar. 2016.

_____. **Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986**. Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7565.htm>. Acesso em 18 jul. 2016.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em 17 fev. 2016.

_____. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em 25 jan. 2016.

_____. **Portaria 874/GC3 de 9 de dezembro de 2010**. Aprova a edição do Regulamento da Junta de Julgamento da Aeronáutica. Disponível em: <publicacoes.decea.gov.br/download.cfm?d=3624>. Acesso em 18 jun. 2016.

_____. **Portaria Decea nº 44/Dgcea de 29 de março de 2012**. Aprova a reedição da Instrução Geral relativa à sistemática para cobrança dos preços referentes às tarifas de Navegação Aérea e dá outras providências. Disponível em: <<http://servicos.decea.gov.br/tarifas/arquivos/legislacao/187607c0-0634-11e1-be50-0800200c9a44.pdf>>. Acesso em 28 jun. 2016.

_____. **Portaria nº 1.121/GC6, de 28 de novembro de 2006**. Reformula o Sistema de Assistência Social do Comando da Aeronáutica. Disponível em: <<https://www.sdee.aer.mil.br/legislacao/PORTARIA1121.PDF>>. Acesso em 05 jul. 2016.

BRASIL. **Portaria nº 1.127/GC3, de 7 de dezembro de 2009**. Dispõe sobre a Criação e Implantação dos Núcleos de Serviço Social do Comando da Aeronáutica e dá outras providências. Disponível em: <jusbrasil.com.br>. Acesso em 05 ago. 2016.

_____. **Portaria nº 1003/GC3, de 31 de agosto de 2005**. Cria o Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea no Comando da Aeronáutica e dá outras providências. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=10&data=01/09/2005&captchafield=firistAccess>. Acesso em 14 jul. 2016.

_____. **Portaria nº 913/GC3, de 21 de setembro de 2009**. Dispõe sobre o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. Disponível em: <http://servicos.decea.gov.br/tarifas/arquivos/legislacao/_3E064FC4-422F-491F-B715BFEDFDD47476.pdf>. Acesso em 18 jun. 2016.

_____. **Portaria nº 928/GC3, de 18 de agosto de 2005**. Aprova o Regulamento de Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=21&data=19/08/2005&captchafield=firistAccess>. Acesso em 10 jul. 2016.

_____. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Estado - PDRE/MARE**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf> Acesso em 22 ago. 2016.

_____. **Regulamento ROCA 2184/2010**. Regulamento da Junta de Julgamento da Aeronáutica. Disponível em: <publicacoes.decea.gov.br/download.cfm?d=3624>. Acesso em 24 jun. 2016.

_____. **Instrução Reguladora da Gestão e Aplicação dos Recursos da Assistência Social do Comando da Aeronáutica**. 161-1 de 10 de março de 2014.

CANTALICE. L. B. O; SILVA. E. T. F. Mediações das atuais demandas postas ao assistente social. IN: **Teoria Política e Social**. UFPB, v.1, n. 1, 2008, p. 95 -110. Disponível em: <periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tps/article/view/2953>. Acesso: 03 ago. 2016.

CFESS. **Resolução nº 493 de 21 de agosto de 2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/resolucoes_493-06.pdf>. Acesso em 03 ago. 2016.

COUTINHO. C. N. **Marxismo e Política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO. **Cindacta I**. Disponível em: <<http://www.decea.gov.br/unidades/cindacta-i/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. **Cindacta II**. Disponível em: <<http://www.decea.gov.br/unidades/cindacta-iii/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. **Cindacta III**. Disponível em: <<http://www.decea.gov.br/unidades/cindacta-iv/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. **Histórico**. Disponível em: <http://www.decea.gov.br/?page_id=41>. Acesso em: 13 set. 2015.

_____. **Sistema de Controle do Espaço Aéreo brasileiro: Funcionalidades**. ASCOM, S/D.

_____. **A História do Controle do Espaço Aéreo brasileiro**. ASCOM, out/2011.

ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA. Disponível em: <<http://www2.fab.mil.br/ear/index.php/2015-06-02-14-14-44?layout=edit&id=170>>. Acesso em 05 abr. 2016.

FÁVERO, E. T. O estudo social - fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. IN: CFESS (Org.). Contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FIGUEIREDO, R. T. **Redimensionamento de Engenheiros no Controle do Espaço Aéreo**. Monografia. Rio de Janeiro: ESG, 2011.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Ampliação de número de militares temporários dinamiza política de recursos humanos**. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/noticias/tag/QSCON>>. Acesso em: 05 abr. 2016.

_____. **Institucional**. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/institucional>>. Acesso em: 02 abr. 2016.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Postos e Graduação**. Disponível em: <<http://www.fab.mil.br/postosegraduacoes>>. Acesso em 16 mai. 2016.

GUERRA, Y. O projeto profissional crítico: Estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. **Serviço Social e Sociedade**, n. 91. São Paulo: Cortez: 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26. ed. São Paulo: Cortez: 2015.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS. **Serviço Social**: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saúde**, 2013. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/população/pns/2013/>. Acesso em: 03 ago. 2016.

INFRAERO aeroportos. **Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.br/index.php/es/estadisticas-de-los-aeropuertos.html>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

LÉXICO. **Dicionário de Português online**. Disponível em: <<http://www.lexico.pt/>>. Acesso em 10 ago. 2016.

LUCE, M. S. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista Soc. Bras. Economia Política*. São Paulo, nº 32, junho, 2012, p. 119-141.

LUDWIG. A. C. W. **Democracia e Ensino Militar**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX E ENGELS, 1948. **Manifesto do Partido Comunista**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/manifestocomunista.htm>> Acesso em: 02 ago. 2016.

MCKINSEY & COMPANY. **Estudo do setor de transporte aéreo do Brasil**: Relatório consolidado. Rio de Janeiro: McKinsey & Company, 2010.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Contingenciamento 2015**. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/15811-nota-a-imprensa-contingenciamento-2015-ministerio-da-defesa>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

_____. **Portaria Normativa nº 1173 de 06 de setembro de 2006**, aprova a Política de Assistência Social das Forças Armadas. Disponível em: <www.defesa.gov.br/arquivos/saude/portaria_1173_pol_de_as_das_ffaa.pdf> Acesso em: 05 jul. 2016.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Portaria Normativa nº 881 de 26 de maio de 2010**, aprova as diretrizes para o desenvolvimento dos programas da Política de Assistência Social das Forças Armadas. Disponível em: <pesquisa.in.gov.br/imprensaqervletqINPDFViewer?jornal=1&pagina=13&data=27/05/2010&captchafiel=firistAccess> Acesso em: 05 jul. 2016.

MOREIRA. M. M. S. Qualidade de vida: expressões subjetivas e histórico-social. **Em Pauta**. Revista de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro. UERJ, nº 17, Jan/Jun, 2002.

MOTA. A. E.; AMARAL. A. S. Reestruturação do Capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 23-44.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva do Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n.50. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NOGUEIRA. M. A. **Um estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVEIRA, F. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, E. 7 GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 24-28.

PESQUISA de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic) Disponível em: <www.cnc.org.br/central-doconhecimento/pesquisaQeconomiaQpesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do-18>. Acesso em: 03 ago. 2016.

REDEMET. Rede de meteorologia do comando da Aeronáutica. **A formação do sargento especialista em meteorologia**. Disponível em: <http://www.redemet.aer.mil.br/uploads/2014/04/formacao_eear.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2016.

ROOTSWEB. **Força Aérea Brasileira SISCEAB**: Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. [S.l.], 2006. Disponível em: <<http://freepages.military.rootsweb.ancestry.com/~otranto/fab/sisceab.htm>>. Acesso em: 12 set. 2015.

SADER, E. A hegemonia neoliberal na América Latina. In: SADER, E. 7 GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, 35 -37.

SANTOS. C. M.; NORONHA, K. (Org.). O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social: uma perspectiva crítica. **Serviço Social**: temas e contextos. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 47-63.

SIMÕES. N. L. H. **Autonomia profissional do assistente social x trabalho assalariado**. 1. ed. Curitiba. Prismas, 2016.

STAMPA, I. T. Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. **Em Pauta**. Revista de Serviço Social da Uerj. Rio de Janeiro. UERJ, 2012, n. 30, v. 10, p. 35-60.

ZACARON, S. S. **O Serviço Social no Comando da Aeronáutica**: Decifrando este espaço sócio-ocupacional do assistente social. [Dissertação de Mestrado em Serviço Social]. Rio de Janeiro: Uerj, 2011.

7 Anexos

7.1. Anexo 1 – Carta de apresentação da mestranda

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Rio de Janeiro, 17 de julho de 2015

De: Profª Inez Terezinha Stampa
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 – Gávea – Rio de Janeiro, RJ

Para: Exmo. Senhor Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Vuyk de Aquino
Diretor do Departamento de Controle do Espaço Aéreo

Prezado Senhor Tenente-Brigadeiro do Ar Carlos Vuyk de Aquino,

Apresento a mestranda Fernanda Rodrigues 2ª Ten QCOA ASS, regularmente matriculada neste Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, com vistas à obtenção de autorização e informações para a realização da pesquisa de campo baseada no projeto em elaboração, provisoriamente intitulado "Transformações societárias contemporâneas e saúde do trabalhador: análise das questões de saúde que ocasionam o afastamento do trabalho no âmbito do DECEA", objeto de sua dissertação de mestrado.

Esclareço que a estudante planeja conhecer e refletir sobre as questões de saúde que ocasionam o afastamento do trabalho no âmbito do DECEA, em particular, a partir das mudanças no mundo do trabalho, de forma geral.

Por oportuno, informo que a mestranda é orientada por mim.

Agradeço a atenção dispensada à solicitação e coloco-me à disposição para os esclarecimentos que julgar necessários, pelo e-mail inestampa@puc-rio.br ou pelo tel. (21) 3527-1290.

Atenciosamente,

Profª Inez Terezinha Stampa
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio
Matr. 019846

Inez Terezinha Stampa
Matr. 019846
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social
PUC-Rio

Departamento de Serviço Social
Rua Marquês de São Vicente, 225 – Gávea – 22453-900
Vila dos Diretores – casa 209 - Rio de Janeiro – RJ
Tel (21) 3527-1290 / 3527-1291 Fax (21) 3527-1292



7.2.

Anexo 2 – Carta de autorização para realização de pesquisa social no Decea

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

Av. General Justo nº 160
Rio de Janeiro - RJ- CEP 20021-130
Tel: (21)2101-6234 / Fax: (21)2101-6345 / e-mail: protocolo@decea.gov.br

Ofício nº 1/SSS/18961
Protocolo COMAER nº 67600.020660/2015-11

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2015.

Ilma. Sra. Profª Inez Terezinha Stampa
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 – Gávea – Rio de Janeiro – RJ

Assunto: Autorização para realização de Pesquisa Social.

Ilma. Sra. Profª Inez Stampa,

Em resposta ao documento apresentado, incumbiu-me o Exmo. Sr. Ten Brig Ar CARLOS VUYK DE AQUINO, Diretor - Geral deste Departamento, de informar a V.Sa. que a 1º Ten QCOA ASS Fernanda Rodrigues, pertencente ao efetivo deste Departamento e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, está autorizada a realizar pesquisa de campo para análise de dados referentes às questões de saúde que ocasionam o afastamento de trabalhadores (militares e civis) no âmbito deste Departamento.

Atenciosamente,

LUIZ CARLOS MOREIRA LIMA Cel Int
Chefe do Gabinete